

# SOCIOLOGIA:

## Das Ausências às Emergências

**Maria Izabel Machado**  
(Organizadora)



# SOCIOLOGIA:

## Das Ausências às Emergências

**Maria Izabel Machado**  
(Organizadora)



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Sociologia: das ausências às emergências 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Maria Izabel Machado

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: das ausências às emergências 2 / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-471-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.716212009>

1. Sociologia. I. Machado, Maria Izabel (Organizadora).  
II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A obra Sociologia: das ausências às emergências 2 nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, desde o olhar sociológico. Figurando como jovem ciência em comparação com outros campos do saber, a sociologia nos permite lançar o olhar sobre temas ausentes e emergentes em diversos contextos.

Os capítulos que seguem estão organizados por proximidade temática respeitando as especificidades próprias desse campo do saber: o olhar empírico, a busca de explicações e, por que não, a busca de alternativas.

Tensões sociais em torno da demanda por transformações, bem como as forças conservadoras são trazidas no conjunto inicial de trabalhos que abrem a obra: movimentos sociais, novos atores e agentes e as disputas acerca do território, das fronteiras e das possibilidades de existências outras.

Na segunda parte chamam a atenção capítulos sobre o ameaçado direito ao trabalho e de livre circulação. Frente a isso se coloca a questão: como oferecer uma educação integradora, capaz de superar dualismos?

O terceiro e último bloco traz contribuições significativas acerca do campo educacional em interface com outras áreas como a saúde e a religião. AS questões sobre território, diferenças étnicas e sistema escolar nos convidam a pensar formas outras de produção e validação de saberes.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

COMUNICACIÓN, ORGANIZACIÓN, IDENTIDAD E IDEOLOGÍA: CATEGORÍAS DE ANÁLISIS DE UN MOVIMIENTO URBANO POPULAR

Félix Leonardo Pérez Verdugo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120091>

### **CAPÍTULO 2..... 21**

INTERAÇÕES ENTRE PRÁTICAS POLÍTICAS E ORDENS ESTATAIS: A EXPERIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DE CANNABIS NO EQUADOR

Andrés Fernando Rodríguez Mera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120092>

### **CAPÍTULO 3..... 33**

MOVIMIENTOS SOCIALES EN EL CAMPO MEXICANO 1940 A LA FECHA. DE LA LUCHA CONTRA LA HACIENDAS A LA LUCHA CONTRA EL EXTRACTIVISMO

Armando Sánchez Albarrán

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120093>

### **CAPÍTULO 4..... 58**

O TRABALHADOR E OS ILEGALISMOS NA FRONTEIRA ENTRE PEDRO JUAN CABALLERO E PONTA PORÃ

Maurílio de Sousa Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120094>

### **CAPÍTULO 5..... 70**

O CARÁTER INTEGRAL NO CURSO INTEGRADO DO IFSP - SÃO CARLOS

Karoline Emanuelle Galli Fonseca

Carlos Eduardo Guimarães

Marcelo de Godoy Domingues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120095>

### **CAPÍTULO 6..... 78**

PROJETO SOLIDARIEDADE: CENTRO OPERACIONAL DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS – COMSE

Victoria Isabella Nakaba Soster

Nicole Hortmann Bet

Juliana Grebos

Andressa Francine Paes Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120096>

### **CAPÍTULO 7..... 90**

SEM TERRITÓRIO, SEM EDUCAÇÃO: A POLÍTICA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Evelyn de Souza Santiago Candido da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120097>

**CAPÍTULO 8..... 99**

O ROCK ENQUANTO PROPOSTA PEDAGÓGICA INOVADORA

Marcos Roberto Mesquita

Gabriel Schmitt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120098>

**CAPÍTULO 9..... 113**

SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO – ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DA CONFSSIONALIDADE

Adelcio Machado dos Santos

Rubens Luís Freiberger

Dreone Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120099>

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 121**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 122**

# CAPÍTULO 1

## COMUNICACIÓN, ORGANIZACIÓN, IDENTIDAD E IDEOLOGÍA: CATEGORÍAS DE ANÁLISIS DE UN MOVIMIENTO URBANO POPULAR

Data de aceite: 01/09/2021

**Félix Leonardo Pérez Verdugo**

Doctor en Ciencias Sociales por la Universidad Autónoma de Ciudad Juárez  
Asesor académico de la Universidad Pedagógica Nacional del Estado de Chihuahua  
Imparte el curso de Movimientos Sociales Locales entre otros cursos sobre educación e investigación

**RESUMEN:** El principal sustento de este texto es el trabajo de investigación doctoral realizado por el autor en el campo de las ciencias sociales. La investigación consiste en el análisis de un movimiento urbano popular mediante las categorías de comunicación, organización, identidad e ideología. Cada uno de los capítulos que aquí se presenta, tiene como propósito aportar al lector la información necesaria sobre los antecedentes, el contexto y la fundamentación teórica. Los elementos ahí contenidos se van *trenzando* con la narrativa de los sujetos entrevistados y se conducen con las categorías implicadas para lograr una aproximación a la manera como el sujeto social de esta acción colectiva se construye culturalmente.

**PALABRAS CLAVE:** Acción colectiva, movimiento urbano popular, transujeto, endosinósis, comunicación, organización, identidad, ideología.

## COMUNICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, IDENTIDADE E IDEOLOGIA: CATEGORIAS DE ANÁLISE DE UM MOVIMENTO URBANO POPULAR

**RESUMO:** O principal suporte deste texto é o trabalho de pesquisa de doutorado desenvolvido pelo autor no campo das ciências sociais. A pesquisa consiste na análise de um movimento urbano popular por meio das categorias comunicação, organização, identidade e ideologia. Cada um dos capítulos apresentados aqui tem como objetivo fornecer ao leitor as informações necessárias sobre a base, o contexto e a base teórica. Os elementos nela contidos se entrelaçam com a narrativa dos sujeitos entrevistados e conduzem as categorias envolvidas a uma aproximação do modo como o sujeito social dessa ação coletiva é culturalmente construído.

## COMMUNICATION, ORGANIZATION, IDENTITY AND IDEOLOGY: CATEGORIES OF ANALYSIS OF A POPULAR URBAN MOVEMENT

**ABSTRACT:** The main support of this text is the doctoral research work developed by the author in the field of social sciences. The research consists of the analysis of a popular urban movement through the categories of communication, organization, identity and ideology. Each of the chapters presented here aims to provide the reader with the necessary information about the background, context and theoretical basis. The elements contained in it intertwine with the narrative of the interviewed subjects and lead the categories involved to an approximation of how

the social subject of this collective action is culturally constructed.

## 1 | INTRODUCCIÓN

Los movimientos sociales entendidos como acción colectiva, se han abordado desde diversas perspectivas de estudio, disciplinas y orientaciones ya sea de carácter económico, social o político. La orientación más recurrente ha sido esta última, sin embargo, aun con una centralidad definida, los tres aspectos resultan ser inseparables, y no sólo eso, sino que en la dinámica de la acción colectiva, se encuentran necesariamente vinculados a la dimensión cultural en tanto que ésta constituye un elemento inherente al movimiento social. Es por eso que lo cultural es en algunos casos, el aspecto central de estudio sobre este tipo de acción colectiva. El presente estudio, se ubica en esta perspectiva, ya que corresponde a un análisis cultural sobre la construcción del sujeto social del movimiento de asentamientos urbanos forzados (basados en prácticas de “paracaidismo” o invasión de terrenos), cuya organización se origina y se mantiene en el Comité de Defensa Popular (CDP).

El enfoque cualitativo, define el carácter metodológico de la investigación realizada y de los recursos instrumentales que le caracterizan: entrevistas personales y grupales e historias de vida. El trabajo no se reduce, sin embargo, a una modalidad específica de investigación, sino que sigue la lógica del pensamiento complejo, guiado por las categorías de análisis como conceptos ordenadores y procurando las articulaciones teóricas, conceptuales e interpretativas.

## 2 | GÉNESIS DE UN MOVIMIENTO

Este movimiento caracterizado como urbano popular (MUP), se originó en la ciudad de Chihuahua en 1972 como un movimiento político integrado por diversas organizaciones que conformaron un frente amplio y de presión en contra de la política del gobierno y para exigir el esclarecimiento de lo que se consideraba por las diversas organizaciones crímenes cometidos por el estado. En poco tiempo el movimiento se expande a diferentes poblaciones del estado, principalmente a Ciudad Juárez, donde adquiere una fuerte presencia política y social. Sin embargo, ante la carencia de una estructura definida y un programa consensuado política e ideológicamente, el movimiento adquiere otra orientación, caracterizándose como movimiento urbano popular encauzado a la adquisición forzada de terrenos para vivienda y acciones de presión política para la adquisición de servicios públicos. Esto durante las décadas de los setenta, los ochenta y la primera mitad de los años noventa. el CDP como popular e históricamente se le conoce a este movimiento, también participó en acciones políticas de apoyo solidario a obreros, choferes de camiones urbanos, sindicatos, movimientos estudiantiles, etc., acciones que no sólo le fortalecieron en cuanto

su vinculación con otras organizaciones y su propósito de sostenerse políticamente como un frente amplio de lucha, sino en cierta medida corresponden a la orientación fundante del movimiento, que en su origen se constituye como una organización frentista en la que se encuentran integradas diversas organizaciones de base, principalmente de trabajadores, estudiantes y colonos. Esta organización, el CDP, como refiere Lau (1991) surge el 28 de enero de 1972 durante la acción colectiva desarrollada como mitin en la Plaza de Armas de la ciudad de Chihuahua. El objetivo era exigir el esclarecimiento del asesinato cometido por el Gobierno del Estado en contra de tres líderes radicales de izquierda a quienes, según sospechas de los miembros de las mismas organizaciones, les habían aplicado la “ley fuga”. El CDP se propone además conformar cuadros políticos e ideológicos en todo el estado para apoyar las luchas sociales por la defensa de los derechos populares. Lau (1991) menciona que las organizaciones incorporadas en este frente de tendencia izquierda, eran la Colonia Francisco Villa de la ciudad de Chihuahua, el Movimiento Sindical Ferrocarrilero de la Sección 5 del STFRM, el Sindicato de Trabajadores y Empleados de la Universidad Autónoma de Chihuahua (UACH), el Sindicato de Aceros de Chihuahua, los electricistas de la Sección 25 del STERM, el Frente Auténtico del Trabajo (FAT), el Movimiento Revolucionario del Magisterio y el Consejo Estudiantil de Lucha de la UACH.

El movimiento de apoyo a las luchas sociales y por la defensa de los derechos populares encabezado por el CDP, tuvo con el tiempo, marcadas diferencias y diversas fracturas internas como organización frentista, lo que origina que derivara principalmente en el movimiento urbano popular de asentamientos urbanos forzados que tuvo lugar tanto en la ciudad de Chihuahua como en Ciudad Juárez.

### **3 | LA PERSPECTIVA CULTURAL DEL MOVIMIENTO COMO ACCIÓN COLECTIVA**

El estudio cultural sobre la construcción del sujeto social de este movimiento urbano popular se ha centrado en la parte desarrollada en Ciudad Juárez.

Es importante aclarar que la organización y el movimiento social, son dos conceptos que aparecen vinculados en una acción colectiva, pero no deben confundirse, pues no toda organización se orienta a una acción colectiva, pero toda acción colectiva precisa de un cierto nivel de organización. En este caso se entiende que el CDP como organización si toma la forma de un movimiento social en cuanto que surge en el momento de la acción colectiva.

### **4 | AUTORES, LINEAS TEÓRICAS Y ENFOQUES**

Ante el problema de intentar comprender cómo se construye el sujeto social del movimiento desde una perspectiva cultural, así como lograr en este sentido, una mayor aproximación al conocimiento de los procesos socioculturales que tuvieron lugar en el

movimiento cedequista de Ciudad Juárez, fue necesario documentar e interpretar este fenómeno social a la luz de las teorías actuales sobre la acción colectiva y los movimientos sociales, para ello se llevó a cabo una amplia pero inacabada revisión del estado del arte y por tanto de diversas aportaciones teóricas sobre este tema.

La extensa literatura que se ha producido sobre los movimientos sociales da cuenta de la importancia que tiene su estudio, especialmente en el ámbito de las ciencias sociales. Las diferentes líneas teóricas que actualmente existen sobre los movimientos sociales han pasado a formar parte de los enfoques conocidos como Interaccionismo, Funcionalismo, Elección racional, Movilización de recursos, Constructivismo y Socioconstruccionismo, Accionalismo, Marxismo y Nuevos Movimientos Sociales.

Entre los autores que durante las décadas de los setenta, los ochenta y principios de los noventa figuran por la influencia de sus aportaciones sobre lo cultural de los movimientos sociales son Charles Tilly, Sidney Tarrow, David Snow, Robert Benford, Alessandro Pizzorno, Alain Touraine y Alberto Melucci, quienes desarrollan aspectos tales como los vínculos de la acción colectiva y el sistema político, la violencia colectiva y la movilización de recursos (Tilly y Tarrow), la dimensión cultural y los marcos de significación de la acción colectiva (Snow, Benford, Tarrow), la identidad colectiva y los procesos de activación de las relaciones sociales de los actores (Pizzorno, Snow, Benford, Melucci). Los autores más representativos por su insistencia en la orientación cultural y la relevancia en sus aportaciones referidas a la construcción de la acción colectiva y el sujeto social son Alain Touraine y Alberto Melucci. Otras tendencias teóricas que surgen durante los setenta e inciden en lo cultural de los movimientos sociales contextualizados en la globalización y lo urbano, tienen como principales representantes a Anthony Giddens y Manuel Castells.

Sin menospreciar las aportaciones hechas por los diferentes autores que han enriquecido el estudio de los movimientos sociales, debo destacar en lo concerniente al presente estudio, la *teoría de la acción comunicativa* de J. Habermas, no obstante su escasa referencia a este tema; también han sido significativas las concepciones que desde la dimensión cultural ofrecen Alberto Melucci y Alain Touraine sobre movimientos sociales y acción colectiva; en cuanto al movimiento urbano popular son indispensables las aportaciones de Manuel Castells y Juan M. Ramírez Sáiz.

Castells (1983), en sus primeras contribuciones destaca la presencia de los Movimientos Sociales Urbanos (MSU), los cuales adquieren una posición significativa por la relación que establecen con el consumo colectivo, la articulación integral y localista de los procesos económicos, culturales y políticos, así como la vinculación de estos procesos con la globalización. Para Castells, los Movimientos Sociales Urbanos son aquellos que “imponen un nuevo significado urbano en contradicción con el significado urbano institucionalizado y contra los intereses de la clase dominante” (p. 409).

Por otro lado, el estudio de los movimientos sociales urbanos en América Latina, y principalmente en México, ha tenido una importante representación en Juan M. Ramírez

Sáiz, este investigador se ha orientado a los movimientos urbanos populares (MUP), quien los define como “aquellos movimientos que hayan logrado una organización y estabilidad internas, manteniendo su autonomía respecto del Estado y la burguesía” (Ramírez Sáiz, 1986: 28). No obstante, las rupturas y continuidades que forman parte de la historia del Movimiento de Asentamientos Urbanos Forzados del CDP, es en esta concepción que ofrece Ramírez Sáiz de Movimiento Urbano Popular, donde mejor ubicación encuentra.

## 5 | LAS CATEGORÍAS DE ANÁLISIS

La búsqueda teórica conceptual, la recurrencia tanto a la historia documentada, como a entrevistas personales y grupales realizadas a quienes formaron parte de las bases del movimiento, más el acercamiento que personalmente había tenido con este movimiento y su organización en los años 80, fue la ruta que permitió identificar cuatro procesos que ocupan el lugar de categorías de análisis, tales procesos son: *comunicación, organización, identidad e ideología*. Con base en esta referencia conceptual ha sido posible aventurarse a plantear que en toda acción colectiva tipificada como movimiento social subsisten por lo menos estas cuatro categorías o procesos básicos. A través de estas categorías podemos analizar histórica y culturalmente una acción colectiva, en este caso, el movimiento urbano popular del CDP.

La fundamentación teórica se construye en relación con las categorías conceptuales mencionadas, en ésta, se plantea la inserción y trayectoria del sujeto en la acción colectiva, con base en la teoría de la acción comunicativa de J. Habermas, así como la interpretación sobre la manera como se conforman y vinculan los procesos culturales en esa trayectoria desde las narrativas de los propios sujetos, es decir cómo se construyen dentro de la acción colectiva, sus identidades, sus roles en la organización, el sentido de su participación, sus imaginarios y referentes ideológicos.

En este estudio las categorías de *actor social* y *sujeto social* tienen el mismo significado, esto con el propósito de evitar confusiones o interpretaciones descontextualizadas. De tal manera que se respetan las preferencias categóricas de los autores, sin que esto afecte el sentido que aquí damos al concepto de *sujeto social*. Al respecto, considero pertinente mencionar la advertencia que hace Castells (2001) sobre las categorías de “sujeto” y “actor social”: “los sujetos no son individuos, aun cuando estén compuestos por individuos, son el actor social colectivo mediante el cual los individuos alcanzan un sentido holístico en su experiencia” (p. 32). Con base en este señalamiento de Castells, que establece tanto la relación como la diferencia entre “sujeto” e “individuo”, debo aclarar que en este estudio utilizo la categoría de sujeto social como la concibe Castells, pero a diferencia de él, incorporo las categorías de “transujeto” y “sujeto” para poder acceder a la construcción del sujeto social de la acción colectiva. Estas categorías expresan dos dimensiones del sujeto social: el sujeto como individuo, que aún no se construye (transujeto) como parte del sujeto

social de la acción colectiva y el sujeto construido que representa a “los sujetos”, como elementos constituyentes, es decir el sujeto social, de la acción colectiva.

El doble juego entre lo individual y lo social del sujeto, representa una referencia clave para comprender el tránsito de éste, de un contexto cultural a otro, en el supuesto de que es en esos contextos donde tienen lugar las adquisiciones identitarias y donde lo individual se entiende en los términos que expone Giménez (2003):

La identidad es siempre la identidad de determinados actores sociales que en sentido propio sólo son los actores individuales, ya que estos últimos son los únicos que poseen conciencia, memoria y psicología propias. Pero ello no obsta a que el concepto de identidad se aplique también, analógicamente, a grupos y colectivos carentes de conciencia propia porque constituyen más bien “sistemas de acción” (p. 9).

Mediante el conocimiento del proceso histórico que tuvo el movimiento cedequista desde su origen hasta su transformación en un partido político (Partido del Trabajo), así como del uso de instrumentos metodológicos como la entrevista, se busca lograr una descripción de la trayectoria del sujeto y una interpretación de su proceso de construcción a partir del momento en que establece el primer contacto con la acción colectiva, la cual, corresponde como ya se ha mencionado a un movimiento urbano popular. Esta trayectoria descriptiva e interpretativa, inicia con la incorporación de transujetos a la acción colectiva, cuya construcción cultural implicará variantes ideológicas e identitarias, en relación a la *illusio* (concepto utilizado por Bordieu para referir el interés por participar en algo) y los imaginarios de los sujetos. Esto, es uno de los aspectos que se refleja en el análisis realizado, y en el contexto histórico del movimiento. Un movimiento que surge en el México de los setentas, aún convulsionado por las crisis económicas y el desempleo; las políticas represivas del Estado; las manifestaciones de rebeldía de diversos sectores de la sociedad; los grandes desplazamientos migratorios nacionales, que incluyen el retorno de miles de mexicanos provenientes de los Estados Unidos por la terminación del programa bracero y los problemas sociales relacionados con la falta de vivienda y servicios urbanos en una ciudad fronteriza que crece aceleradamente.

## 6 | SUJETOS Y TRANSUJETO

La construcción del sujeto social del Movimiento de Expansión de Asentamientos Urbanos Forzados del Comité de Defensa Popular se entiende como la manera en que el *transujeto* que ingresa a la acción colectiva, va adquiriendo progresivamente su condición cultural hasta conformarse en el sujeto social, es decir, su adaptación a los diferentes aspectos sobre las formas de interrelacionarse, comunicarse, organizarse y establecer afinidades ideológicas y de identidad, toda vez que la acción colectiva se asume como un sistema abierto de procesos culturales que vive e interioriza el sujeto. Dichos procesos conforman una red de elementos o componentes en permanente dinámica,

tales como significados, símbolos, lenguajes, formas de integración, trabajo, referentes identitarios, ideológicos e imaginarios vinculados sistemáticamente en mayor o menor cantidad, cada uno de ellos influye al otro o los otros elementos, dependiendo de la actividad o acontecimiento que viva el sujeto. Los procesos se vinculan entre sí a través de estos componentes y ocasionalmente podrán estar todos los procesos impactando e interiorizándose culturalmente en el sujeto. En este sentido, el sujeto social, es el sujeto construido como un *nosotros* en la acción colectiva, gracias a la interiorización de los diferentes componentes de los procesos culturales. El sujeto social construye a su vez la acción colectiva, mediante las orientaciones culturales adquiridas.

En el desarrollo histórico del movimiento cedequista, se puede afirmar que tanto esta acción colectiva como el sujeto social presentan dos fases en su proceso de construcción, la primera se encuentra en el origen de la acción, cuando se establece su razón fundante. Es en esta fase cuando el sujeto social se construye simultáneamente con la acción. Los sujetos se comunican, coinciden en sus imaginarios y encuentran afinidades identitarias e ideológicas, se organizan y deciden entonces emprender la acción colectiva con base en la existencia de las dimensiones que menciona Melucci: solidaridad, conflicto y trasgresión de los límites de un sistema en que ocurre la acción.

La segunda fase corresponde a la incorporación de nuevos sujetos a la acción colectiva, donde interiorizan los componentes culturales que forman parte de los procesos que fluyen en el entorno generado por la acción y mediante los cuales se construye como sujeto social, este último entendido como una construcción de la experiencia social. Su proceso de construcción dentro de esa acción inicia con el primer enlace, el cual, se presenta de maneras diferentes, según sea el medio de interpelación.

Los simbolismos, los hechos significativos que daban cuenta del movimiento cedequista se incorporan al paisaje urbano en diversos puntos de la ciudad. Quienes formaron parte de este movimiento durante los años setenta y los ochenta recuerdan algunos hechos relacionados con la manera como se establecía la conexión o el primer contacto con el CDP. Al respecto María comenta:

la gente nos enterábamos de que podíamos conseguir terrenos, por medio de los mítines, actividades que a veces se hacían para lograr sacar para la gasolina donde nos movían porque había un camión que nos lleva de un lado a otro, que las comisiones, pa' todo teníamos que sacar dinero de donde pudiéramos, teníamos actividades, hacíamos kermeses. Y la gente se enteraba por medio de que nos veían que andábamos por las calles.

**Por su parte Santiago relata:**

empecé a ir a unas juntas al PRI, que eran allá en la Primero de Mayo y un día, andando por ahí caminando, salí por una calle y llegué a una colonia que se llamaba 23 de septiembre, ahí vimos una reunión que había en un local y pos empezamos a preguntar que si ahí vendían terrenos...

Las orientaciones semióticas generalmente aparecen en los relatos como referencias

de lugares, objetos, íconos o expresiones que poseen determinada carga significativa relacionada con la acción colectiva.

Santiago inicia su incursión a un sistema político e ideológico poco familiarizado para él, quien no sólo no tenía interés por pertenecer a algún partido político, tampoco había participado antes en una acción colectiva. "...nunca me había metido a ningún movimiento político, estamos hablando de hace 20 años ya, yo tenía como 22 o 23 años".

Santiago en su narrativa no se refiere a lo que para él significaban los nombres de las colonias, simplemente se entera de la existencia del CDP casualmente, nadie le informó, nadie le dijo que acudiera ese día a esa colonia y a esa reunión, así aconteció su primer contacto con esta organización:

...ahí vimos una reunión que había en un local y pos empezamos a preguntar que si ahí vendían terrenos...

La incorporación de nuevos sujetos a la acción colectiva no sólo la mantienen vigente, sino que la nutren en su representación e identidad colectiva reactivando la movilización de recursos y los procesos culturales que la conforman, en el entendido de que una acción colectiva no es un producto social acabado sino en constante construcción y que el sujeto social no sólo es la suma de los sujetos que participan en ella, es decir una agrupación de personas, sino la manera como se comparte una experiencia e identidad colectivas, así como las diversas estrategias organizativas encaminadas a un objetivo común.

Touraine (1993) afirma que un movimiento social "es el objetivo de orientaciones culturales a través de las relaciones de poder y de las relaciones de desigualdad" (p.312).

En este sentido, el movimiento social conformado por sujetos que encuentran elementos identitarios afines y vínculos de solidaridad desde la posición que ocupan en las relaciones sociales, se orienta a formas de comunicación y organización para transformar los sistemas culturales dominantes.

En cuanto a la construcción de la identidad en el sujeto social, Melucci (En Chihu Amparán y López Gallegos, 2007: 143) refiere que ésta se resuelve mediante un proceso que consta de tres elementos:

a). La permanencia de una serie de características a través del tiempo; b). La delimitación del sujeto respecto de otros sujetos, y c). La capacidad de reconocer y de ser reconocido.

En este sentido, se reconoce el movimiento social como una acción colectiva prolongada, lo cual implica que los rasgos de identidad se afiancen en el sujeto que se construye socialmente, tales rasgos son compartidos al interior del movimiento donde se define un lenguaje propio y simbolismos comunes, de tal manera que el sujeto social se ve representado en cada sujeto (individual), que se diferencia de otros sujetos no pertenecientes al movimiento y se le identifica por su lugar dentro de ese espacio político y de organización sociocultural.

## 7 | ENDOSINÓISIS DE LA ACCIÓN COLECTIVA

Pues bien, es en este marco referencial sobre los movimientos sociales, la acción colectiva y el sujeto social donde se revelan los procesos de comunicación, organización, identidad e ideología, que para efectos de análisis en esta perspectiva se traducen como categorías culturales y resultan tanto teórica como empíricamente componentes indivisibles de la acción colectiva y por tanto de la construcción del sujeto social. No obstante que cada uno de estos componentes, conforman conceptos independientes desarrollados por diversos enfoques de estudio, en esta simbiosis procesual, constituyen los ejes para la descripción e interpretación de la construcción cultural del sujeto social en el movimiento de asentamientos urbanos forzados del Comité de Defensa Popular, entendido como una forma de acción colectiva. La cual, en términos de Melucci constituye un sistema de acción multipolar de oportunidades y restricciones. En el replanteamiento sobre esta concepción de Melucci, se ha construido el concepto *endosinóisis*, donde las categorías son procesos vinculados entre sí, que fluyen en la acción colectiva entendido como un sistema abierto conectado con su entorno.

En los casos de la comunicación y la organización podemos referirnos a extensos campos apoyados en diversas disciplinas, como las ciencias de la comunicación o las diversas teorías que dan lugar a la organización entendida como una ciencia, cuando no se le refiere como *sistema organizacional*. Al respecto, Rodríguez Mancilla (2004) señala lo siguiente:

El estudio científico de las formas organizacionales comienza a principios del presente siglo, aunque el origen de la investigación práctico-normativa acerca de cómo construir formas más eficientes de organización puede ser remontado a siglos anteriores y se encuentra referido a clases específicas de organización, tales como el ejército, la burocracia estatal, los hospitales, las organizaciones religiosas, etc. (p. 23).

Y para organizarse, la humanidad ha requerido de la comunicación, este complejo fenómeno que, por ser indispensable para vivir en sociedad, constituye una de las áreas de estudio que de una u otra manera está presente en las diferentes disciplinas de conocimiento, especialmente en las que forman parte de las ciencias sociales.

## 8 | COMUNICACIÓN

Entendemos la comunicación como un proceso humano que se manifiesta de diferentes maneras en la relación acción colectiva-construcción del sujeto social, de tal forma que en ocasiones aparece como una representación semiótica, pero por lo general se presenta como una relación interpersonal en donde tiene lugar el lenguaje verbal y no verbal, la comunicación se entiende así como el diálogo que se produce entre los sujetos, cargado de significados y sentidos. Este proceso comunicativo, se logra gracias a la intersubjetividad, asumida por Freire (1983) como el *enfrentamiento*, la *dialectización* y la

*promoción de las conciencias.* (p.101).

En este sentido, es en los encuentros cara a cara donde se produce la comunicación interpersonal, la cual, adquiere múltiples formas de expresión que se traducen como signos con carga semántica (por el sentido de las palabras), kinésica (por los gestos, las posturas y ademanes), paralingüística (por el tono y el énfasis de la voz), y proxémicas (por la distancia que se establece entre los hablantes). Espino del Castillo (2007) refiere por otro lado, que “en el diálogo se tocan las fronteras de un tema puesto en común precisamente por el cambio de los sujetos discursivos considerándose así esta relación como sujetal y, por tanto, de comprensión de subjetividades” (p. 43). Por su parte Rizo (2007), con base en la perspectiva de Schütz, establece que para que existan los sujetos sociales es necesaria la interacción, en el entendido de que ésta es indispensable para “la construcción de sentidos compartidos sobre la realidad social”. En cuanto a la relación que existe entre la comunicación y la intersubjetividad Rizo (2007) plantea lo siguiente:

Todas las acciones sociales conllevan comunicación, y toda comunicación se basa necesariamente en actos ejecutivos para comunicarse con otros; por lo tanto, los sujetos deben llevar a cabo actos manifiestos en el mundo externo que se supongan interpretados por los otros como signos de lo que quieren transmitir... el mundo de la vida es intersubjetivo porque en él viven sujetos entre sujetos, vinculados entre ellos, con valores comunes y procesos de interpretación conjunta. También es un mundo cultural, en el sentido que se constituye como un universo de significación para los sujetos, es decir, en una textura de sentido que los sujetos deben interpretar para orientarse y conducirse en él. Esta textura de sentido se origina en acciones humanas, y ha sido instituida por ellas. (s/p).

En el contexto de la intersubjetividad se producen los procesos de comunicación interpersonal y donde los sujetos interaccionan mediante el uso del lenguaje verbal y no verbal. Estos procesos permiten acceder al intercambio de significados y sentidos que cada uno tiene del mundo, lo cual va más allá de un intercambio de información, de tal manera que la interacción dialógica que se produce entre los sujetos les provee de referentes culturales e identitarios compartidos, los cuales configuran el carácter ideológico que da lugar a la construcción del sujeto social de la acción colectiva.

En cuanto a la producción de signos o símbolos que corresponden al campo de la semiótica, la comunicación pasa a un plano diferente, al respecto Vidales (2009) refiere sobre la semiótica lo siguiente:

...describe procesos de comunicación no en términos de intercambio de mensajes, sino en términos de producción de sentido, de acción de los signos, de semiósis, de procesos de producción de significado, de sistemas de significación, de procesos culturales o intercambios simbólicos, todo lo cual parece expandir el espacio de pertinencia no sólo del objeto “comunicación” sino de su naturaleza ontológica, epistemológica y fenoménica (p. 39).

En este sentido, la semiótica entendida como una parte de los estudios de la comunicación abre la posibilidad de ubicar a los objetos, las situaciones o los acontecimientos

sociales y culturales como productores de significado. Con base en este planteamiento, el proceso de comunicación sucede dentro del sujeto receptor a partir de una interpelación simbólica producida por un determinado objeto. El objeto forma parte del *mundo de la vida* del sujeto receptor y por tanto de sus representaciones culturales. Estamos entonces ante un proceso de *semiósisis*, que para Peirce (1965) es el proceso en el que algo funciona como signo, siempre y cuando se dé la referencia a un objeto y la mediación de un interpretante en esta referencia.

La posibilidad de interpretar el significado (signo o *representamen*) de un objeto o una situación particular, tal como podría ser una reunión de los habitantes en una colonia urbana periférica, requiere de un intérprete capaz de establecer la relación de esa reunión (interpretante) con un referente cultural. La reunión en sí misma, posee tantos significados como referentes interiorizados en el intérprete.

La comunicación humana en este estudio, se orienta al pensamiento complejo sintetizado en la obra de E. Morín y planteada por Ballesteros (2011: 4-6) como un sistema fonémico, gramatical, no-verbal, en una relación de solidaridad e interdependencia que destaca el significado como *categoría esencial* de las ciencias de la comunicación, y el lenguaje como una forma de cultura. El ser humano en sus procesos comunicativos se vale no sólo del lenguaje verbal, sino que éste último, se organiza, coestructura y se torna coexpresivo con los sistemas semióticos, lo cual da lugar a los significados pretendidos o interpretados. Estamos entonces frente a una semiótica del cuerpo, la interpretación se lleva a efecto con base en la experiencia que ha sido aprendida por el sujeto y se resuelve mediante la representación cultural de los signos. Algo similar sucede con los objetos y las situaciones sociales, Losada (2001) en sus aproximaciones a la semiótica del espacio urbano, retoma los planteamientos de Berger y Luckmann sobre la construcción social de la realidad y señala la significación que adquieren las personas, las situaciones y los objetos a través del lenguaje en la vida cotidiana.

Considerando la construcción interactiva entre el entrevistador y el entrevistado, la interpretación se orienta hacia la manera como se concibe el “sujeto individual” propuesto por Habermas (1989), y la manera como se construye el “sujeto social”, al tiempo que construye su acción colectiva mediante procesos como la intersubjetividad (entendida como el terreno comunicativo y de identidad), la organización con sus implicaciones culturales, y la ideología con sus imaginarios colectivos.

El concepto de *acción comunicativa* permite fundamentar el proceso de incorporación e integración al Comité de Defensa Popular, el cual, representa la organización formal de la acción colectiva, es decir, la parte estructurada con sus dirigentes y sus bases.

Para Habermas (1989), la acción comunicativa acontece en el mundo de la vida, donde se constituye la experiencia vital a través de los eventos físicos y los eventos vivenciales, y nos permite reconocer tanto los contenidos semánticos de la cultura como los objetos simbólicos.

El concepto de acción comunicativa se refiere a la interacción de a lo menos dos sujetos capaces de lenguaje y de acción que (ya sea con medios verbales o con medios extra verbales) entablan una relación interpersonal. Los actores buscan entenderse sobre una situación de acción para poder así coordinar de común acuerdo sus planes de acción y con ello sus acciones (p. 124).

En este proceso de integración social basado en la comunicación interpersonal y que implica poner en práctica determinadas normas de comportamiento, los actores o sujetos sociales negocian los términos y símbolos que intercambian, los interpretan y establecen acuerdos. De esta manera, el entendimiento hace posible la coordinación de la acción, es decir, los participantes “reconocen intersubjetivamente las pretensiones de validez con que se presentan unos frente a otros” (Habermas, 1987: 233).

Las *pretensiones de validez* conforman las argumentaciones que sustentan la interrelación de los sujetos que se comunican. “Son los universales constitutivos del diálogo, los que empiezan estableciendo la forma de intersubjetividad entre cualesquiera de los hablantes competentes, capaces de entenderse mutuamente.” (Habermas, 1987: 369).

Berthier (2006) señala que Habermas se opone a considerar el lenguaje como un simple instrumento que permite expresar el pensamiento mediante signos y cuestiona los planteamientos de las teorías positivistas sobre los fundamentos de la razón, que establecen como condición de la verdad que los enunciados hagan referencia a los hechos del mundo, relegando los enunciados sobre los valores y las normas a la irracionalidad, en tanto que sólo reflejan estados de cosas subjetivas y emotivas. Para Berthier, en el lugar de la verdad, Habermas coloca el concepto de *pretensión de validez*, con el que se refiere a los argumentos en los que hay enunciados afirmativos, es decir, para él, las afirmaciones a través del habla no son ni verdaderas ni falsas, sólo pueden ser justificadas o injustificadas. La verdad se establece a partir de las pretensiones de validez, cuando los sujetos establecen consensos acerca de sus experiencias del mundo, acerca de la verdad que bajo esta óptica es intersubjetiva.

Con base en el concepto *pretensión de validez* que desarrolla Habermas, considero necesario incorporar un elemento previo a la acción comunicativa, que permite ubicarnos espacial y temporalmente en su contexto y responder a un *por qué* y un *cómo* del encuentro de los participantes. Este elemento lo he denominado *punto de atracción o encuentro*, que constituye el primer enlace entre los sujetos que se interrelacionan. Un segundo elemento conceptual que he incluido en el esquema es el de *enlace* que permite establecer los puntos donde el sujeto es impactado en el proceso de acción comunicativa y por tanto, atraviesa por una etapa de construcción como sujeto social de la acción colectiva.

En cuanto a la *pretensión de validez*, considero que se presenta en varias dimensiones o espacios vividos por el sujeto, no obstante que la pretensión de validez que se constituye en el discurso, en la intersubjetividad, he agregado la *pretensión de*

*validez compartida*, que implica cierta redundancia, no obstante me permite distinguirla de lo que podría aparecer como una pretensión de validez ausente, es decir no integrada a la narrativa como tal, pero sugerida por el sujeto durante la entrevista. Después del segundo enlace se presentan referentes identitarios de los transujetos que se inician en su construcción como sujeto social.

En este enlace, el sujeto individual se manifiesta de diversas formas, pero principalmente en lo que Bordieu llama *illusio*, es decir, portador de un interés específico para participar en un campo social, entendido como espacio pluridimensional, donde se define una posición a ocupar en relación a otra u otras dentro del campo.

## 9 | ORGANIZACIÓN

La comunicación se relaciona además con el proceso de *organización* que llevan a efecto los sujetos, quienes, en medio de su intersubjetividad, interaccionan y se comunican para construir su acción colectiva, finalidad que le da sentido al hecho de estar juntos. La comunicación y la organización como procesos de construcción del sujeto social, se presentan dialécticamente en una dinámica en la que los sujetos para organizarse necesitan comunicarse y para comunicarse de manera colectiva necesitan, estar organizados. Esto me permite afirmar que, en una acción colectiva como el movimiento social, no puede haber organización sin comunicación, ni comunicación sin organización. En esta dinámica ambos procesos ocurren simultáneamente, el proceso organizativo se opone al caos y la incomunicación de los sujetos incorporados a la acción, es por eso que la organización es lo que le da sentido a la unidad para alcanzar un fin común. Los sujetos se valen del lenguaje que los identifica para negociar y ponerse de acuerdo en el papel que cada quien juega dentro de la acción colectiva, por tanto, la organización implica también una lucha de poder entre los miembros, una distribución de posiciones y actividades de participación para orientar y sostener estratégicamente la acción colectiva hasta la consecución de las metas pretendidas y acordadas por los sujetos. La organización establece, entonces, la forma de participación del sujeto dentro de la acción colectiva. Sin embargo, es preciso aclarar que la organización no es la acción colectiva, sino uno de los elementos que permiten la cohesión y consolidación de esta última. Los sujetos pueden organizarse para alcanzar juntos alguna meta, pero no siempre ésta se conseguirá mediante la acción colectiva, en este sentido se puede afirmar que puede haber organización sin acción colectiva, pero no puede haber acción colectiva sin organización. La organización resulta a partir de los vínculos de identidad, interés colectivo e ideológico de los sujetos, lo cual se traduce en cohesión social para la planeación de estrategias que aseguren la vigencia y continuidad de la acción colectiva y sus fines. Es en el seno de la organización donde se llevan a efecto las continuas negociaciones entre los sujetos. Chihu Amparán (2007) en una referencia a Melucci, menciona que “los patrones de liderazgo y las formas organizativas representan

intentos por dar un orden más durable y predecible a estas negociaciones” (p. 131).

Existen por lo menos dos formas diferentes de organización dentro de la acción colectiva, una es la formal, que constituye el núcleo estructurado de la dirigencia y los cuadros que coordinan las acciones o actividades de todos los participantes. En esta forma de organización no sólo se encuentran establecidas las posiciones jerárquicas de los que participan en la acción colectiva y las funciones que a cada cual le corresponden, sino que también se definen las *metas de la acción*, las orientaciones ideológicas, *los medios utilizados*, las reglas y los mecanismos coercitivos de participación. Estos últimos, son ilustrados por Nuñez (1990) con la siguiente expresión: “Si no asistes a tantas juntas o no colaboras con tales o cuales acciones comunitarias, no tienes derecho (o lo tienes en segundo lugar) a gozar de los bienes que se consigan” (p. 92). No obstante que en las dirigencias recae la función de mantener vigentes los aspectos ideológicos, reglamentarios y coercitivos, éstas cumplen básicamente con la acción integradora en el proceso de construcción de la identidad (Ramírez Sáiz, 1990).

La otra forma de organización tiene lugar en las bases y se orienta a diferentes intereses o tendencias de sus participantes, al respecto Picardo (1998) señala que “al interior de los grupos políticos se han visto microintereses llamados corrientes o tendencias, ortodoxia y ortopraxis, pero en realidad son ideologizaciones” (s/p). Estas orientaciones por lo general autogestivas, implican referentes identitarios, de fidelidad o ruptura con la estructura formal y la dirigencia. Las demostraciones de solidaridad se manifiestan como acciones organizadas (al margen de la dirigencia) para la defensa territorial, la autoconstrucción de viviendas y el mejoramiento de los espacios obtenidos.

## 10 | IDENTIDAD

En cuanto a la identidad, ésta se entiende aquí en términos de colectividad, de relaciones sociales, como un proceso que se lleva a efecto en el marco de las relaciones de poder y en contextos sociales diferentes, por lo que su carácter es relacional y situacional. Es decir, la identidad no es una condición permanente del sujeto, sino un proceso social y cultural cambiante que se construye y se reconstruye cotidianamente. Esto implica que el sujeto es portador de diversas identificaciones, de ahí, que se conciba con una *identidad múltiple*, en la que los elementos identitarios no se yuxtaponen, sino que se integran al sujeto posibilitándolo para su incursión a los círculos de pertenencia que forman parte de su espectro social y cultural. Gilberto Giménez (2003) sostiene que la identidad “no es más que el lado subjetivo (o, mejor, intersubjetivo) de la cultura, la cultura interiorizada en forma específica, distintiva y contrastiva por los actores sociales en relación con otros actores” (p.9). En este sentido, la construcción identitaria de los sujetos parte de la intersubjetividad dialógica en la que acontece la interacción y la comunicación interpersonal.

Además de la *identidad múltiple* integrada al sujeto, se plantea la existencia de

una *identidad colectiva* que permite definir al sujeto social, esta identidad se construye cotidianamente en los grupos o colectivos que forman parte de un contexto cultural determinado. Los elementos identitarios producidos por el entorno, la intersubjetividad y los imaginarios colectivos permiten establecer la diferencia respecto a “otros” sujetos en otros contextos. En este sentido, la identidad colectiva establece fronteras simbólicas con respecto a “los otros”, Giménez (2003), menciona que “la identidad se define primariamente por sus límites y no por el contenido cultural que en un momento determinado marca o fija esos límites.” (p. 1).

En cuanto a la *identidad colectiva* de los Movimientos Urbanos Populares (MUP), Ramírez Saíz (1990) señala que ésta “se forja principalmente en la defensa, rehabilitación y transformación física del entorno urbano y en la lucha política; es decir, en la creación de mejores condiciones materiales de vida y en la formación de una colectividad consciente y movilizadora” (p. 12).

En la dimensión cultural de los movimientos sociales identidad e ideología constituyen dos procesos profundamente ligados, a tal grado que asumimos que la primera es moldeada por la segunda.

## 11 | IDEOLOGÍA

Entendida como una categoría de análisis, la ideología se conceptualiza aquí, sin la intención de profundizar o debatir sobre ésta, sino con la finalidad de encontrar algunos de los aspectos significativos que nos permitan identificarla como categoría cultural.

Una de las grandes diferencias presentes en el uso del término se encuentra en el tránsito de la ideología del mundo de las ideas al que apuntaba Destutt de Tracy, a la ideología del pensamiento y la producción económica, política, social y cultural de la burguesía referida por Marx y que identificaba como “falsa conciencia”. Sin entrar en tantos detalles para una extensa discusión sobre esta categoría, digamos que la ideología como concepto ya sea en la concepción de De Tracy o de Marx tampoco escapa de la dimensión cultural ya sea en el tiempo o espacio en que se le ubique. Lo mismo puede decirse de los planteamientos que al respecto hace Gramsci a través del concepto de *hegemonía*, de Althusser con sus *Aparatos Ideológicos del Estado*, de Bordieu con la *Teoría de la Reproducción Social* y sus conceptos de *habitus* y *campos*, entre otros. La ideología y la cultura se reflejan en las aportaciones de todos ellos.

Picardo (1998) con base en el pensamiento de Ellacuría, menciona que la ideología “en alguna medida siempre está presente por medio de conceptos, símbolos, imágenes, referencias, o discursos; y es aquí donde se encarna el aspecto de ideologización de las ideologías, en el límite del engaño premeditado y evidente” (s/p).

En este estudio, la ideología como categoría de análisis, se utiliza para identificar las posiciones de poder y argumentaciones discursivas de los sujetos sociales de la acción

colectiva con respecto a la parte o partes antagónicas, así como las formas de *ideologización* que pudieran reflejarse en las narrativas. No obstante, este nivel categórico resulta limitado por su referencia binaria entre dominantes y dominados, y por la concepción marxiana que tiende a la interpretación generalizada de “falsa conciencia”.

Sin embargo, la estigmatización del concepto de ideología la mantiene atada a su concepción tradicional. Picardo (1998) propone otra manera de entender la ideología, rescatándola de ese estigma al proponer una ideología desideologizada, transparente, sin ideas distorsionadas que funcione como instrumento ético de discusión al servicio de todos (p. 14). Se trata de una ideología que se pueda adaptar a las nuevas concepciones del mundo actual, romper sus ataduras, su estigmatización para llevarla a otros espacios y situaciones cotidianas del mundo de la vida, desde donde pueda dar cuenta de contextos históricos diferentes y de otras formas de relaciones sociales.

En la perspectiva antropológica de Gómez (2001), la ideología es “un conjunto ordenado con arreglo a patrones inconscientes de creencias inconscientes, elementos todos ellos atravesados por valoraciones”. En este plano, sugiere el autor, es en donde la ideología se asemeja al concepto de *imaginarios sociales*, puesto que éste último se manifiesta en lo simbólico y contribuye en “la percepción ordenadora de la realidad” otorgando sentido a los efectos que se producen discursivamente (p. 201).

Es a través de la noción de los imaginarios sociales, como pueden interpretarse los marcos de representación de la realidad social y la manera como se construye una determinada identidad en el contexto de la vida colectiva y su cotidianidad.

“Los imaginarios sociales producen valores, las apreciaciones, los gustos, los ideales y las conductas de las personas que conforman una cultura. El imaginario será entendido a su vez como efecto de una compleja red de relaciones entre discursos y prácticas sociales que interactúan con las individualidades” (Cassián, Escobar, et.al., 2006: 24). En el análisis del sujeto social de la acción colectiva, el imaginario permite dar cuenta de la manera como se concibe la realidad social, desde las posiciones que ocupan dentro de la acción, las semejanzas y diferencias identitarias. Magariños de Morentín (En Cassián, Escobar, et.al., 2006) define el imaginario como “todo aquello de lo que se habla en la comunidad, en la medida y según el modo en que se habla de ello” (p. 197), esto implica el modo en que a partir de la realidad social se manifiestan en la narrativa, los ideales, las utopías, las añoranzas como certezas que habitan en el imaginario social del sujeto.

El concepto de ideología en el estudio de los movimientos sociales ha sido abordado con importantes contribuciones por parte de Touraine (1995) y Melucci (1996). El primero plantea que, en un movimiento social, la ideología tiene lugar cuando el actor se define a sí mismo (principio de identidad), identifica al adversario (principio de oposición) y sabe cuál es la razón y el objetivo del movimiento (principio de totalidad). Melucci, con base en los planteamientos de Touraine concibe la ideología como el “marco” donde se desarrollan los simbolismos y mediante la cual se logra la integración del movimiento y la conformación de

estrategias (Chihu Amparán y López Gallegos, 2007: 144-148).

Hasta aquí se han presentado con base en algunas fundamentaciones teóricas, las cuatro categorías que nos permiten analizar la construcción del sujeto social y comprender la dinámica y complejidad del movimiento urbano popular. En esta perspectiva, concebimos estas categorías como procesos que forman parte de un sistema sociocultural abierto. Al respecto, Melucci (En Chihu, 2000: 89) asume que la acción colectiva es un *sistema de acción*. Según Rodríguez Delgado (En Moriello, 2006) todos los sistemas están circundados o envueltos por cierto entorno, ambiente o contexto. Asimismo, un entorno global puede separarse en “próximo” o “lejano”. El *entorno próximo* puede influir en el sistema y ser influenciado por él, en cambio el *entorno lejano* es inaccesible al sistema, pero puede influir en él. Para poder nombrar a esta dinámica en la que fluyen recíprocamente los procesos y componentes entre sí, y entre el sistema y el entorno la he denominado *endosinosis*<sup>1</sup>.

## 12 | ENDOSINOSIS O EL MOVIMIENTO SOCIAL COMO SISTEMA

Independientemente de su conceptualización compleja, la acción colectiva requiere la existencia de sujetos o individuos agrupados con cierta organización y espacios físicos donde se realiza, aspectos ya referidos en la teoría de la movilización de recursos. Sin embargo, en sí misma, la acción colectiva, en cierto nivel no es un entorno, sino lo que acontece en él, por lo tanto, ese entorno al contener a la acción colectiva como un sistema abierto se nutre de los procesos que emana ese sistema y éste a su vez de los elementos del entorno, esto lo constituye como entorno endosinótico, es decir, la unidad del sistema y el entorno próximo, en palabras de Moriello (2005), donde se establece el “diálogo”, en este caso conceptual de procesos y elementos que interioriza el sujeto social de la acción y que en cierta medida también puede denominarse *entorno cultural de la acción colectiva*.

El entorno endosinótico no está delimitado espacialmente de manera regular, porque la acción se desarrolla físicamente en espacios concretos que varían constantemente. En este entorno también se desplazan los sujetos, éstos son personas impactadas por los elementos culturales que corresponden a los diversos procesos de la acción colectiva, es decir, del sistema definido conceptualmente y que da lugar a la construcción del sujeto social al tiempo que éste permite la renovación de los procesos y categorías que corresponden a la acción. En este sentido, Melucci (En Chihu, 2000: 89) es reiterativo a lo largo de su obra, en tres aspectos que permiten la constitución del sujeto social: las relaciones de solidaridad, organización y una cultura compartida, aspectos que forman parte de la acción

---

1 ENDOSINOSIS (del griego: endo - 'dentro de', 'interno'/ sýn - 'con', 'unión' / ò-sis - 'proceso'. Que significa: “Unión interna de procesos”). El término se refiere a diferentes procesos que, siendo independientes conceptualmente, se convierten en procesos estrechamente vinculados, afectándose unos a otros, al estar integrados a un entorno social o cultural en cierta medida autónomo, pero a la vez abierto a un entorno o varios entornos mayores que lo contienen. En el caso de la construcción cultural del sujeto de una acción colectiva, los procesos endosinóticos constituidos por la comunicación, la organización, la identidad y la ideología que impactan en el sujeto y son interiorizados por éste, se encuentran integrados a un entorno cultural: la acción colectiva, la cual, a su vez se encuentra inmersa y abierta a su entorno urbano: la ciudad.

colectiva como sistema. A este sistema lo denomina *de acción multipolar*, el cual se organiza mediante tres ejes: *los fines, los medios y el ambiente*. Estos actúan como un conjunto de vectores interdependientes y en mutua tensión, estableciendo respectivamente, el sentido de la acción para el sujeto social, sus posibilidades y límites, y el campo en el que se desarrolla la acción.

Entiendo que la dinámica de estos vectores se activa mediante los diversos procesos culturales producidos por el propio sujeto social de la acción. A través de la comunicación y las afinidades ideológicas e identitarias se define el sentido que tiene la acción para el sujeto social, proyectándola en un imaginario colectivo que da lugar a su participación en los procesos organizativos, donde se identifican los medios, los recursos y su movilización, así como las estrategias de acuerdo a las “posibilidades y límites de la acción”. El ambiente o campo en el que se desarrolla la acción colectiva corresponde físicamente a todos los espacios contenidos en el entorno endosinótico, donde -como ya he mencionado-, los procesos culturales establecen una serie de relaciones simbióticas, en las que un proceso no sólo influye en el otro, sino que forma parte de sus referentes conceptuales, no obstante que fuera de ese entorno cada uno de esos procesos (comunicación, organización, ideología e identidad) pueda ser definido independientemente.

La endosinosis implica en cierta medida el concepto planteado por Melucci de “sistema de acción multipolar”, en el que los procesos y elementos culturales se encuentran interrelacionados, sin embargo, al incluir *el ambiente*, Melucci sugiere al sistema como un entorno en sí mismo. En esta perspectiva, es posible ubicarnos en otro nivel de análisis, o en tal caso, abordar esta idea a partir de la categoría de entorno endosinótico, en la que el sistema de acción multipolar quedaría incluido, toda vez que en la perspectiva de Melucci, la acción colectiva se concibe como un sistema abierto y por tanto, el ambiente sería el eje que nos permite entender a la acción colectiva como un sistema que traspasa sus límites y se vincula con su entorno.

El proceso de construcción como acción colectiva, del movimiento de asentamientos urbanos forzados del CDP, presenta tres etapas históricas, que dan lugar a dos formas de construcción del sujeto social y en ambas, se lleva a cabo la endosinosis. La primera etapa se localiza en su nacimiento, la segunda en su desarrollo y la tercera en su transformación de “movimiento social” a partido político lo que implica su desaparición como movimiento urbano popular. Debido a que el sujeto social presenta dos vías de construcción diferidas en el tiempo y en cierto modo con referentes políticos, ideológicos y culturales diferentes, se puede decir que hablamos de dos tipos de sujeto social en parte fusionados y en parte yuxtapuestos, lo que complejiza su definición y por tanto su identidad colectiva. Inicialmente, el sujeto social surge con la acción colectiva y posee una formación política e ideológica previa. En la segunda etapa, el transujeto se construye como sujeto social mediante un proceso endosinótico diferente. Finalmente, el sujeto social del movimiento de asentamientos urbanos forzados del CDP, se disgrega y regresa a su estado de transujeto,

con elementos identitarios que comparte en su vida comunitaria como integrante de una colonia cedepista.

## REFERENCIAS

BALLESTEROS Panizo, M. (2011). **Pensamiento complejo y estudio de la comunicación.** *Phonica*, Vol 7.

BERTHIER, A. (2006). Jürgen Habermas: **El Giro Lingüístico de la sociología y la Teoría Consensual de la Verdad.** *Revista Observaciones Filosóficas*, N° 3.

CASSIÁN, Nizaiá; Ma. G. Escobar, et.al. (2006). **Imaginario social: una aproximación desde la obra de Michel Maffesoli.** *Athenea Digital*, No. 9, Universidad Autónoma de Barcelona.

CASTELLS, M. (1983: de la ed. 1972). **La cuestión urbana.** México: Siglo XXI.

CASTELLS, M. (2001). **La Era de la Información. Economía, Sociedad y Cultura Vol. II. El Poder de la Identidad.** México: Siglo XXI Edit., 3ª. ed. en español.

CHIHU Amparán, A. y A. López Gallegos (2007). **La construcción de la identidad colectiva en Alberto Melucci.** *Polis: Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial*, primer semestre, año/vol. 3, número 001, México: UAM-Ixtapalapa.

CHIHU Amparán, A. (2000, Diciembre). **Melucci: La teoría de la acción colectiva.** *Revista Argumentos* No. 37.

ESPINO DEL CASTILLO Barrón, M. (2007) **El dialogismo, espacio de constitución de la intersubjetividad.** *Revista Regional de Investigación Educativa.*

FREIRE, P. (1983). **La pedagogía del oprimido.** México: Siglo XXI.

GIMÉNEZ G. (2003). **La cultura como identidad y la identidad como cultura.** Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM, P. 9. En *Estudios Culturales made in USA*, <http://estudioscultura.wordpress.com/about/> [Accedido en julio 2012]

GÓMEZ, P. (2001, Febrero). **Imaginario sociales y análisis semiótico. Una aproximación a la construcción narrativa de la realidad.** *Cuadernos*, No. 17, Argentina: Universidad de Jujuy.

HABERMAS, J. (1989) **Teoría de la acción comunicativa I. Racionalidad de la acción y nacionalización social.** Argentina: Taurus.

HABERMAS, J. (1987). **Teoría de la acción comunicativa II.** Madrid, España: Taurus.

LAU, R. y V. M. Quintana Silveyra (1991). **Movimientos Populares en Chihuahua.** México: UACJ.

LOSADA, F. (2001, Febrero). **El espacio vivido. Una aproximación semiótica.** *Cuadernos*, No. 17, Argentina: Universidad de Jujuy.

MELUCCI, A. (1999). **Teoría de la acción colectiva**. En *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México.

MORIELLO, S. (2006). **La relación con el entorno es la base de los sistemas complejos**. En: <http://www.tendencias21.net>

NUÑEZ, O. (1990). **Innovaciones democrático-culturales del movimiento urbano popular**. México: UAM-A.

PEIRCE, Ch. (1965-1966) **Collected papers Vol. I-VIII**. Harvard University: Belknap Press.

PICARDO Joao, O. (1998, Noviembre-diciembre). **Ideología y desideologización: aproximación al concepto**. *Revista Theorethikos*, año 001, No. 006, Universidad Francisco Gavidia, <http://www.ufg.edu.sv/ufg/theorethikos/Noviembre98/ideologia.html>. [Accedido en agosto de 2012]

RAMÍREZ Sáiz, J. M. (1986). **El Movimiento Urbano Popular en México**. México: UNAM-IIS, Siglo XXI.

RAMÍREZ Sáiz, J.M. (1990, Julio-Sept). **Identidad en el movimiento urbano popular**. *Ciudades*, No. 7, Puebla.

RIZO García, M. (2007). **Alfred Schütz y la teoría de la comunicación**. Reflexiones desde la comunicología posible. *Question Revista especializada en periodismo y comunicación*, Vol. 1, No. 15. Argentina: UNLP.

RODRÍGUEZ Mancilla, D. (2004). **Organizaciones para la modernización**. México: Universidad Iberoamericana/Colección Teoría Social.

TOURAINÉ, A. (1993) **Crítica de la modernidad**. Madrid: Ed. Temas de hoy.

VIDALES González, C. (2009, enero-junio). **La relación entre la semiótica y los estudios de la comunicación**: un diálogo por construir. *Nueva Época*, No. 11.

## INTERAÇÕES ENTRE PRÁTICAS POLÍTICAS E ORDENS ESTATAIS: A EXPERIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DE CANNABIS NO EQUADOR

Data de aceite: 01/09/2021

Data de submissão: 31/05/2021

**Andrés Fernando Rodríguez Mera**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales  
Sede Ecuador, Departamento de Estudios  
Políticos  
Quito - Ecuador  
<https://orcid.org/0000-0002-4919-8383>

Este trabalho faz parte da pesquisa de doutorado denominada *Conflitos políticos, problemas públicos e cidadania: consumo, cultivo, comercialização e regulação da cannabis no Equador* que estou desenvolvendo atualmente como doutorando no Departamento de Estudos Políticos do Equador.

**RESUMO:** Este artigo aborda as interações entre ordens de Estado e práticas políticas das organizações equatorianas de cannabis (OCE) ao estudar seus conflitos, subjetivos e lutas políticas entendidos como demandas inaceitáveis de configuração social baseadas em regras, normas e práticas que podem ser contestadas. As OCE, principalmente, estão mobilizadas para a descriminalização dos usuários de cannabis, para a descriminalização do cultivo da cannabis, bem como para a legalização e regulação da cannabis medicinal, industrial e recreativa. Elas constroem um conjunto de demandas, de potenciais resistências, por parte de redes de aliança e confiança que buscam investir papéis nas relações de poder e quebrar dinâmicas

específicas de dominação. Esta análise se concentra em três níveis de interação entre o Estado equatoriano e as OCE: interações de cima para baixo, interações de baixo para cima e interações mútuas. Estamos interessados em analisar as práticas políticas das OCE como figurações diante das ordens do Estado para responder a algumas perguntas e desenvolver nossa contribuição central de pesquisa: descrever *¿quem são e por que participam?*, *¿como foram formadas como uma organização da cannabis?*, *o que fazem?* e *¿como politizam sua prática de uso e cultivo de cannabis?* No caso do Equador, a criminalização do cultivo, consumo e posse de cannabis manifesta eventos repetidos dentro dos regimes constitucionais da região. O entendimento do Estado a partir das relações com outras organizações da sociedade nos permite descrever as disputas sobre a ordem e organização da vida social da população. Durante uma década de ação contenciosa (2009-2019), as OCE defendem uma identidade coletiva, desafiam o Estado e buscam mudar a ordem da sociedade equatoriana quanto ao consumo e regulação de cannabis medicinal, industrial e recreativa através da disseminação e ampliação de suas crenças, práticas e quadros de ação coletiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Práticas políticas, organizações de cannabis, ordem do Estado, demandas coletivas, Equador.

## INTERACTIONS BETWEEN POLITICAL PRACTICES AND STATE ORDERS: THE EXPERIENCE OF CANNABIS ORGANIZATIONS IN ECUADOR

**ABSTRACT:** This article discusses the interactions between state orders and political practices of Ecuadorian cannabis organizations (OCE) when studying their conflicts, subjective and political struggles understood as unacceptable demands for social configuration based on rules, norms and practices that can be challenged. OCE, in the first place, are mobilized for the decriminalisation of cannabis users, for the decriminalisation of cannabis cultivation, as well as for the legalization and regulation of medicinal, industrial and recreational cannabis. They build a set of demands, of potential resistance, on the part of networks of alliance and trust that seek to invest roles in power relations and break specific dynamics of domination. This analysis focuses on three levels of interaction between the Ecuadorian State and OCE: top-down interactions, bottom-up interactions, and mutual interactions. We are interested in analyzing the political practices of OCE as figurations before the orders of the State to answer some questions and develop our central research contribution: describe who they are and why do they participate?, how were they formed as a cannabis organization?, what do they do? and ¿how do they politicize their practice of cannabis use and cultivation? In the case of Ecuador, the criminalization of cannabis cultivation, consumption and possession manifests repeated events within the constitutional regimes of the region. The understanding of the State from the relations with other organizations of society allows us to describe the disputes about the order and organization of the social life of the population. During a decade of contentious action (2009-2019), OCE defend a collective identity, challenge the State and seek to change the order of Ecuadorian society regarding the consumption and regulation of medicinal, industrial and recreational cannabis through the dissemination and expansion of their beliefs, practices and collective action frameworks.

**KEYWORDS:** Political practices, cannabis organizations, state order, collective demands, Ecuador.

### 1 | INTRODUÇÃO

A partir da articulação dos movimentos sociais com outros atores políticos em sua relação com o Estado. Por meio de suas ações e estratégias, os movimentos buscam influenciar a tomada de decisões coletivas, ora conseguindo transformar regimes políticos, instituições estatais ou práticas autoritárias. Quando se fala de movimentos sociais, ação coletiva ou, como dissemos, ação contenciosa, geralmente se refere a pelo menos um desses dois paradigmas: a teoria da mobilização de recursos e a teoria dos novos movimentos sociais. Cada um deles tem suas figuras fundadoras, seus conceitos nodais e suas formas diferenciadas de interpretar os fenômenos da contestação como um movimento social.

Este trabalho propõe que, em nossos estados fracos, nossas democracias fracassadas e nossas economias emergentes percebemos dispositivos regulatórios e formas de organização que, de fato, tornam eficazes certas modalidades de dominação global, como a Guerra às Drogas e a criminalização do consumo de cannabis e dos usuários.

A síntese dos movimentos sociais em torno de suas descobertas sobre política institucional é um viés particularmente problemático quando o objetivo de muitos dos movimentos de democratização desta década era justamente questionar a centralidade da política institucional nas democracias do século XXI. Por isso, propomos quatro eixos para analisar as interações entre práticas políticas e ordens estatais em relação à cannabis no Equador: 1), organizações equatorianas de cannabis (OCE) como atores coletivos da sociedade 2) construção de demandas diante de normas estaduais, 3), repertórios, quadros e identidades de cannabis como práticas políticas, e 4) regulação da cannabis sobre a população: ordem, controle e punição.

## **21 ORGANIZAÇÕES EQUATORIANAS DE CANNABIS (OCE) COMO ATORES COLETIVOS NA SOCIEDADE**

Esta análise se concentra em três níveis de interação entre o Estado equatoriano e as OCE: interações de cima para baixo, interações de baixo para cima e interações mútuas. Insistimos na necessidade de mudar a abordagem institucional e utilitarista que predomina da sociologia dos movimentos sociais. Refletimos de um mundo social diferente do da última década do século XX. A cada nova onda de mobilização, o debate ressurgue sobre a novidade dos novos movimentos sociais e os que marcaram o início da década de 2010, não são exceção. Este debate é sempre um campo de discórdia entre teorias e abordagens.

Muitos dos jornalistas, aderentes e ativistas que percebem sua primeira experiência de mobilização argumentam que esses movimentos são originais e inovadores, enfatizando sua capacidade de criar e experimentar novas formas de organização, vínculo com os outros e comunicação. Outros ativistas, particularmente aqueles com longa história, afirmam que “essas mobilizações mantêm certas semelhanças e continuidades com os movimentos do passado e veem pouca criatividade no fenômeno” (PLEYERS, 2018).

Embora um dos propósitos cruciais da mobilização coletiva em torno da cannabis no Equador seja aumentar o impacto de suas denúncias, pouco se sabe sobre como o uso de repertórios contenciosos afeta a opinião pública, como sua utilidade é avaliada entre seus potenciais ativistas e como a possibilidade de disputar a mudança social, normativa e moral é moral e publicamente dimensionada.

Durante a última década, diversos coletivos, redes e pequenas empresas comerciais projetam e publicam demandas, discursos e conteúdo digital dentro e fora da sociedade equatoriana. Para citar um caso, a identidade digital conhecida como Monstro da Maconha sustenta que desde 2007 planta a educação e incentiva o cultivo da cannabis medicinal como método de combate ao tráfico de drogas e à corrupção que esse fenômeno sociopolítico gera. Seus membros trabalham no ativismo da cannabis com a “Rádio Pata Caliente”. Dr. Cannabis é outra iniciativa social na qual vários produtores e profissionais da cannabis

fortalecem o uso medicinal da cannabis. Esta organização empilha essa matéria orgânica em macerações através do acesso a plantas sem pesticidas e totalmente semeada para fins medicinais. A equipe de trabalhadores da oficina afirma que eles contribuem para melhorar as condições de vida de centenas de pacientes e consumidores no Equador.

Esta primeira imersão etnográfica (2018-2019) também registra a organização “Cáñamo Industrial Ecuador”. Empreendimento agrícola que busca gerar conscientização no país sobre o uso do cânhamo industrial em todo o mundo e os benefícios que essa indústria emergente teria; uma vez implementada. Seus integrantes afirmam que participam de um projeto que vai melhorar a qualidade de vida dos camponeses e agricultores, que apoia a descriminalização da planta cannabis e que promove o cuidado com o meio ambiente.

Além disso, conscientizam sobre os benefícios do cultivo industrial de cânhamo no bem-estar social e na economia nacional. Outra organização que analisamos neste estudo é a “Cultiva Tus Derechos Ecuador”. Este grupo luta para que a sociedade equatoriana viva abertamente, livre de leis proibitivas e punitivas. Eles também buscam a abertura dos estabelecimentos legais para que consumidores e produtores sejam respeitados e protegidos pelo marco legal e regulatório.

Se as organizações equatorianas de cannabis se desmobilizarem ou desaparecerem gradualmente, tal desagregação será evidência do desastre de um dos principais mecanismos de participação cidadã na política pública de drogas do Equador: a mobilização e a ação pública pela cannabis. “A ascensão e caimento dos movimentos sociais marca a expansão e a contradição das oportunidades democráticas” (TILLY e WOOD, 2010, p. 21). O fio constituinte de um movimento social não são as ações individuais dos competidores, seus objetivos ou seus públicos, mas a interação entre esses três elementos.

Diante desse cenário político, as posições do Estado equatoriano e seus representantes legislativos e institucionais em relação a substâncias psicoativas classificadas como drogas ilegais têm características comuns. O descrédito em torno do problema social da cannabis, bem como a política punitiva de drogas são os fundamentos de uma política moral e intolerante na qual tanto o consumo, o cultivo e a comercialização da cannabis ainda são vistos como desvios e pecados e proibição absoluta como salvação nacional. Ao mesmo tempo, a validação do conceito de vício em drogas “se estabelece como comportamento disfuncional e improdutivo ainda mais agudo do que mendicância, alcoolismo ou ter antecedentes criminais” (ROBERTS e YU, 2013, p. 109).

Atualmente, o Equador está emergindo de um ciclo de progressismo tardio a partir do qual formas inovadoras de ação coletiva são contextualizadas. Sob essa premissa, será discutida a (sempre) relação conflituosa entre as organizações da cannabis e o Estado. Portanto, em vez de falar sobre as relações entre a sociedade e o Estado, parece mais apropriado investigar a continuidade das interações através das quais se constroem ideias sobre poder e dominação que tenham efeitos práticos e políticos em torno do consumo, do cultivo e da comercialização da cannabis no Equador.

A sociologia do Estado contribui para a compreensão de como as relações entre cannabis, violência política, criminalização e estado evoluíram questionando a imposição uniforme e incidência de danos socioculturais causados pela aparente necessidade de políticas antidrogas para o povo.

### **31 CONSTRUÇÃO DE REIVINDICAÇÕES EM FRENTE A REGULAMENTOS ESTADUAIS**

As OCE, principalmente, estão mobilizadas para a descriminalização dos consumidores e produtores de cannabis, para a descriminalização do cultivo da cannabis, bem como para a legalização e regulação da cannabis medicinal, industrial e adulta. Eles constroem um conjunto de demandas, de potenciais resistências, por parte de redes de aliança e confiança que buscam investir papéis nas relações de poder e quebrar dinâmicas específicas de dominação. O regime democrático e a estrutura geral das oportunidades políticas podem permitir e incentivar o surgimento de novos movimentos sociais. A conceituação do Estado e da sociedade como mutuamente constitutivas “se concentra na identificação de padrões repetitivos do que os Estados fazem, a quem o fazem, em que contextos e com que retroalimentação submisso ou confrontante da sociedade ou de algum poder externo (BRACHET, 2016, p. 298).

Aditivamente, as OCE discutem sobre o acesso à cannabis e a importância de fazê-lo não só da grande, mas também de pacientes e consumidores. Dentro da regulamentação da cannabis há uma criminalização estigmatizante que não distingue gêneros. Homens e mulheres ligadas à cannabis são rotulados durante suas relações em relação ao mercado de trabalho, família ou cultura; perdem oportunidades e credibilidade. O Estado e seus servidores públicos expressam os interesses de todo o que afirmam representar. A materialização do Estado é uma identificação da centralidade do controle governamental. No entanto, “raramente é acessível. Na verdade, o Estado não pode existir, além do fetiche da vida depositada sobre ele em encontros imediatos” (KRUPA e NUGENT, 2015, p. 11).

Disciplina e sistemas de legalidade distribuem todas as situações e pessoas de acordo com um código que é o do que é permitido e o que é proibido. E dentro desses dois campos; eles especificam e determinam exatamente o que é proibido e o que é permitido ou melhor, o que é obrigatório. Pode-se dizer que dentro desse regime geral, “a função do sistema de legalidade, do sistema de direito, é, em essência, a determinação das coisas, e ainda mais quando são proibidas” (FOUCAULT, 2011, p.67).

Tanto os mecanismos e capacidades estatais aludem à dinâmica historicamente dominante e que muda o tempo que influenciam a estruturação da vida social em todos os níveis analíticos, desde eventos cotidianos até mudanças (progressivas ou regressivas) sobre os princípios e práticas de dominação política e distribuição de recursos naturais, econômicos e tecnológicos entre a população nacional. Em relação ao problema social da cannabis no Equador, essas capacidades representam elementos explicativos dos

processos sociais que visam prever as consequências do consumo, cultivo e comercialização da cannabis, sejam elas orientadoras ou restritivas.

Quanto ao papel das mulheres no fenômeno empírico da cannabis no Equador, as ativistas afirmam que, do ponto de vista da ação coletiva, é complexo delimitar esse papel; devido à (principalmente) sociedade machista em que certas atitudes das mulheres não entram no paradigma da família e da sociedade, mesmo nas próprias organizações de cannabis. Deve-se notar que a redução dos movimentos sociais aos seus impactos na política institucional ou no campo eleitoral é um viés epistemológico muito problemático, uma vez que nos impede de compreender a própria natureza das trajetórias e interesses dos movimentos sociais.

Voltando ao questionamento do quadro normativo, é fundamental notar que a lei funciona no campo imaginário, pois imagina e só pode ser formulada imaginando todas as coisas que poderiam ser feitas, mas não precisa ser feitas. “Imagina o negativo. De certa forma, a disciplina trabalha na complementaridade da realidade” (FOUCAULT, 2011, p. 69).

Por trás do complexo conjunto de organizações equatorianas de cannabis que acumulam liderança contenciosa, está um “enigma não resolvido (temporariamente) sobre as motivações e práticas daqueles que aderem à ação coletiva sem pertencer -formalmente - a uma plataforma associativa ou a deter uma associação específica” (URBINA, 2018, p. 421). Como potenciais adeptos ou simpatizantes pró-cannabis, esses atores sociais são os que constituem parte da maioria ausente, aquele que compartilha igualmente a queixa e frustração, mas decidem não sair para ocupar as ruas em razões críticas ou oportunas, como na Marcha Mundial da Maconha Equador, nas Cicleadas da Cannabis ou nos protestos durante os debates pela reforma do Código Penal Integral (COIP) fora da Assembleia Nacional.

Destacamos a impossibilidade de compreender a constituição dos atores coletivos (no esta pesquisa, as OCE) sem ver sua ligação íntima com os sistemas funcionais que desafiam (por exemplo, o “Estado”, a “economia”, etc.). Eles não só surgem como um protesto para este último, mas eles operam dentro de seus quadros de operação e interação (AGUDO e ESTRADA, 2014). A partir da imersão etnográfica, fluxos de poder são observados na vida cotidiana. A partir do fazer e dizer marcado pela cultura e nas práticas cotidianas e impactos resultantes de discursos e diretrizes do Estado, bem como de um arcabouço político que regula territórios e crenças sociais.

Desde seu origem até os dias atuais, o problema das drogas ilegais é a guerra declarada contra os usuários e não contra as próprias drogas. As manifestações públicas parecem constituir uma demanda de natureza cidadã na medida em que “os manifestantes exigem que a comunidade de Estados reconheça o consumo de drogas – particularmente a maconha – como parte do direito ao livre desenvolvimento da personalidade” (RESTREPO, 2013).

A prisão não é, afinal, uma operação típica do Estado ou correspondente em geral

à ação estatal? É bem possível extrair mecanismos disciplinares dos lugares onde você está tentando colocá-los em jogo, como prisões, centros de reabilitação, o exército. Mas não é o Estado que é, em última análise, responsável por sua ação geral e local? “Pode ser que a generalidade extrainstitucional, a generalidade não funcional, a generalidade não objetiva, nos coloquem na presença da instituição totalizadora do Estado” (FOUCAULT, 2011, p. 144).

## **4 | REPERTÓRIOS, QUADROS E IDENTIDADES DA CANNABIS COMO PRÁTICAS POLÍTICAS**

Estamos interessados em analisar as práticas políticas das OCE como figurações diante das ordens do Estado para responder a algumas perguntas e elaborar nossa contribuição central de pesquisa: descrever quem são e por que participam?, como foram formados como uma organização da cannabis? e como politizam sua prática de consumo e cultivo de cannabis?

Tendemos a assumir que as instituições estatais ultimamente executam decisões de acordo com sua configuração e planejamento. Sua noção de modelo geral é importante para analisar qualquer estado, hoje ou no passado. “Populações ao redor do mundo desenvolveram entendimentos sobre como os Estados devem ser e o que devem fazer, mesmo que suas práticas não correspondam às suas esperanças e expectativas” (MIGDAL, 2009, p. 188).

As próprias organizações de cannabis conseguem abrir novas oportunidades e espaços superando restrições e obstáculos políticos, institucionais e administrativos. Neste caso, há uma relação assimétrica entre as OCE e o Estado, no campo da política, do exercício democrático e da crise do regime democrático. As renovações em torno dos repertórios resultaram no fato de que a sociedade percebe seus protestos e demandas de forma mais positiva do que antes — com os repertórios clássicos — e que essa expansão de quadros de ação coletiva fortalece mobilizações e intervenções públicas. Além disso, os cidadãos se engajam e debatem (a favor ou contra). Décadas atrás, as pessoas optaram por uma atitude distante e indiferente a este conflito político (ORELLANA ÁGILA, 2017).

Tilly (2005) expressou que a grande variedade de reuniões públicas, como marchas, manifestações e greves, são todas performances empíricas que podem ser analiticamente chamadas de cosmopolitas porque a extensão da ação e o objeto envolve múltiplas localidades; autônomas desde os organizadores do plano de ações e colocá-los em sua própria iniciativa em vez de aproveitar assembleias autorizadas ou confluências rotineiras de pessoas; e modulares porque ativistas recorrem a performances semelhantes em uma ampla gama de questões, grupos, localidades e objetos de demandas.

Entendemos o Estado em relação a reivindicações e conflitos sobre a dominação legítima (SCOTT, 1990), e investigamos as montagens de relações sociais que são

compostas, desmontadas e recompostas em torno do fenômeno empírico da cannabis (KRUPA, 2010).

Por sua vez, o sociólogo argentino José Nun (1989) descreveu uma nova era de movimentos sociais onde atores modestos buscavam mudar o mundo de seu cotidiano, nesta análise, a partir da descriminalização e descriminalização do consumo, cultivo e comercialização da cannabis no país. O repertório das OCE se sobrepõe ao repertório de conflitos políticos, como a atividade sindical ou as demandas de gênero. A ação produz o ator ajustando múltiplas orientações e entrelaçando a identidade coletiva com a identidade pessoal. Assim, “o mecanismo básico para explicar a ação coletiva é a solidariedade expressa individualmente como compromisso e não interesse” (PALADINO, 2014).

Uma primeira conclusão está na abordagem de que os Estados modernos usam a proibição da cannabis como forma de defender a moralidade e os limites sociais da criminalização e punição. Nessa definição, o tratamento médico e as considerações de saúde pública desempenham um papel central. Abrimos uma investigação sobre a reconfiguração do Estado e a geração da ideia do Estado, mas também sobre a formação das categorias e procedimentos em que os representantes estaduais baseiam suas atividades. Em relação ao Estado como uma ideia: “através desses conjuntos de práticas materiais, discursivas, rituais e performáticas, as pessoas passam a aceitar (ou não) Estados como partes reais e duradouras da paisagem social” (KRUPA e NUGENT, 2015, p. 7).

## **5 | A REGULAMENTAÇÃO DA CANNABIS SOBRE A POPULAÇÃO CONSUMIDORA E CULTIVADORA: ORDEM, CONTROLE E PUNIÇÃO**

No caso do Equador, a criminalização do consumo, cultivo e comercialização da cannabis manifesta constantes dispositivos regulatórios e proibitivos dentro dos regimes de cidadania na América Latina. O entendimento do Estado a partir das relações com outras organizações da sociedade nos permite descrever as disputas sobre a ordem e organização da vida social do povo. A imagem frequente do Estado, então, é incongruente especialmente no exercício da autoridade que domina incontrolavelmente diferentes vontades e é inspirada em lealdades que vêm de um acordo geral. “A autoridade implica exigir obediência dos cidadãos e os meios de fidelidade ganham apoio, muitas vezes apoio voluntário da população. O Estado é dominante e suplicante” (MIGDAL, 2009, p. 167).

Durante uma década de ação contenciosa (2009-2019), as OCE defendem uma identidade coletiva, desafiam o Estado e buscam reformar a ordem social e estatal do país em relação à cannabis medicinal, industrial e adulta através da disseminação e ampliação de suas crenças, práticas e quadros de ação coletiva. O comparativismo na ciência política muitas vezes problematiza a qualidade do Estado expressa nas instituições políticas, mas não problematiza o Estado. Nesse sentido, a abordagem contribui para a manutenção hegemônica de sua ideia.

A constituição e a evolução ao longo do tempo de qualquer processo de formação do Estado e da sociedade devem incluir o impacto de eventos que marcam tanto os padrões de relações quanto os pontos de ruptura nessas relações entre Estados, potências externas, capitalistas estrangeiros e organizações internacionais que mantêm interesses e posições diversas diante da regulação da cannabis (BRACHET, 2016, p. 340).

Enfatizando a importância das práticas políticas de cada Estado, esta pesquisa afirma a “importância das imensas diferenças nas práticas estatais, comprometendo suas populações (ou não), que podem ser perdidas forçando os Estados a uma imagem restritiva” (MIGDAL, 2009, p. 177). No Equador, a posse de certas quantidades de maconha não é crime; no entanto, a conduta dos usuários (incluindo os produtores) continua a ser afetada pelos crimes previstos para as atividades de tráfico, especialmente a partir da figura da posse. No Equador, a posse de até 10 gramas de maconha não é considerada crime. O impacto objetivo da vida da cidade no uso da cannabis continua sendo a questão importante para a pesquisa social que nos ajuda a “entender melhor como fatores como privação, disponibilidade de cannabis, segregação espacial e relações comunitárias afetam a propensão a tal uso” (ROBERTS y YU 2013, 110).

As ordens do Estado reforçam seu discurso normativo diante do surgimento de um ator coletivo ligado à tendência política de discutir a relevância da guerra contra as drogas ilegais: usuários e produtores de maconha: um setor silenciado pela guerra às drogas. Essas pessoas, rotuladas como doentes e criminosas, perseguidas e presas, formam o cerne das manifestações coletivas que, em escala global, exigem uma mudança na política proibicionista.

A doutrina da razão do Estado procurou definir até que ponto os princípios e métodos do governo estadual diferem, por exemplo, da forma como Deus governava o mundo, o pai de sua família ou um superior à sua comunidade (FOUCAULT, 1981). Esse processo vai contra a evolução para um estado centralizado. Referimo-nos ao desenvolvimento de técnicas de poder orientadas aos indivíduos e destinadas a governá-los continuamente e permanentemente. Se o Estado é a forma política de um poder centralizador e centralizador, chamaremos isso de regulação individualizadora do poder.

A liberação do consumo da maconha é consistente com a magnitude de um problema global na medida em que evita criminalizar uma prática altamente difundida entre os cidadãos e que otimiza os recursos disponíveis para o combate às drogas com base em uma estratégia de redução do consumo e, se isso não for possível, na redução de danos (PONTÓN, 2013). Reconhece também a responsabilidade do Estado diante do problema de saúde pública envolvido no consumo de maconha no território nacional. Há até critérios que articulam a proposta inicial sobre a descriminalização do uso da maconha à progressiva descriminalização de outros tipos de substâncias psicoativas.

A história é de utilidade sociopolítica porque explica por que os movimentos sociais abraçaram alguns traços cruciais (redes sociais, emoções, etc.) que distinguiam o

movimento social de outras formas de política. E a história das organizações de cannabis no Equador também é útil porque identifica uma série de mudanças significativas na trajetória e posicionamento de seus ativistas, redes de confiança e interesses (por exemplo, o surgimento de atores profissionais e institucionais que colaboram com a agenda política da EC), alertando-nos para a possibilidade de novas mudanças no futuro.

## 6 | COLOFÃO

Um dos fatos mais marcantes do novo cenário político, de uma perspectiva voltada para os movimentos, é a “dificuldade de encontrar eixos temáticos capazes de reunir um amplo conjunto de lutas locais e regionais” [...] (ZIBECCHI, 2006) como é o caso das organizações de cannabis no Equador. Os novos cenários devem ser entendidos como resultado de uma construção na qual tanto os movimentos participam, por meio de sua resistência e mobilizações, quanto das forças políticas e grupos de interesse que compõem os governos nacionais. Essa polarização entre as organizações sociais e o Estado não significa fugir das responsabilidades que pertencem aos governantes progressistas (ou não) nos poderosos traços do neoliberalismo e subordinação ao capital financeiro e transnacional que os caracterizam.

As desigualdades sociopolíticas não são estruturas estáticas ou coisas, mas a origem e o futuro de relações mais flexíveis em determinados momentos e contextos. Daí a necessidade de afirmar que a ordem estatal usa recursos estatais para punir ativistas e simpatizantes da cannabis no Equador. Papel desempenhado principalmente pelas administrações estaduais nas sociedades modernas, mas também por outros setores institucionais - como igrejas, escolas ou famílias - que rastreiam e identificam consumidores, produtores e comerciantes de cannabis. Paralelamente, ativam meios e dispositivos (formais ou informais, coercitivos, públicos e normativos) para contrariar as práticas e a gestão coletiva das OCE que buscam reformar as regras do marco legal equatoriano.

A formação da ordem estatal é inerentemente instável porque busca silenciar, ocultar ou deslegitimar acordos sobre como a vida social deve ser vivida. Os entendimentos estatais que giram em torno da cannabis no Equador baseiam-se em seus próprios princípios morais e éticos, bem como em torno de seus próprios compromissos e interesses comerciais e industriais.

Como observamos neste artigo, há uma pluralidade e heterogeneidade de atores e atrizes que são mobilizados por uma multiplicidade de demandas pró-cannabis. Embora a teia de interesses e posições seja altamente definida, há uma variedade de adversários e interações de controle e regulação. Até o fechamento desta investigação, a produção, o consumo e o cultivo da cannabis para uso adulto ainda não foram descriminalizados e legalizados – o uso industrial e medicinal foi descriminalizado (24 de dezembro de 2019) e o trabalho continua em suas respectivas regulamentações e regulamentos, principalmente

do Ministério da Agricultura e Pecuária e do Ministério da Saúde Pública.

Isso significa que disputas e contendas persistem dentro de potenciais mercados legais e ilegais que controlam a produção, distribuição, cultivo e comercialização da cannabis. O aumento do encarceramento e outras formas de violações dos direitos humanos – intimidação, invasões e perseguições – são particularmente evidentes em comunidades cultural e socialmente estigmatizadas e criminalizadas, como produtores artesanais de derivados da cannabis medicinal, médicos que prescrevem cannabis não psicoativa, usuários e compradores de cannabis e membros de organizações de cannabis do Equador.

## REFERÊNCIAS

AGUDO SANCHIZ, A. y ESTRADA SAAVEDRA, M. **Formas reales de dominación del Estado: perspectivas interdisciplinarias del poder y la política.** México D.F: Colegio de México. 2014.

BRACHET-MÁRQUEZ, V. y URIBE GÓMEZ, M. **Estado y sociedad en América Latina: acercamientos relacionales.** Ciudad de México: Colegio de México. 2016.

FOUCAULT, M. Hacia una crítica de la razón política. En **Tecnologías del yo.** Barcelona: Tusquets. 1981.

\_\_\_\_\_. **Seguridad, territorio, población.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2011.

GRUPTA, A. Fronteras borrosas: el discurso de la corrupción, la cultura de la política y el estado imaginado. En Philips Abram, Gupta Akhil y Thimothy Mitchell, **Antropología del Estado.** México: Fondo de Cultura Económica. 2015.

KRUPA, C. y NUGENT, D. “Rethinking State Theory through an Andean Lens”. En Christopher Krupa and David Nugent (eds.), **State Theory and Andean Politics.** New Approaches to the Study of Rule. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 2015.

MC ADAM, D.; TARROW, S. y TILLY, C. **Dinámica de la Contienda política.** Barcelona: Hacer. 2005.

MIGDAL, J. “Researching the State” en Mark Irving L. y Alan Zukerman, **Comparative Politics.** New York: Cambridge University Press. 2009.

ORELLANA, N. Alcances y límites de la noción de “repertorio de contestación” para describir, medir y explicar la conflictividad en Chile del siglo XXI. **Estudios Sociológicos.** Vol. 35, No. 105, 625-652. 2017.

PALADINO CUPOLO, M. El sentido de la acción: interés y solidaridad en el movimiento urbano popular de la ciudad de México. En María Luisa Tarrés Barraza, Laura B. Montes de Oca Barrera, y Diana A. Silva Londoño (eds.), **Arenas de conflicto y experiencias colectivas.** Horizontes utópicos y dominación. Ciudad de México: Colegio de México. 2014.

PLEYERS, G. **Los movimientos sociales en el siglo XXI.** Perspectivas y herramientas analíticas. Buenos Aires: CLACSO. 2018.

PONTÓN CEVALLOS, D. ¿Por qué no se despenalizan las drogas? Razones de la vigencia de una política fallida. **URVIO. Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana**. No. 13, 41-55. 2013.

RESTREPO PARRA, A. Guerra contra las drogas, consumidores de marihuana y legalización. **URVIO. Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana**. No. 13, 69-80. 2013.

ROBERTS, B. y YU, Chen. Drugs, violence and the State. **Annual Review of Sociology**. Vol. 39, 105-125. 2013.

TILLY, C. y WOOD, L. **Los movimientos sociales, 1768-2008**. Desde sus orígenes a Facebook. Barcelona: Crítica. 2010.

URBINA, G. Percepciones de la protesta: una aproximación parcial a quienes no se movilizan. **Estudios Sociológicos**. Vol. 36, No. 107, 417-438. 2018.

ZIBECHI, R. Movimientos sociales: nuevos escenarios y desafíos inéditos. **OSAL**. No. 21, 221-230. 2006.

# CAPÍTULO 3

## MOVIMIENTOS SOCIALES EN EL CAMPO MEXICANO 1940 A LA FECHA. DE LA LUCHA CONTRA LA HACIENDAS A LA LUCHA CONTRA EL EXTRACTIVISMO

*Data de aceite: 01/09/2021*

**Armando Sánchez Albarrán**

Profesor investigador Departamento de Sociología

**RESUMEN:** El propósito de este trabajo es contrastar, en tres grandes periodos históricos, la manera en que los estudiosos de los procesos sociales en el campo, en diferentes contextos y paradigmas, analizan los movimientos sociales y la cuestión agraria en el campo mexicano de 1917 a la fecha. El primero, de 1917 a 1940, predominó una perspectiva teórica eurocentrista, se impuso el estructural funcionalismo por sobre otros paradigmas con énfasis en la integración de los indígenas a la nación. En el ámbito agrario hubo una fuerte tensión entre la solución colectivista, propia del zapatismo y la versión individualista, del obregonismo. El segundo, de 1940 a 1980, cuando se impone el modelo de acumulación identificado como sustitución de importaciones, aún predomina el eurocentrismo solo que aquí se da el cambio del estructural funcionalismo al marxismo en todas sus variantes. Los gobiernos poscardenistas privilegian la tendencia individualista de la pequeña propiedad y van dejando la opción colectivista del ejido y la comunidad. La tercera, 1980 a la fecha, cuando se impone en la economía el modelo extractivo exportador, inicia con una crisis de paradigmas a finales de los ochenta con una mirada más plural desde los paradigmas, y con la capacidad de analizar los problemas complejos

y desde la inter y transdisciplina. En esta etapa ingresa la perspectiva decolonial en oposición al eurocentrismo, es una nueva perspectiva aún en construcción. En la economía global, con el extractivismo, los gobiernos neoliberales realizan modificaciones jurídicas para favorecer la propiedad privada en el campo, sobre todo la inversión nacional y extranjera de capital. Lo anterior, se genera un nuevo movimiento que reclama viejas demandas colectivas de la propiedad, pero ahora la lucha es por el territorio simbólico y cultural, no solo de la tierra. En la última parte, se discuten algunas de las principales conclusiones.

**PALABRAS CLAVE:** Decolonialidad  
comunitarismo territorio

**ABSTRACT:** The purpose of this work is to contrast, in three major historical periods, the way in which students of social processes in the countryside, in different contexts and paradigms, analyze social movements and the agrarian question in the Mexican countryside from 1917 to the date. The first, from 1917 to 1940, a Eurocentric theoretical perspective prevailed, structural functionalism prevailed over other paradigms with emphasis on the integration of indigenous people into the nation. In the agrarian sphere there was a strong tension between the collectivist solution, typical of Zapatismo, and the individualist version, of Obregonism. The second, from 1940 to 1980, when the accumulation model identified as import substitution prevails, Eurocentrism still predominates, only here there is a change from structural functionalism to Marxism in all its variants. Post-Cardenista

governments privilege the individualistic tendency of the small property and are leaving the collectivist option of the ejido and the community. The third, 1980 to date, when the extractive export model is imposed on the economy, begins with a crisis of paradigms at the end of the eighties with a more plural perspective from the paradigms, and with the ability to analyze complex problems and from inter and transdiscipline. At this stage the decolonial perspective enters in opposition to Eurocentrism, it is a new perspective still under construction.

**KEYWORDS:** Territory communitarianism decoloniality.

## 1 | INTRODUCCIÓN

En este trabajo se plantea analizar, en un largo horizonte histórico, la acción social en el campo desde diversas miradas teóricas y metodológicas en las que sobresalen diagnósticos diversos referentes a un tema en común: las diferentes formas de producción, propiedad e identidad. Al analizar los movimientos sociales encontramos que, a lo largo del tiempo, se han utilizado diferentes paradigmas teóricos para analizar el tema de la cuestión agraria, y, de manera específica, qué hacer con las diferentes modalidades de producción, de propiedad y de identidad. Existen dos vertientes opuestas al analizar las modalidades jurídicas de propiedad, la lógica económica, y las identidades culturales. La primera, surge con el embate liberal desde el siglo XIX, especialmente durante las reformas liberales y que consisten en privilegiar la producción capitalista, la propiedad privada y la identidad sustentada en el individuo. La segunda, recupera ancestrales formas de vida anterior al capitalismo y tiene sus raíces en la producción familiar, la propiedad colectiva y la identidad comunal.

En el estudio de la acción social en el campo se ha pasado del análisis de los movimientos sociales hacia los “nuevos” movimientos sociales rurales. Al modificarse el contexto socioeconómico, la sociología rural, dejó de analizar prioritariamente procesos de lucha por la tierra hacia la lucha por el control del proceso productivo, la lucha por el crédito y la demanda de autonomía del Estado y los partidos políticos. Lo característico de los nuevos movimientos sociales consiste en las reivindicaciones sustentadas en valores tales como la paz, la justicia, soberanía alimentaria, el respeto a la Madre Tierra. En los últimos cuarenta años los movimientos sociales se han hecho más complejos puesto que conforman ahora movimientos red, es decir, existen muchos grupos diferentes que participan en las nuevas reivindicaciones no únicamente al Estado, sino también a instancias supranacionales como el Banco Mundial (BM) o el Fondo Monetario Internacional (FMI).

Entre los paradigmas o enfoques para el estudio de la acción social más socorridos se puede mencionar: la teoría de la acción colectiva de Olson (1971), Obreschall (1994), el marxismo, la teoría del comportamiento colectivo, la teoría accionalista de Alan Touraine (2006), Clauss Offe (1988), Antonio Melucci (1999); la teoría de la Movilización de Recursos Tilly, (2009), la teoría de los marcos culturales con Goffman (1977). Con la globalización destaca el elemento cultural en los nuevos movimientos sociales que distingue de los

movimientos sociales anteriores los cuales se caracterizaban por demandas materiales. En las ciencias sociales se ha abandonado las teorías únicas para explicar los movimientos sociales y en su lugar se utilizan diferentes paradigmas. Ante el desinterés mostrado a los movimientos sociales en América Latina, en particular en las luchas de los indígenas y su persistente negación a utilizar la noción de movimientos sociales para referirlo a sus luchas, el movimiento zapatista modificó su percepción al igual de Melucci. Touraine reconoce que estas luchas no siempre hacen alusión a una acción defensiva, pues a veces, se trata de *“un esfuerzo por repropiciarse de la modernización y por luchar contra un adversario lejano y poco definido”* (Touraine, 1995, pág. 242). Frente a la globalización algunos autores retoman el enfoque de lo global que supone pensar globalmente, pero actuar localmente. Recientemente, desde la teoría decolonial, algunos autores recuperan la noción de complejidad para comprender la compleja realidad de América Latina que discuten en torno a la decolonialidad del ser, del saber, del poder y la naturaleza. Boaventura de Sousa Santos (Sousa, 2012). La tendencia actual apunta, según Boaventura de Sousa Santos, a explicar los problemas como la subjetividad y los procesos de reproducción social que acontecen en la vida cotidiana a nivel de lo local (Sousa, 2012). Aníbal Quijano habla de una “socialización del poder” como una nueva forma de imaginario universal radical anticapitalista para descolonizar las perspectivas tanto marxistas como socialistas de sus trabas eurocéntricas. Quijano sugiere construir otro universal abstracto que lleve a un diseño global desde una perspectiva transmoderna. Recupera lo anterior de las luchas anticapitalistas y que se decantan por una socialización del poder que surge de los pueblos originarios de América o de África Occidental al tiempo en que ofrecen formas institucionales alternativas, así como diferentes concepciones al proyecto de socialización del poder de acuerdo con sus epistemologías a un tiempo, diversas y múltiples (Quijano, 2014). Pablo González Casanova propone pensar en las nuevas conciencias y formas alternativas de hacer política (González, 2015).

Este trabajo pretende responder a: ¿Cómo los diferentes paradigmas enfrentan en el terreno lógico e histórico la diversas formas de producción, propiedad y de identidad que se expresan en la luchas sociales en el campo? Para fines de exposición se analiza, primero, la etapa de 1910 a 1940. Del México bronco a la lucha institucional del movimiento campesino (levantamientos, rebeliones, revoluciones, al movimiento campesino); la segunda, la etapa de 1940 a 1980, contempla la contrarreforma agraria, guerrillas y movimiento campesino; y la tercera, de 1980 a la actualidad, de los movimientos campesinos a los movimientos altermundistas y decoloniales, y en contra del extractivismo. Por último, se discuten las conclusiones.

## 21 DE 1910 A 1940. DEL MÉXICO BRONCO A LA LUCHA INSTITUCIONAL DEL MOVIMIENTO CAMPESINO

En esta etapa inciden diferentes paradigmas que provienen de la historia, el derecho, la antropología y la sociología desde donde surgen explicaciones para entender la realidad compleja que se vivía en el campo y que tomaba cuerpo en la lucha agraria. Partimos del supuesto de que la intensidad de la lucha agraria luego de la Revolución Mexicana permitió a las fuerzas contendientes llegar a un acuerdo en los hechos o pacto para la coexistencia de dos formas encontradas de producción, de propiedad y de identidad rural.

En el ámbito económico en México predominaba el modelo económico agro minero exportador el cual perdurará hasta 1940. Los gobiernos liberales y sobre todo Porfirio Díaz y los primeros gobiernos posrevolucionarios crearon condiciones para la inversión de capital nacional y extranjero a través de las compañías deslindadoras, como en el caso de Díaz.

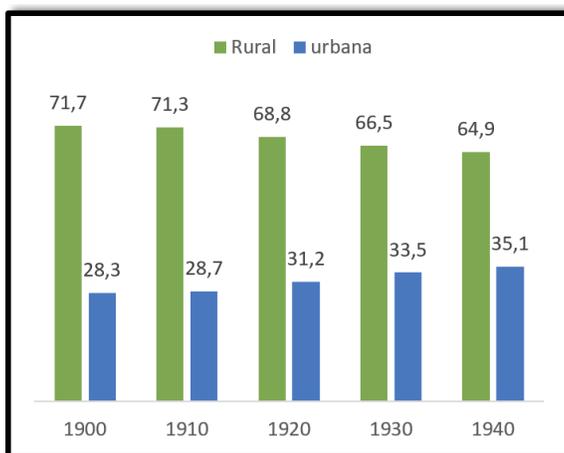
Desde, de 1917 han surgieron diversos tipos de explicaciones desde los cuáles los intelectuales reflexionaron para entender la relación entre acción social y política pública a partir de las características de la reforma agraria y de los movimientos sociales. La constitución de 1917 amalgamó las dos formas de producción, de propiedad y de identidad, más por la vía de una componenda, incrementalista, que por convencimiento o pacto social. La conformación de un Estado moderno que surgía de las cenizas de una cruenta Revolución Mexicana adoptó una modernización económica sustentada en la idea positivista de desarrollo. En el campo, dicha opción enfrentó una propuesta liderada por los liberales volcada hacia la propiedad privada (grandes propiedades agrícolas capitalistas con pocos dueños), mientras tanto, las comunidades indígenas y campesinas siguieron defendiendo, a veces por una cruenta vía legal o, en otras, por la lucha y defensa, en los hechos, de una propiedad colectiva sustentada en la lógica de la economía campesina, es decir, en una identidad comunitaria.

Andrés Molina Enríquez, autor de “Los grandes problemas nacionales” e ideólogo de la reforma agraria, se pronunció a favor de una reforma agraria para evitar los riesgos que suponía el acaparamiento de tierras. Por su parte el legislador Luis Cabrera sugirió una reforma agraria limitada, la suficiente para que unos días trabajara el campesino en su parcela y el resto del tiempo en la parcela de algún propietario. En México, afirmaba, viven unos cuatro millones de indios, que hasta hace veinte o veinticinco años vivían en comunidades, poseyendo en común las tierras, las aguas y los bosques.” (Flores, 1911), es decir, se refieren a la producción y posesión en común así como a una identidad colectiva. Antonio Díaz Soto y Gama, uno de los ideólogos zapatistas, también apoyó la entrega de la tierra a comunidades igual que lo había defendido el líder agrario Emiliano Zapata.

En una vertiente agraria opuesta, el general Obregón, militar y político, ya como presidente, inició la reforma agraria con la idea de fortalecer pequeñas propiedades agrícolas con las tierras marginales de los latifundios. Entre 1926 y 1929 durante el

gobierno de Plutarco Elías Calles, estalló la llamada “Guerra Cristera” protagonizado entre el gobierno y las milicias de sacerdotes y religiosos católicos en contra de la Ley Calles que tenía la intención de poner límites al culto católico. De acuerdo con Jean Meyer, las bases rurales incluían a jornaleros que aún no recibían tierras, así, las causas sociales del movimiento era la necesidad incumplida de una reforma agraria (Meyer, 2004).

Entre 1900 y 1940 la población rural rebasaba a la población urbana de 3 a 1, es decir, más del 70% consistía en población rural, y apenas el 28.3% urbana. Uno de los efectos de la reforma agraria consistió en que aumentó la producción agrícola de granos básicos y la población lo cual derivó en una importante palanca para el desarrollo del mercado interno (Véase gráfica 1).



Gráfica 1 Porcentaje población rural y urbana 1900 a 1940.

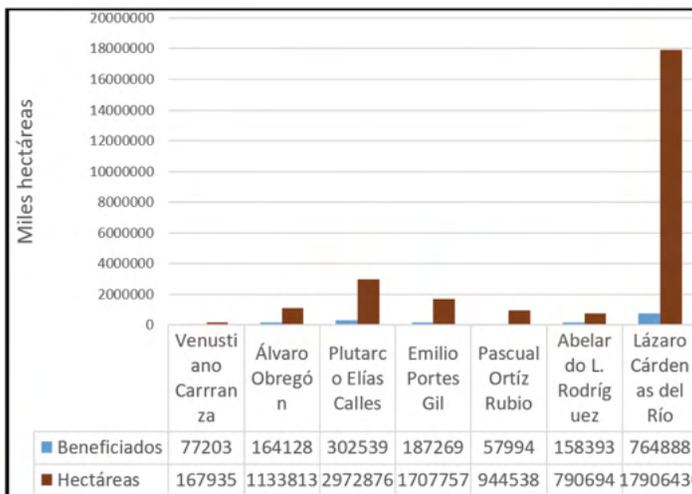
Fuente: Serie Histórica Censal e Intercensal (1990 – 2010) del Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática (INEGI).

A partir de 1917 a 1940, la reforma agraria y el desarrollo rural fueron analizadas a partir del positivismo (Andrés Molina Enríquez), la antropología etnocentrista (Manuel Gamio y Moisés Sáenz) la perspectiva del paradigma estructural funcionalista que defendió el modelo folk-urbano y que se convirtiera en paradigma dominante (Robert Redfield) (Hewitt, 1988). Ante una aplastante mayoría de la población rural en 1910, en adelante, los antropólogos, como en el caso de Manuel Gamio, intentaron modernizar a los indígenas a través de una política indigenista integracionista. Gamio consideraba que los indígenas vivían en una situación intermedia entre la barbarie y la civilización. Así que resultaba menester civilizarlos mediante políticas sociales tales como la educación y la salud utilizando trabajadores sociales, maestros y médicos. Moisés Sáenz, en oposición a Gamio, sostuvo la necesidad de una política anti integracionista (Hewitt, 1988).

Por la importancia que llegó a tener el estructural funcionalismo destaca la figura

de Robert Redfield quien utilizó el paradigma folk-urbano en sus estudios en Tepoztlán, en 1926, *“Tepoztlán, a Mexican Village: A Study of folk life”* y más tarde, en comunidades mayas de Yucatán. En sus estudios describía comunidades armónicas, casi idílicas que eran pueblos que se encontraban atrapados entre primitivos y civilizados (Hewitt, 1988).

Durante el gobierno de Lázaro Cárdenas destacó el líder sindical Lombardo Toledano quien influyó en la aplicación de una reforma agraria. Durante su gobierno se entregaron más de 18 millones de hectáreas. Lombardo Toledano defendió la idea de la autonomía económica y política a las comunidades indígenas.



Gráfica 5 Reforma agraria 1915-1940 (miles de hectáreas).

Fuente: Serie Histórica Censal e Intercensal (1990 – 2010) del Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática (INEGI).

Cárdenas entregó más de 18 millones de hectáreas a comunidades y ejidos. No se trataba de propiedad privada, sin embargo en el apoyo al sector social Cárdenas pensó en formar pequeñas unidades productivas con capacidad para lograr la autosuficiencia alimentaria. Además creó el Banco Nacional de Crédito Ejidal para capitalizar a los núcleos ejidales. La política de reforma agraria fue apoyada con programas de desarrollo rural mediante el crédito, riego, fertilizantes, herbicidas, maquinaria agrícola, y políticas comerciales, como los precios de garantía, para hacer frente al intermediarismo y a los vaivenes de la fluctuación internacionales de precios sobre todo después de la crisis de 1930.

En la vía de los hechos existió una reforma agraria con dos vertientes: La primera, consistía en el paso de la hacienda porfirista hacia grandes propiedades agrícolas capitalistas dedicadas a la exportación de productos agrícolas comerciales tales como la caña, el café, el tabaco, el algodón o el henequén cuyos dueños son individuos. Por

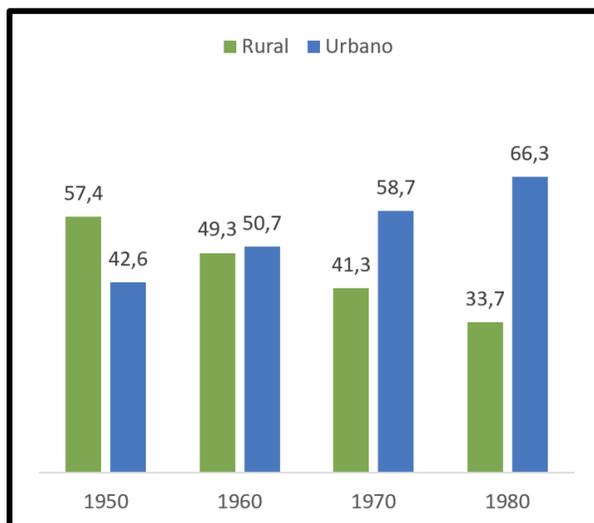
la otra, se apoyó a una pequeña propiedad privada o social (ejidal o comunal), donde, en el segundo de los casos, se traba de propietarios colectivos que producían para el autoconsumo y, suplementariamente, acudían al mercado a vender sus excedentes.

### **3 | DE 1940 A 1980. AÑOS DE CONTRARREFORMA AGRARIA, GUERRILLAS Y MOVIMIENTO CAMPESINO POR LA TIERRA**

Después de los años cuarenta, el país deja el modelo de acumulación agro minero exportador para montarse en la veloz locomotora de la modernización que se despliega sobre la senda de la industria y la ciudad, pero que alcanza los paisajes costumbristas. La modernización rural y la acción social fueron analizadas sociológicamente desde el estructural funcionalismo, la perspectiva del prestigioso paradigma estructural funcionalista y el modelo folk-urbano (Redfield). Pero también dejaron su huella el funcionalismo (Malinowsky), el marxismo (Toledano). En los años cincuenta la acción social en el campo va a encontrar en los movimientos sociales y movimientos campesinos los conceptos que estarían en el centro de análisis. Hablando del campo resurgirán movimientos guerrilleros, muy a tono con el avance de la revolución cubana, pero sobre todo la laucha agraria adopta el perfil institucional de los movimientos campesinos como parte de los procesos que preceden la reforma agraria impuesta desde los países del Norte (Hewitt, 1988).

A pesar de la, aún fuerte presencia campesina e indígena, ya el eje del proceso de acumulación de capital se encontrará comandado por la industria automotriz, la construcción y el comercio. El papel del campo quedó subordinado y condicionado a la producción de materias primas baratas y de alimentos para fortalecer a las industrias y a las ciudades. Es decir, el capital productivo comandaba la rama de la agricultura sobre todo a partir de cultivos comerciales como la caña de azúcar, el café, el algodón, el tabaco, entre otros. A la economía campesina se le asignó la producción de alimentos y materias baratas para apuntalar el proceso de industrialización y urbanización.

A mediados de los años cincuenta se empató la población rural y urbana, para continuar teniendo un predominio urbano después de 1960. Ya para 1980, el 66.3% era urbano, mientras que el 33.7% rural (Véase gráfica 2).



Gráfica 2 Porcentaje población rural y urbana 1950 a 1980.

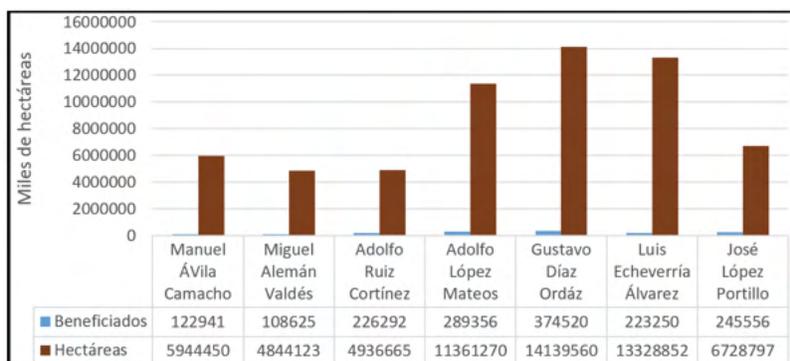
Fuente: Serie Histórica Censal e Intercensal (1990 – 2010) del Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática (INEGI).

El estructural funcionalismo, que había sido el principal esquema explicativo como paradigma teórico, inició una etapa de crisis, Oscar Lewis criticará el *continuum* folk-urbano de Redfield. En *“Tepoztlán, un pueblo de México”* (Lewis, 1951) encontró comunidades caracterizadas por la desconfianza (Hewitt, 1988; Sánchez, 2012). Los trabajos de largo aliento realizados, por ejemplo, en Chiapas o en Pátzcuaro enfatizaban la influencia del contacto de la sociedad mayor, la ciudad, con las comunidades campesinas para estudiar el cambio sociocultural al interior de las comunidades indígenas. En este sentido, el objeto de estudio se interesaba en la relación campo-ciudad, pero desde este aspecto. Por ejemplo, el *Proyecto Harvard* que investigaba el “cambio social dirigido” en zonas rurales de manera particular en el municipio tzotzil de Zinacantan y Chamula en Chiapas que recibió patrocinio del Instituto Carnegie y la National Science Foundation en el que participaron Robert Redfield y otros destacados antropólogos como Alfonso Caso o Gonzalo Aguirre Beltrán. Alfonso Villa Rojas realizó importantes estudios etnológicos en la comunidad de Chankom analizando los patrones culturales a consecuencia de la ciudad sobre la comunidad cuyos resultados se pueden encontrar en *“The Mayas of Yucatán”* (1968).

En el contexto del fin de la Segunda Guerra Mundial, a través de la ONU y FAO, se promovió una reforma agraria, no tanto para reforzar a las comunidades rurales, sino más bien, para desplazar los restos de las haciendas las cuales, a la vista de agendas como Banco Interamericano de Desarrollo, se consideraban un obstáculo para el proceso de modernización capitalista. La reforma agraria, inspirada por políticas Keynesianas, apuntalaba en realidad a la grades explotaciones capitalistas con todo tipo de insumos

sobre todo aquellas destinadas hacia la producción de productos de exportación. Así mismo, se entregó tierras a los campesinos como una vía para reforzar la pequeña propiedad capitalista ya que la entrega de tierras suponía formas cooperativas, pequeñas propiedades individuales o, como en el caso de México, bajo la vía ejidal que suponía la entrega colectiva de la tierra, pero con usufructo individual de la parcela.

Después de la reforma agraria de Lázaro Cárdenas, hubo un retroceso en la reforma agraria. Proceso que se revierte en el gobierno de Adolfo López Mateos, Gustavo Díaz Ordaz y Luis Echeverría aunque sin alcanzar la entrega de Cárdenas. Sin embargo, la tierra entregada era marginal caracterizada por la mala calidad de la misma (Véase gráfica 1).



Gráfica 1 Reforma agraria 1950 a 1982 (Miles de hectáreas).

Fuente: Serie Histórica Censal e Intercensal (1990 – 2010) del Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática (INEGI).

Cada gobierno después de Ávila Camacho en adelante, iniciaría su gestión con una entrega simbólica de tierras, pero se argumentaba que ya no había más tierras que entregar. A la política de freno a la reforma agraria se le denomina “contrarreforma agraria”. Desde 1940 en adelante, surgirá una tendencia constante hacia la reconcentración de tierras o “neo latifundismo” para destinarla a cultivos comerciales o a la ganadería. Ello explica en buena medida que el eje principal de la lucha rural consistiera en la demanda agraria de tierra.

La llamada Revolución Verde, a fines de los años cincuenta, reforzó aún más a las grandes explotaciones capitalistas en el campo con crédito, fertilizantes, semillas mejoradas, riego, extensionismo agrícola, entre otros que ocasionaron un aumento en la producción y la productividad. En cambio, para pequeños propietarios privados, ejidatarios y comuneros, los recursos, tratándose de tierras marginales, tardaron en llegar y, cuando había, con mecanismos de corrupción política, por ejemplo, crédito a cambio de votos.

Políticamente hablando se perfeccionó la maquinaria política a través del corporativismo. El gobierno crea al partido, partido de estado, y el partido se acuerpa

en varias instancias: CTM, CNC y CNOP. Lo anterior forma parte de un proceso de hiperpolitización. En el caso de la CNC, como agrupación piramidal, se subdivide en su estructura organizativa en varias uniones nacionales (maíz, frijol, hortalizas, caña de azúcar, etcétera). La CNC era la instancia que oficialmente entregaba la tierra a los campesinos y mediaba entre los dueños de la tierra y las instituciones públicas. Es decir, la CNC concentraba la legitimidad.

Luego de la Segunda Guerra Mundial, en 1945, los procesos rurales fueron analizados desde el funcionalismo (Bronislaw Malinowsky), el marxismo (Lombardo Toledano), la ecología cultural (Erik Wolf) y la teoría del comportamiento colectivo (Smelser, Neil; J. Kenkins). La teoría del comportamiento colectivo, fue utilizada por historiadores, economista y sociólogos para explicar la lucha por la tierra, pero también para explicar las experiencias de guerrilla rural y urbana. En 1944, Rubén Jaramillo se levanta en armas a favor de mejorar los salarios de los ejidatarios cañeros luego de una amnistía en 1945 por Ávila Camacho. Se levanta nuevamente en armas en 1957 con el Plan de Cerro Prieto cuya principal demanda era la repartición de tierras, la expropiación de la industria básica, la expropiación de fábricas (Bellingeri, 2003). Mientras que la teoría del comportamiento colectivo señalaba que lo que explica los movimientos sociales en el campo o en la ciudad son los agravios, sin embargo, ello no explicaba por qué, a pesar, de la situación de pobreza de los campesinos, no había más acciones de protesta. Para comprender esta situación se señalaba que la paz social, antes de 1968 era resultado de que la Reforma Agraria actuaba como mecanismo de disuasión en la medida en que para los campesinos sin tierra existía la esperanza de obtener una parcela algún día.

A mediados de los años cincuenta, la crisis económica y el déficit de legitimidad de los gobiernos que se habían empeñado a impulsar la modernización económica, habían ocasionado un deterioro en los salarios y en la calidad de vida del campo y la ciudad. Ello ocasionó brotes de descontento ferrocarrilero, de maestros, de guerrilla rural y urbana, y del movimiento estudiantil, surgirán nuevas perspectivas teóricas. Algunas de las explicaciones, como la de Antonio Ortiz Mena el brote de dicho descontento justificaban la aplicación de la fuerza para lograr la paz (Ortiz, 1998).

Lombardo Toledano invitó a Jacinto López Moreno a participar en la CTM. Lombardo Toledano decide salirse de la Confederación de Trabajadores Mexicanos (CTM) y crea la Unión General de Obreros y Campesinos (UGOCM). Jacinto López Moreno, se convierte en líder de la UGOCM. Tenía un pensamiento agrario que privilegiaba lo colectivo: **“Jacinto convenció a la tribu para que en lugar de dividir las tierras en parcelas individuales, las mantuvieran unidas en una propiedad comunal. Y los yaquis accedieron, abanderaron el ejido colectivo y se negaron a dividir la tierra diciendo *“Dios nos dio el Valle del Yaqui a todos, no un pedacito a cada quien”*. Por su parte, Rubén Jaramillo, en Morelos, luchó por la tierra para los pueblos y las fábricas a los obreros. Ante el férreo control de la CNC, desde la década de los cincuenta se deslinda de dicha central la Unión General de**

Obreros y Campesinos Mexicanos (UGOCM), y en la década de los sesenta con la Central Campesina Independiente (CCI) (Moguel, 1989; Cartón de Grammont, 1989).

Una gran parte de los estudios de lo rural, y en particular, los procesos de reforma agraria fueron interpretados siguiendo la concepción de modernización eurocentrista u “occidental”<sup>1</sup> (Sousa, 2012). La hegemonía norteamericana coadyuvó, además, a privilegiar la modernización a través de la industrialización y la urbanización. Así, el paradigma folk-urbano sería la matriz teórica que impulsó los programas de modernización (Rogers, 1973). En este sentido, en los setentas Rogers Everett Mitchell y Lynne Sevenning publicaron un libro que justifica los procesos de modernización, en *“La modernización entre los campesinos”* (1973). Ahí se le imponen las características de las pautas de cambio social y modernización (Everett y Sevenning, 1973). Desde luego el modelo del campo era un agricultor tipo “farmer”, es decir un granjero capitalista.

En los años setenta se van a extender los programas de modernización rural y proyectos de desarrollo agropecuario a partir de la fuerte intervención estatal y con una perspectiva eurocéntrica. La promoción, extensión rural y evaluación de los programas públicos para atender al campo se realizaba desde una mirada urbana, pero sobre todo dirigidas a mejorar la situación de productores agropecuarios individuales que eran vistos como pequeños empresario. Desde luego, se intentaba dar el paso de lo tradicional a lo moderno siguiendo las pautas desde las ciudades hacia las políticas de desarrollo agropecuario mediante las cuales se imponían los criterios de aumento de la producción y productividad a partir de paquetes tecnológicos como los derivados de la Revolución Verde; lo mismo sucedía para evaluar la educación en donde lo importante era abatir el analfabetismo e imponer el castellano en todas las escuelas; para evaluar la política social se imponían criterios de ingresos per cápita, o la ingesta de calorías y proteínas similares a las utilizadas en la ciudad (Hewitt, 1988). La teoría sociológica que respondió a dicha práctica modernizadora fue la teoría de la modernización (Rogers et al, 1973). Su influencia puede encontrarse en la política indigenista y en la creación de las Misiones Culturales. En esta última se suponía que los hijos de los indígenas salieran de sus comunidades para asimilar mejor el castellano con el consecuente desarraigo cultural que implicaba vivir alejados de sus comunidades (Hewitt, 1970).

Las contradicciones que generaba el desarrollo económico derivaron en una fuerte desigualdad en el campo como en la ciudad. Esa situación agudizó las condiciones para que la protesta social transitara del marco institucional a la guerrilla rural y urbana. Como expresión de la guerrilla rural, en Guerrero, en los años cincuenta, Genaro Vázquez Rojas participa activamente como líder magisterial. Fundó la Asociación Cívica Guerrerense y la Central Campesina Independiente. Su organización sufrió una fuerte represión por parte del gobernador Raúl Caballero Aburto. En 1966 es hecho prisionero y un grupo armado lo liberó

---

1 Desde luego que la perspectiva antropológica colonial escondía los verdaderos intereses económicos, políticos y socio culturales fomentados por los Estados Unidos como país hegemónico.

en 1968. Entró en la clandestinidad y funda la Asociación Cívica Nacional Revolucionaria. Entre sus acciones guerrilleras destacan combates con el ejército, secuestros y rescates. Fallece en un accidente de auto en 1972 (Bellingeri, 2003). Más tarde otro líder, Lucio Cabañas, quien crea el Partido de los Pobres, continuó las acciones guerrilleras. En 1974 su organización secuestró al senador Rubén Figueroa. El 2 de diciembre de 1974 el ejército enfrentó a las fuerzas de Lucio Cabañas y ahí fallece (Montemayor, 1990). Como ejemplo de la guerrilla urbana, el 23 de septiembre de 1965 un grupo de campesinos, estudiantes, maestros y líderes agrarios acuerpados en el Grupo Popular Guerrillero intentaron tomar por asalto al cuartel del Ejército mexicano en Madera, Chihuahua. El resultado concluyó con la masacre de 13 guerrilleros. En conmemoración a dicha acción, un grupo político militar de tipo marxista optó por la acción violenta. En marzo de 1975 se conformó la organización guerrillera Liga Comunista 23 de Septiembre cuyo objetivo fue la toma del poder político por parte del proletariado. Iniciar una revolución socialista e instaurar el comunismo a escala internacional. Entre sus acciones se encuentra la organización de huelgas y enfrentamientos con la policía. Destaca el secuestro del empresario regiomontano Eugenio Garza Sada en 1973. En el enfrentamiento con la Liga, murió el empresario. También secuestraron al cónsul de Gran Bretaña, Anthony Duncan y al empresario Fernando Aranguren (Gamiño, 2014).

Ante la pérdida de convocatoria por aparte de la Confederación Nacional Campesina, dicha organización sufre el desprendimiento de varias organizaciones. De la misma CNC, se crean organizaciones rurales aunque adscritas al PRI. Así, surgió en 1975 Antorcha Campesina como grupo de choque perteneciente al PRI; ALCANO, 1985 y el Movimiento de los 400 Pueblos. Con patrocinio del PRI surge la UGOCM, en 1949, la CCI, en 1963 y el CAM, en 1979 (Grammont, 2005).

Después de 1968, en el contexto del movimiento ferrocarrilero, de maestros, de guerrilla rural y urbana, y del movimiento estudiantil, surgirán nuevas perspectivas teóricas por lo que se van a ampliar los enfoques para analizar la acción social: el marxismo (en todas sus variantes), la teoría accionista (Touraine, Melucci, Offe), la teoría de movilización de recursos (McCarthy, John D.; Zald, Mayer N), la teoría decolonial (Aníbal Quijano), el análisis de los marcos (Robert Benford y David A. Snow).

El análisis de los movimientos sociales, será abordado desde la perspectiva de la teoría del Comportamiento Colectivo, la teoría Accionista, la teoría de la Movilización de Recursos y el Marxismo Ortodoxo. Uno de los retos para el análisis de la acción social consiste en hasta qué punto es posible utilizar los conceptos de movimientos sociales en América Latina y en México. Desde el marxismo se vivió un debate respecto a la polarización entre campesinistas (Arturo Warman, Armando Bartra), que defendían la pequeña producción y los proletaristas (Roger Bartra) que auguraban la desaparición de los campesinos. Ello incidió con la interpretación entre la validez o no de la lucha por la tierra.

En los años setentas, se difundieron otros enfoques teóricos como el derivado del

marxismo y la ecología cultural, en las instituciones de educación superior (Paré, 1997). El marxismo adquirió mucha influencia en las ciencias sociales a partir de los estudios de la cuestión agraria la lucha de clases en el campo. Desde esta brecha se utilizaron varios conceptos básicos que definían la vertiente marxista: la lucha de clases, las relaciones de producción, la importancia de la estructura sobre la estructura, la tendencia hacia la crisis, la revolución social, la renta del suelo, entre muchos conceptos que provenían de los diferentes textos marxistas. No obstante, a su interior, en la academia, existía un “diálogo de sordos” puesto que existían corrientes encontradas: leninismo, maoísmo o trotskismo con diferentes interpretaciones, por ejemplo, de la viabilidad de la lucha por la tierra (Paré, 1997). Predominaban varias interpretaciones del marxismo: a grandes rasgos, la vertiente trotskista defendía la tesis de que la alianza obrero campesina se realizaría después de la toma por el poder a cargo del proletariado; La interpretación marxista, leninista y Gramsciana señalaba que la alianza obrero campesina debería buscarse antes, durante y después de la toma del poder; la vertiente Maoísta defendía la tesis de que, de acuerdo a las condiciones de China, la lucha por el poder tendría que originarse en el campo para llegar a la ciudad y establecer una alianza con los obreros. Empero, como afirmó Luis Paré, el marxismo se impuso a otros paradigmas que dificultaron el rescate de otras escuelas o enfoques dentro de la antropología, la economía, la sociología, el derecho o la agronomía.

En los años ochenta, con la crisis financiera del Estado benefactor, entró en una aguda crisis que modificó las formas tradicionales de intervención estatal en la economía lo cual provocó el proceso de reducción del Estado disminuyendo la su presencia en la promoción del desarrollo agropecuario. Para ello, inició una etapa de liquidación, desaparición o fusión de empresas estatales y paraestatales. De esta forma los gobiernos neoliberales impusieron un nuevo paradigma económico sustentado en el libre mercado. En ese proceso de cambios, la sociología rural experimentó cambios en los paradigmas, teorías y metodologías en las ciencias sociales<sup>2</sup> (Hewitt, 1988).

El análisis de los movimientos sociales muestra un área dominada por la decisiva presencia eurocentrista (Bartra, 2015). Los principales enfoques teóricos como en el caso de la teoría del Comportamiento Colectivo, la teoría accionalista, la teoría de la movilización de recursos y el marxismo ortodoxo de los años setenta consideran que la acción social parte del individuo quien adopta decisiones a partir de su evaluación costo-beneficio. Además, con diferentes argumentos argumentan que en, por ejemplo, las movilizaciones de indígenas en América Latina no corresponden a movimientos sociales. Sin embargo, estas condiciones no suceden en América Latina. Desde la óptica del marxismo ortodoxo,

---

2 Como corolario, a fines de los ochenta y hasta a principios de siglo llegaron, simbólicamente, con el derrumbe del muro de Berlín; la crisis de paradigmas, el devenir de la escuela de Frankfurt, el posestructuralismo y las teorías de la posmodernidad. Con estos supuestos se reavivaron las teorías de los movimientos sociales, los estudios sobre la cultura, el feminismo y la identidad étnica, y las nuevas tecnologías. También, arribaron los estudios de los nuevos movimientos sociales, en especial los globales. Cabe resaltar la importancia de los estudios relativos a la relación entre ciencias sociales y ciencias naturales, que tenían como objetivo final los temas de la ecología. Sin embargo, la mayoría de dichos principios tenían un punto en común: su carácter eurocentrista.

se repetía la ida esbozada por Marx en 1948-50, que los campesinos eran como “papas, en un costal de papas” y que ellos no podían representarse, sino que tenían que ser representados por el proletariado. Touraine, uno de los más importantes representantes de la teoría accionalista, estableció que el movimiento social debe orientarse a lograr el cambio en la estructura económica como requisito de la idea de totalidad. Sin embargo, la gran mayoría de demandas rurales no dirigen sus baterías a dicha meta ya que sus pretensiones son más modestas. Con esto argumentaba que la lucha por la tierra era, no solo progresista, sino hasta contra revolucionaria. Tal era el debate académico entre quienes participaban en el debate de la llamada alianza obrero-campesina (Paré, 1991).

En varios textos los autores de la teoría Accionalista de los movimientos sociales entre ellos, Alain Touraine, Antonio Melucci o Claus Offe, establecen una línea de distancia para diferenciar entre movimiento social y luchas campesinas que pugnan por demandas tradicionales opuestas a la modernidad (Touraine, 1993; Touraine, 1998). La teoría de la movilización de recursos, a pesar del prestigio que tenía en los Estados Unidos, tuvo una recepción marginal en nuestro país. Sin embargo, a partir del movimiento estudiantil de 1968 se van a retomar del su marco teórico algunos autores y conceptos.

Mientras tanto, en América Latina surgió una primera oleada de autores que discutieron en torno al problema centro – periferia, entre ellos Rodolfo Stavenhagen, Frantz Fanon, Aníbal Quijano, José Carlos Mariátegui, Pablo González Casanova (Hewitt, 1988). Aníbal Quijano utilizó el término movimientos campesinos para referirse a las acciones de los campesinos por la tierra. En el ambiente intelectual de América Latina surgió, un vacío que reclamaba de reflexión ante los efectos destructivos al medio ambiente, el calentamiento global, la deforestación y contaminación acelerada desatada por empresas transnacionales en la minería, en actividades petroleras, la expansión de empresas inmobiliarias. Algunas críticas a la globalización provienen de la vertiente de las modernidades alternativas en la que encontramos a Pred y Watts, 1992; Gupta, 1998; Sivaramkrishnan y Agrawal, 2003; Arce y Long, 2000 (Escobar, 2003).

En los congresos y revistas nacionales e internacionales, es posible verificar la incorporación de nuevos temas, de los que destaca el “giro decolonial” (Mignolo, 2005). El giro decolonial consiste en la apertura y la libertad de pensamiento y de formas alternativas de vida en contra de la colonialidad del ser y del saber. Dicha perspectiva cuenta autores como Juan Carlos Mariátegui, Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frans Fannon, Fausto Reinaga, Vine Deloria J. que oponen al pensamiento de la modernidad, el pensamiento decolonial (Mignolo, 2005). Frans Fannon sugiere una acción crítica desde las ciencias sociales (Fannon, 1959; Fannon, 1961; Fannon, 1980). En la actualidad, desde la acción reflexiva y de la sociología de la praxis el giro decolonial aparece en movimientos sociales con el re surgimiento de la lucha indígena protagonizada por la CONAIE, en Ecuador y el EZLN, en México. El tema del feminismo, del patriarcalismo y ecofeminismo ha comenzado a cobrar un lugar que antes no tenía en los congresos nacionales e internacionales.

## 4 | DE 1980 A LA ACTUALIDAD. DE LOS MOVIMIENTOS CAMPESINOS A LOS MOVIMIENTOS ALTERMUNDISTAS = 12

Los años ochenta derivaron en un partearguas con respecto a la manera en que se contemplaba la economía, la política, la cultura y, los movimientos sociales. En lo económico, con la crisis financiera el Estado benefactor entró en una aguda crisis que modificó las formas tradicionales de intervención estatal en la economía lo cual provocó el proceso de reducción del Estado disminuyendo la su presencia en la promoción del desarrollo agropecuario. Para ello, los gobiernos iniciaron una etapa de liquidación, desaparición o fusión de empresas estatales y paraestatales. De esta forma los gobiernos neoliberales impusieron un nuevo paradigma económico sustentado en el libre mercado. En ese proceso de cambios, la sociología rural experimentó cambios en los paradigmas, teorías y metodologías en las ciencias sociales<sup>3</sup> (Hewitt, 1988).

Con el fin de la posguerra marcada por el derrumbamiento del muro de Berlín el marxismo y el estructural funcionalismo fueron dejando de tener la presencia que antes tenían como teorías estructuralistas, es decir, que partían del supuesto de que la estructura socioeconómica influiría o determinaría la acción social, y, en su lugar, surgirán otros enfoques, autores y perspectivas. En su lugar, otros enfoques, autores y perspectiva tomarán la estafeta. En el ámbito intelectual de la izquierda se retoma a autores provenientes de la Escuela de Frankfurt, destaca la influencia de Jurgen Habermas y los debates entre modernistas y posmodernistas. La influencia de Poulantzas y la discusión sobre el biopoder. A partir de 1988, Un rasgo en el que coinciden los analistas es en el de privilegiar la explicación, más que el enfoque teórico, debido a que la gran mayoría de los procesos sociales son complejos. Así, existen perspectivas como la sociología del riesgo (Beck) para comprender procesos ambientales, por ejemplo, desde la ecología política (Dobsons, Toledo), y de otras perspectivas como la teoría centrada en el actor (Long). Ciertamente la mayoría de temas rurales quedaba al margen de los temas que planteaba el debate en el marco de las sociedades posindustriales o informatizadas.

Sin embargo, el retiro del Estado daba paso a nuevas modalidades de luchas rurales caracterizadas por la autonomía con respecto al PRI y al gobierno las cuales fueron definidas como organizaciones autónomas. La CIOAC, en 1975; la CNPA, en 1979; la UNORCA, en 1985; la UGOCP, en 1986; la CODUC, en 1986; la UNTA, en 1978; y la CCC en 1988. Lo mismo sucedió con las organizaciones indígenas que luego de un acto oficial para conmemorar la muerte de Emiliano Zapata organizado por el Consejo NPI, de filiación priísta, se escinde y se crea el Coordinadora Nacional de Pueblos Indígenas (CNPI), y en

---

3 Como corolario, a fines de los ochenta y hasta a principios de siglo llegaron, simbólicamente, con el derrumbe del muro de Berlín; la crisis de paradigmas, el devenir de la escuela de Frankfurt, el posestructuralismo y las teorías de la posmodernidad. Con estos supuestos se reavivaron las teorías de los movimientos sociales, los estudios sobre la cultura, el feminismo y la identidad étnica, y las nuevas tecnologías. También, arribaron los estudios de los nuevos movimientos sociales, en especial los globales. Cabe resaltar la importancia de los estudios relativos a la relación entre ciencias sociales y ciencias naturales, que tenían como objetivo final los temas de la ecología. Sin embargo, la mayoría de dichos principios tenían un punto en común: su carácter eurocentrista.

1988 se crea el Frente Internacional de Pueblos Indígenas (FIPI).

La mayoría de estas organizaciones se encuentra integrado por productores agropecuarios de diferente tipo, así que son en su mayoría pluriclasistas. Aunque, algunas de ellas se declaran autónomas frente al Estado y los partidos políticos, lo cierto es que existe una gran presencia de los partidos políticos en las diferentes organizaciones. Lo que, sin duda, distingue a muchas de estas organizaciones es que las demandas fueron transitando de la demanda por la tierra como principal eje de lucha, hacia la demanda general de la autosuficiencia alimentaria seguida por la justicia, y la defensa del territorio. Ciertamente la mayoría de estas organizaciones coincidían en una lucha por los precios de garantía, el crédito rural, y otras demandas. Sin embargo, con el retiro estatal, cambiaron las estrategias hacia la lucha por el aumento del presupuesto.

En el gobierno de Carlos Salinas de Gortari continuaron las Reformas del Estado Mexicano en las que el gobierno neoliberal fomentó medidas jurídicas de libre mercado y adoptando una política económica monetarista con restricción del gasto público, que se traduce en la restricción del crédito para destinarlo hacia áreas que se consideraban más productivas; el control de la inflación que supone mantener bajos los precios agrícolas y los salarios; pero además, propiciar la inversión de capital extranjero, para ello se modificó el marco jurídico para facilitar la inversión de capital nacional y extranjero a través de contratos o concesiones. Una de las reformas con mayor trascendencia en el campo fue a modificación del artículo 27 y de la Ley reglamentaria las cuales se orientaron hacia la privatización del ejido y permite a la propiedad comunal transitar hacia el ejido para, de ahí, dar el salto a la propiedad privada. Para acelerar los cambios, México firmó el Tratado de Libre Comercio con América del Norte en 1992 entre Estados Unidos, Canadá y México el cual entraría en funciones en 1994.

El 1º de enero de 1994, día en que entraría en operaciones el TLCAN, apareció el levantamiento armado del EZLN en Chiapas. Dicho movimiento demostró que no era un movimiento guerrillero tradicional, sino otro tipo de movimiento que logró tejer alianzas con el movimiento indígena nacional y llegar a mantener demandas conjuntas como la demanda de la autonomía y la defensa del territorio. Vale la pena destacar la autorreflexión respecto a los autores de la teoría accionalista en relación al movimiento zapatista. Desde entonces, el análisis de los movimientos sociales se realiza desde una perspectiva abierta, es decir, ya no hay un paradigma central sino que desde entonces la explicación de los complejos fenómenos sociales adquiere mayor relevancia que privilegiar un paradigma determinado. A partir de la modernidad tardía se reclama una nueva mirada de la acción social al tiempo en que entran en escena nuevos conceptos: actores y sujetos sociales sustituyen a las clases sociales; nuevos movimientos sociales o movimientos alterglobales sustituyen al movimiento campesino.

El movimiento indígena se ha visibilizado en virtud de varios acontecimientos en el entorno de la firma del Acuerdo 169 de la OIT; del premio a Rigoberta Menchú, la

conmemoración del Quinto Centenario Encuentro de Dos Mundos, en 1992; el surgimiento del EZLN, el 1° de enero de 1994; la firma de los Acuerdos de San Andrés, en 1996; la conformación del Consejo Nacional Indígena, en 1996, entre otros eventos que proyectaron la cuestión indígena a nivel internacional.

El movimiento indígena ha aparecido como importante actor de la lucha por el territorio, por los derechos humanos sobre todo ante la matanza de Aguas Blancas, en Guerrero, el 28 de junio de 1995; la matanza a campesinos indígenas tzotziles en Acteal, municipio de Chenalhó, Chiapas, en 1997, entre otros.

En 1994, se crea el Barzón en el contexto de la crisis económica que, entre otras cosas, aumentó exageradamente la tasa de interés bancario ocasionando juicios judiciales promovidos por los bancos contra los deudores. Pronto se unieron a este movimiento de deudores no únicamente productores agropecuarios endeudados sino también tarjetahabientes, deudores de vivienda, comerciantes, dueños de transporte público y privado. Destaca, sin embargo, la irrupción de la segunda corriente de autores latinoamericanos adscritos a la teoría decolonial y el rechazo a las teorías y enfoques eurocentristas para el análisis de la realidad latinoamericana. Así, se puso en evidencia que gran parte de los enfoques precedentes para el análisis de la realidad latinoamericana se ha realizado a partir de una mirada eurocentrista desde donde se imponen criterios de objetividad y científicidad a partir de autores que no conocen la realidad latinoamericana y que, en gran medida, hacen apología de los procesos de modernización. El enfoque decolonial ha contribuido al debate teórico visibilizando el tema de los pueblos originarios, las mujeres, los afrodescendientes, los jóvenes, entre otros temas.

En el análisis del pasado reciente de los movimientos campesinos e indígenas encontramos muestras de una reflexión global latinoamericana que evidencia la aparición de nuevos actores en escena como: ecologistas, feministas o indígenas, ubicados en la teoría accionalista como nuevos movimientos sociales (en la medida en que sus actores son multclasistas, es difícil ubicar a un solo líder ya que forman parte de un movimiento red, pero sobre todo a que sus demandas las constituyen, en esencia, valores tales como la soberanía alimentaria, la justicia (de género, étnica, raza, edad) entre otras; y que, además de las causas socio estructurales y políticas encontramos una veta de análisis en los ciclos de protesta, como el referido a los aspectos cognitivos, referidos al marco cultural dominante y que se expresa en la elaboración de un discurso propio el cual influye también en los movimientos sociales conformando identidades campesinas e indígenas. Una muestra de lo anterior son los trabajos sobre los actores sociales del campo latinoamericano podemos destacar el número de la revista ALAI con aportaciones de William I. Robinson; Pablo González Casanova, Immanuel Wallerstein, (Robinson, 2011; González, 2011; Wallerstein, 2011) o bien el trabajo compilado por Hubert C. de Grammont “La construcción de la democracia en el campo latinoamericano” (2006) en el que se encuentran trabajos que analizan los movimientos campesinos e indígenas desde la perspectiva de la construcción

de la democracia en los casos de México (Mackinley, 2006; Lutz, 2006).

En la literatura sobre las casusas estructurales del movimiento campesino e indígena se encuentra la explicación en el sentido de que la globalización es capaz de explicar la ola de descontento social en el continente americano como reacción a las políticas neoliberales (Rubio, 1999)<sup>4</sup>. La crisis de la deuda económica en los años ochenta dio lugar a la aplicación de medidas rígidas de ajuste estructural y sectorial, promoviendo políticas de ajuste estructural impuestos por el Fondo Monetario Internacional o el Banco Mundial para solucionar los problemas de deuda externa lo cual, para el ámbito rural, ha tenido tres repercusiones principales: el desmantelamiento de los sectores públicos agrícolas que habían apoyado la producción (campesina) alimentaria, la liberalización de los mercados agrícolas y la apertura comercial encaminada hacia los monocultivos. Esas medidas se consolidaron con el Consenso de Washington. La falta de mecanismos compensadores agudizó el problema de la pobreza, el desempleo, la reducción del gasto social, la disminución del consumo y la baja producción (Rubio, 1988).

En el siglo XXI destaca el movimiento campesino internacional La Vía Campesina cuya demanda principal es la soberanía alimentaria, entre otras demandas. Dicha organización reivindica el apoyo, vía subsidios, a los pequeños productores y a la producción en pequeña escala. Este movimiento puede incluirse también en el análisis de los movimientos altermundistas (Sánchez,).

Con el cambio de estafeta en el gobierno de la alternancia que llevó al panista Vicente Fox Quesada como presidente surgió un movimiento rural en el que el centro de la lucha ya no era la tierra, sino otras reivindicaciones. A principios de noviembre de 2002 apareció el Movimiento el Campo no Aguanta Más (MCNAM), en acciones que abarcaron una coalición de organizaciones rurales de todo el país, con un conjunto de demandas de las cuáles la más importante la salida de México del TLCAN en materia de granos básicos. Es decir, en el centro de la lucha se encontraba la demanda de la soberanía alimentaria. Lo anterior supone la reivindicación de valores más que de bienes y servicios públicos por parte del Estado. Sin embargo la el proceso de negociación con el Estado resultó muy infructuoso a tal punto que tuvieron que firmar el Acuerdo Nacional para el Campo, haciendo a un lado la demanda principal de la exclusión del maíz del TLCAN para negociar aumento en el presupuesto y otros apoyos como subsidios y programas sociales. Se puede destacar que dicho movimiento puso en cuestión antiguos esquemas de interpretación de los movimientos sociales pues por sus características se aproximó más a un nuevo movimiento social. Además, el movimiento logró que el Estado y otras organizaciones rurales empresariales negociaran las políticas agropecuarias. El gobierno incidió mucho en la tardanza en el acceso a los apoyos firmados. Parte del problema es que

---

4 La explicación de que la globalización ocasiona los movimientos sociales tiene que ver con la hipótesis fuerte de que lo económico explica lo social, sin embargo consideramos que dicha relación, aunque es plausible, no es suficiente, puesto que no existe una respuesta generalizada por parte de todas las organizaciones en todos los países.

obligó a cada organización y a cada grupo de productores realizar sus propias gestiones en la telaraña de instituciones oficiales. En 2004, el MCNAM desaparece para resurgir en el gobierno de Felipe Calderón como el movimiento “Sin Maíz, no hay País”, con las mismas consignas en torno a la soberanía alimentaria y la prohibición del maíz transgénico. En el gobierno de Enrique Peña Nieto el movimiento campesino se transforma en “Movimiento el campo es de Todos”.

La llegada de gobierno neoliberales permitió que se modificara el marco agrario y productivo para permitir la llegada de capital extranjero sobre el mecanismo de las concesiones mineras, petroleras, eólicas, inmobiliarias, presas hidrológicas y otras modalidades de inversión que suponen el despojo del territorio a los campesinos. A partir de los años noventa del siglo pasado es posible observar el surgimiento de luchas por la recuperación del territorio así como de los procesos por criminalización de la protesta, no únicamente en México, sino también en América Latina (Sánchez, 2017). La reflexión de este tipo de protestas rurales abarca la noción de la lucha por el territorio pero se inscribe en el análisis de los movimientos altermundistas y de nuevos movimientos sociales. A partir de esta nueva perspectiva de análisis se recupera el problema del derecho colectivo de la tierra y el territorio, por la tanto de la comunalidad. Lo anterior frente a los procesos económicos de concesiones a las mineras, especialmente canadienses. Los gobiernos neoliberales, desde finales de los años ochenta, crearon condiciones para la inversión extranjera, desde luego a cargo de empresas transnacionales en varias actividades: petróleo, minería, eólica, presas hidroeléctricas, inmobiliarias, entre otras, ocasionando la acumulación por desposesión en la medida en que tienden a ocasionar el deterioro permanente de los recursos naturales y el desplazamiento interno de sus habitantes. De esta suerte ha surgido un nuevo tipo de luchas de las poblaciones, especialmente indígenas, por la defensa del territorio. Del territorio simbólico de la población originaria. De ello dan cuenta innumerables trabajos (Sánchez, 2017).

En los años noventa y lo que va del presente siglo ha cobrado importancia el debate entre comunitarista y asociacionista. El Comunitarismo surge como un pensamiento o filosofía que se opone al individualismo y defiende el protagonismo de la sociedad civil. El Comunitarismo filosófico critica al liberalismo clásico por ser excluyente. El Comunitarismo ideológico defiende el derecho de la mayoría a tomar decisiones que afectan a minorías. Destacan los Foros, Congresos y debates en torno al tema de movimientos comunitaristas. En la academia existen además licenciaturas, posgrados y cursos sobre los principios comunitaristas que se adhieren a otros temas de reflexión como la resignificación y la relocalización. Quizás los teóricos más destacados son Amitai Etzioni “El Guardian de mi hermano” y Daniel Bell “Comunitarismo y sus críticos”.

Por ejemplo, algunos de los autores de la teoría accionalista, en textos más recientes y frente a la realidad del levantamiento indígena del EZLN han tenido que rectificar o matizar su perspectiva y reconocer el carácter moderno de las luchas de indígenas y campesinos

de América Latina (Sánchez, 2012). Marcos Roitman señala que estos intelectuales se ubican fuera del continente y sus conocimientos de Latinoamérica sirven para avanzar individualmente en los escalafones administrativos de la carrera individual (Roitman, 2005). Por ejemplo, en Alain Touraine persiste una mirada eurocentrista al percibir a América Latina como una realidad inconclusa sin burguesía, sin democracia, pero con tradicionalismo y con dictaduras. “No existe una verdadera clase dirigente en América Latina, ni siquiera en Monterrey o en Sao Paulo” (Touraine, 1993: 36). Sin embargo, habría que decir en su defensa que a la luz de los hechos del levantamiento armado indígena en Chiapas, o de la Conaie en Ecuador existe una rectificación en sus posturas iniciales, de modo que tanto Alain Touraine, Clauss Offe y Alberto Melucci incluyen dichos movimientos como modernizadores que buscan un mundo mejor (Sánchez, 2012).

Una de las características de los movimientos sociales en América Latina lo constituyen los intentos de alejamiento respecto a los partidos políticos y, tocante a la relación con el sistema legislativo se observan dos tendencias: la pro parlamentarista y la anti parlamentarista. Por otra parte tejen intrincadas alianzas con otros grupos y fuerzas políticas y sociales. Por su naturaleza, las acciones de protesta utilizados por los movimientos sociales rurales son disruptivos del *status quo* y van en contra del modelo tradicional de intermediación de intereses de las democracias representativas (Grammont, 2006).

Por su parte, la teoría del Comportamiento Colectivo y la Teoría de la Movilización de Recursos impondrán como condición que los movimientos se encuentren orientados, principalmente, por individuos que adoptan decisiones racionales. Además añaden que los agravios son el detonante de las movilizaciones. Sin embargo, estas condiciones no suceden en América Latina. Mientras que los autores adscritos a la teoría Accionalista señalan que parten de países considerados como posindustrializados, o más que eso, informatizados, pero además, como en el caso de Touraine, uno de los más importantes representantes de dicha vertiente, el movimiento social debe orientarse a lograr el cambio en la estructura económica como requisito de la idea de totalidad. Sin embargo, la gran mayoría de demandas rurales no dirigen sus baterías a dicha meta ya que sus pretensiones son más modestas.

Para el estudio de los movimientos sociales, siguiendo a Charles Tilly, se sugiere varios tipos de acciones: la búsqueda de acuerdos; las acciones de presión, tales como marchas y manifestaciones; las acciones disruptivas, es decir, acciones de presión que representan cierta amenaza, pero sin lograr transgredir, de manera franca, el orden social; por último, las acciones de fuerza que pueden llegar a incluir violencia física y hasta los muertos.

Por otra parte, es importante considerar a los sujetos, o bien los actores sociales. Es decir, las organizaciones profesionales que se encargan de actuar como mecanismos de presión para el logro de ciertos fines utilizando los recursos a su alcance. En muchos

casos se relaciona con los movimientos red, en los que existe atrás de la organización una compleja red de organizaciones de todo tipo. Por ejemplo, obreros, campesinos, colonos, Organizaciones no Gubernamentales de derechos humanos, intelectuales, iglesia, estudiantes, universidades, etcétera.

En muchos casos, se coincide con los nuevos movimientos sociales. En éstos, las demandas principales no son demandas físicas o materiales como salarios, crédito, insumos agrícolas, etcétera, sino valores. Valores tales como el cuidado del medio ambiente, la defensa de los derechos humanos, entre otros. El movimiento El Campo no Aguanta Más y el movimiento Sin País no hay País, guarda mucha relación con los nuevos movimientos sociales pues las demandas principales giran en torno a la Soberanía Alimentaria.

## 5 | CONCLUSIONES

Destaca, por una parte, la fuerte relación entre movimientos sociales a través de conflictos, luchas y movimientos sociales y, por la otra, la política pública a partir de la reforma agraria, el desarrollo rural y la política social. En una trayectoria de gran aliento es posible detectar la confrontación entre dos perspectivas: el individualismo metodológico y los proyectos comunitaristas.

La fuerza con la que se impuso la noción de desarrollo y modernización rural, especialmente con el apoyo del Estado a través de la reforma agraria, el desarrollo rural y la política social. En el análisis de los movimientos sociales predominó la vertiente accionalista. Sin embargo, ya existía un interés en el problema decolonial para analizar la relación centro-periferia a partir de la mirada de la teoría de la dependencia.

Inicia una crítica desde la decolonialidad y la descolonialidad al tiempo en que pierde piso algún paradigma en particular y se adopta, en cambio, una perspectiva más abierta. Por ejemplo, en la actualidad se prefiere la explicación de los problemas que la adhesión a un paradigma particular. Por una parte, en el análisis de los movimientos sociales se acude a las teorías: de movilización de recursos, accionalista y de los marcos culturales. Al tiempo en que se acude a otros paradigmas de otras disciplinas, por ejemplo, para profundizar en temas como la ecología, la biotecnología, problemas de género, entre otros. Por la otra, al analizar las políticas públicas se realiza, cada vez, más desde enfoques interdisciplinarios que adoptan, por ejemplo esquemas para el análisis de la complejidad.

## REFERENCIAS

Barkin, David (2001) "Superando el paradigma neoliberal: desarrollo popular sustentable", en CLACSO (2001) "¿Una nueva ruralidad en América Latina?", Editorial Clacso, Argentina, PP. 81-99.

Bartra, A "Campesindios. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado" (Bolivia, CIDES-Universidad Mayor de San Andrés, 2010

- Bartra, (2015) "Anticipaciones: un vistazo al futuro de Nuestra América", en <https://unpensamientomundano.wordpress.com/ponencias-armando-bartra/>, consulta 12/08/1018).
- Beck, Ulrich (1998) "La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad", Paidós, Barcelona.
- Bellingeri, Marco (2003) "Del agrarismo armado a la guerra de los pobres 1940-1974", Casa Juan Pablo y Secretaría de Cultura, Ciudad de México.
- Cueva, A. (1979). El desarrollo de nuestras ciencias sociales en el último periodo. En A. Cueva, *Teoría social y procesos políticos en América Latina* (págs. 1-77). México D. F.: EDI COL.
- Chávez,-Lutz, (Coords.) (2017) "Sociedad civil rural en México", UAM-X, Ciudad de México.
- Convenio Núm. 169 de la OIT sobre Pueblos Indígenas y Tribales, (1992) (Disponible en <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/>, consulta 15/08/2018)
- Desmarais, Annette (2007) "La Vía Campesina. La globalización y el poder del campesinado", Editorial Popular, España.
- Dussel, Enrique (1973) "Para una ética de liberación latinoamericana", editorial Siglo XXI, México.
- Dussel, Enrique (1996) "Filosofía de la liberación", Nueva América, Bogotá.
- Dussel, Enrique (2015) "Filosofías del Sur. Descolonización y transmodernidad", Editorial Akal, México.
- Escobar, Arturo (2003) "Mundos y conocimientos del otro modo", Tabula Rasa, No 1, Ecuador: 51-86.
- Escobar, Arturo (2005) El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. En Daniel Mato (coord.), Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, PP. 17-31.
- Escobar, Arturo (2014) "Sentipensar com la tierra. nuevas lectras sobre desarrollo, territorio y diferencia", Editorial UNAULA, Colombia.
- Fanon, Frantz (1959) "*Sociología de una revolución*", Era, México, 1968.
- Fanon, Frantz (1961) "*Los condenados de la tierra*", FCE, México.
- Fernandes, F. (1980). *A natureza sociológica da sociologia*. Sao Paulo: Ática.
- Flores, Ricardo (1911) en "Periódico Regeneración", 2 de septiembre de 1911.
- Gamio, Rodolfo (2014) "La Liga Comunista 23 de septiembre, Cuatro décadas a debate: Historia, memoria, testimonio y literatura.", en "De Raíz Diversa", vol. 3, núm, 5, enero-junio, pp. 203-2010. CELA-UNAM, UAMT, México.

Giménez, Gilberto Cultura, (2005) "Identidad y metropolitano global" en Revista Mexicana de Sociología, vol. 67, núm. 3, julio-septiembre, PP. 483-512 Universidad Nacional Autónoma de México Distrito Federal, México

González, P. (1976). *Sociología de la Explotacion*. México D. F.: Siglo XXI.

González, P. (1993). *La democracia en México*. Ciudad de México: ERA.

González, P. (1995). *Globalidad, neoliberalismo y democracia*. México D. F.: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades-UNAM.

González, P. (1997). La democracia de Todos. *Conferencia al XXI congreso de ALAS, Sao-Paulo, Brasil*. (págs. 25-87). Sao Paulo: ALAS.

Gutiérrez R. y Salazar, H. (2013) "El accidentado camino del Buen Vivir: horizonte indígena-originario-campesinos en Bolivia durante el gobierno de Evo Morales", en revista *ALASRU*, México. PP. 75-99.

Ilich, Ivan (1978) "La convivencialidad", Ocoatepec (Morelos, México), 1978.

Ianni, O. (1996). A Sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avanzados* 10, 25-33.

Latouche, Serge (2012) "Salir de la sociedad de consumo. Voces y vías del decrecimiento", Editorial Octaedro, España, PP. 1-206.

Leff, E. (2003) "La ecología política en América Latina: un campo en construcción", Sociedad Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 17-40, jan/dez.

Mariátegui, J. C. (1970). *Siete ensayos de la realidad peruana*. Lima: Biblioteca Amauta.

Mejer, Jean (1973) "La Cristiada 1- la guerra de los cristeros", Editorial Siglo XXI, México.

Mignolo, Walter (2005) "Pensamiento decolonial, desprendimiento y apertura".

Montemayor, Carlos (1990) "Guerra en el paraíso", editorial Diana, Ciudad de México.

Ouviaña, H. (2010). "Traducción y nacionalización del marxismo en América Latina. Un acercamiento al pensamiento político de René Zavaleta". *OSAL, Año XI, No 28, noviembre*, 1-15.

Ortiz, Antonio (1998) "El desarrollo estabilizador: Reflexiones sobre una época", Ed. FCE, México.

Paré, Luisa, (1997) "Tendencias en la investigación sobre temas rurales en los últimos veinte años" Nueva Antropología, vol. XV, núm. 51, febrero, México. debates teóricos 36 textual

Paré, Luisa (1991) "El debate sobre el problema agrario en los setenta y ochenta", en revista Nueva Antropología, Vol. XI, Núm. 39, junio, México

Prebisch, R. (1981). *Capitalismo periférico. Crisis y transformación*. México D. F.: FCE.

Quijano, Aníbal (2006), "El movimiento indígena y las cuestiones pendientes en América Latina", en revista *Argumentos*, Vol., 19, núm., 50, enero-abril, 2006, PP. 51-77.

Quijano, Aníbal (2011) "Bien Vivir" Entre el "desarrollo" y la Des/Colonialidad del Poder", en *Ecuador debate*, Quito, N° 84: 77-87, diciembre de 2011.

Robichaux, David (2002) "El sistema familiar mesoamericano y sus consecuencias demográficas" *Papeles de Población*, vol. 8, núm. 32, abril-junio, 2002 Universidad Autónoma del Estado de México Toluca, México

Roitman, M. (2005). *Pensamiento sociológico y realidad nacional en América Latina*. Ciudad de México: Libro electrónico.

Sánchez, Armando (2006) "La nueva agenda de investigación de la sociología rural" en *Revista de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural*, No 3, México.

Sánchez, A. (2012) "Movimiento campesino e indígena en América Latina", en Cisneros, A. (coord.), *Protesta social en América Latina*, México, UAM-A, Colección Saberes. PP. 47-132.

Sánchez, Armando (2014) "*La sociología rural en perspectiva*", en *Revista Textual*, México, D.F.

Sánchez, Armando (2012) "*Sociología rural, el nuevo campesino entre la globalización y la tierra prometida*", *Espacio Abierto*, vol. 20, núm. 4, octubre-diciembre, 2011, PP. 561-577 Universidad del Zulia Maracaibo, Venezuela.

Santiago Castro-Gómez Ramón Grosfoguel, (2007) "El giro decolonial Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global", *Siglo del Hombre Editores*; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, Bogotá.

Sevilla-Guzmán y González de Molina (1991) "Ecosociología: elementos para el análisis de la coevolución social y ecológica de la agricultura", revista *Reis*, No 52: 7-45.

Sosa, Boaventura (2012) "Una epistemología del Sur", Editorial Clacso-Siglo XXI, México D. F.

Sosa, Boaventura (2005) "El milenio huérfano. Ensayos para una nueva cultura política", Editorial TROTTA/ILSA, Bogotá.

Sousa, Boaventura (2006) "Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social (Encuentros en Buenos Aires). Editorial, CLACSO, Argentina <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/Sousa/Sousa.html>

De Sousa, Boaventura (2010) "Descolonizando el saber, reinventando el poder", Editorial TRILCE, Uruguay.

Sousa, Boaventura (2014) "Producir para vivir", Siglo XXI, México.

Stavenhagen, Rodolfo (1964) "La sociología del campo en Brasil", Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales, abril-enero, Rio de Janeiro.

Toledo, Víctor (2013) "El paradigma biocultural: crisis ecológica, modernidad y culturas tradicionales", *Sociedad y Ambiente*, Año 1, vol.2, marzo-junio: 50-60.

Touraine, Alain (1989) "Los problemas de una sociología propia en América Latina", en ***Revista Mexicana de Sociología***, N°3, 1989, UNAM, México, PP. 3-22.

Touraine, Alain (1993) "La sociología de la acción en América Latina", en Pozas, Ricardo (Coord.) "Las ciencias sociales en los años noventa", en Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM.

Wolf, E. (1976). *Los campesinos*. México D. F.: Labor.

Zavaleta, R. (1986). *Lo nacional-popular en Bolivia*. México D. F.: Siglo XXI.

Zvampa, M. y Antonelli (Comps.) (2009) "Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales", Biblos, Buenos Aires.

# CAPÍTULO 4

## O TRABALHADOR E OS ILEGALISMOS NA FRONTEIRA ENTRE PEDRO JUAN CABALLERO E PONTA PORÃ

*Data de aceite: 01/09/2021*

**Maurílio de Sousa Júnior**

É mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

**RESUMO:** Os habitantes na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero utilizam os ilegalismos tanto como um meio, como um fim. Na falta de um transporte público de qualidade, uma parcela dos trabalhadores utiliza motos paraguaias para seu deslocamento. O ilegal se insere na vida dos fronteiriços como possibilidade, modificando o trabalho. Os mercados ilegais representam uma oportunidade de ganhos financeiros, mobilidade social e sobrevivência material para alguns. Os trabalhadores que atuam nesses mercados não integram necessariamente as redes de crimes. Os mercados ilegais criam novas categorias de trabalhadores em um esquema empresarial. A mula representa uma categoria mais sujeita à prisão. Os controles punitivos e o encarceramento resultam na precarização do trabalho na medida em que produz um contingente de pessoas que vão servir de mão obra para esses mercados ilegais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalhador, ilegalismos, informalidade.

**ABSTRACT:** The inhabitants on the border between Ponta Porã and Pedro Juan Caballero use illegalism both as a means and as an end. In the absence of quality public transport, a

portion of workers use Paraguayan motorcycles to travel. The illegal is inserted in the life of the frontiersmen as a possibility, modifying the work. Illegal markets represent an opportunity for financial gain, social mobility and material survival for some. The workers who operate in these markets do not necessarily belong to the crime networks. Illegal markets create new categories of workers in a business scheme. The mule represents a category more prone to imprisonment. Punitive controls and incarceration result in the precariousness of work as it produces a contingent of people who will serve as labor for these illegal markets.

**KEYWORDS:** Worker, illegalities, informality.

### INTRODUÇÃO

A falta de um transporte público de qualidade faz da moto comercializada no país vizinho, de origem estrangeira, um atrativo para uma parcela considerável dos brasileiros que moram na fronteira entre Ponta Porã, no Brasil, e Pedro Juan Caballero, no Paraguai. Os ônibus que circulam em território brasileiro têm horários irregulares e se concentram no início da manhã e final da tarde, coincidindo com a entrada e saída dos trabalhadores nos comércios. Quem necessita de ônibus fora desses períodos, a espera por um pode ultrapassar duas horas. Além de demorados, ruins e desconfortáveis, não circulam nos domingos e feriados<sup>1</sup>,

<sup>1</sup> A planilha da empresa de ônibus responsável pelo transporte público em Ponta Porã indica que algumas linhas não circulam

dificultando a vida de quem trabalha nesses dias. Não é à toa, portanto, que existam tantas motos paraguaias circulando pela fronteira.

Custam bem menos que o similar nacional, mas são proibidas aos brasileiros: seu uso regular configura o crime de descaminho.<sup>2</sup> Apesar da proibição, muitos se arriscam a dirigi-las pela fronteira, conscientes de que pode haver uma barreira policial pelo caminho, que fazem apreensão desses veículos. Centenas deles se acumulam no pátio do Detran no Brasil. As motos paraguaias nos dizem um pouco da maneira dos fronteiriços lidarem com o ilegal. São usadas por trabalhadores em seu deslocamento. Para muitos, tais ilegalidades podem ser vistas como algo legítimo, como um meio de sobrevivência.

Pedro Juan Caballero e Ponta Porã são consideradas cidades-gêmeas. Estima-se que juntas tenham cerca de 210 mil habitantes<sup>3</sup>. No trecho urbano, uma praça estreita delimita as fronteiras entre as duas cidades. Antes da pandemia do Covid-19, não havia nenhum controle fiscalizatório sobre a circulação de pessoas<sup>4</sup>. Apesar disso, outros controles são exercidos pelo Estado para regular o fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira, uma vez que além do comércio de produtos importados, muito característico na região, desenvolve-se práticas ilícitas como o contrabando e o tráfico de drogas (SILVA, 2014; RODER, 2005).

Essas ilegalidades produzem desdobramentos no trabalho. O propósito deste artigo é discutir como o ilegal se insere no cotidiano da fronteira e modifica a vida dos trabalhadores e do próprio trabalho. Usaremos a descrição, a comparação e análise como método na formulação do nosso objeto de pesquisa. No aspecto teórico, utilizaremos o referencial de autores como Foucault (2006; 2014; 2015), entre outros, além de fontes abertas, como publicações em periódicos.

---

depois das 20h, além dos domingos e feriados. Disponível em: <[http://www.medianeirapontapora.com.br/base/www/medianeirapontapora.com.br/media/attachments/453/453/5f749843609dd30dad43322b2107c257e7edb2f4bcbb\\_horarios-segunda-a-sexta.pdf](http://www.medianeirapontapora.com.br/base/www/medianeirapontapora.com.br/media/attachments/453/453/5f749843609dd30dad43322b2107c257e7edb2f4bcbb_horarios-segunda-a-sexta.pdf)>. Acesso em: 8 out. 2020.

2 Nascimento (2019, p. 67-68) observa que “os infratores e seus veículos indocumentados, além das multas e da apreensão da motocicleta, podem responder pelo crime de Descaminho, tipificado pelo Código Penal Brasileiro (2017, p. 125) no seu Art. 334. como o ato de “Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.” Conforme o Decreto supracitado, as motocicletas teriam de passar pela aduana brasileira, visto se tratar de produtos oriundos de outro país e, portanto, as motos teriam de ser obrigatoriamente declaradas à Receita Federal, o que raramente se verifica, devido aos custos do processo. Alguns agentes de trânsito, reproduzindo o costumeiro preconceito em relação aos produtos de origem paraguaia, acreditam que muitos dos modelos à venda em Pedro Juan Caballero seriam reprovados pelo controle de qualidade realizado pelo Brasil relativo ao processo de importação. Aqueles que insistem em trafegar sem a documentação, tanto brasileiros quanto paraguaios, quando entram em Ponta Porã são multados e têm suas motocicletas apreendidas, o que causa grande revolta aos motociclistas, porque a multa equivale a R\$ 293,47 – porque a condução de veículo sem o devido registro legal no órgão de trânsito é considerada infração gravíssima pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB Art. 258). Se o infrator for brasileiro e possuir habilitação, mas não portar o documento, somam-se aos 293,47 mais R\$ 88,38; mas se o condutor não for habilitado a multa é muito mais alta, R\$ 880,41, já que consiste em infração gravíssima. Isso ocorre porque a multa por circular sem habilitação, por não a possuir de fato e não por esquecimento, eleva em três vezes o valor da multa de trafegar sem o documento, conforme o artigo Art. 162 do CTB”.

3 Segundo levantamento da Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC, 2019) del Paraguay, a população de Pedro Juan Caballero é de cerca de 120 mil pessoas. A população de Ponta Porã foi estimada pelo IBGE, no mesmo ano, em cerca de 92 mil.

4 A fronteira seca e a grande extensão da divisa entre Brasil e Paraguai são condições que praticamente inviabilizam um controle fiscalizatório do fluxo de pessoas que atravessam ambos países.

## ILEGALISMOS INCORPORADOS

As motocicletas paraguaias são o indicativo de como o legal e o ilegal fazem parte do cotidiano da fronteira. Elas disputam o trânsito em meio a carros e outros veículos. Não só brasileiros como paraguaios andam nessas motocicletas de baixa cilindrada. Tazza (2019) observa que há mais de 80 mil motocicletas circulando diariamente pela fronteira, muitas vezes transitam sem placa e documentação, com motoristas sem licença para guiar. De acordo com Nascimento (2019), o preço e as facilidades constituem seu atrativo. Para comprá-las, basta apenas ter dinheiro, pois não se exige documentação do comprador. Ainda segundo o autor, as lojas se concentram em Pedro Juan Caballero e podem custar 50% menos que as brasileiras.

Presente na realidade da fronteira como um ilegalismo incorporado, as motos paraguaias promovem um dilema em torno das condições do transporte na fronteira: em face da precariedade do transporte público, haveria para a fração da população com menos recursos uma outra maneira de se deslocar pela fronteira dignamente? Tal dilema se assemelha às condições que enfrentam as populações na tríplice fronteira entre Tabatinga, Letícia e Santa Rosa, cidades localizadas, respectivamente, no Brasil, na Colômbia e no Peru, em que uma ilegalidade, representada pelo contrabando de alimentos, naturalizou-se para os moradores dessas três cidades.

De acordo com Albuquerque e Paiva (2015), para a população mais pobre o contrabando nessas cidades se tornou uma questão de sobrevivência e negá-lo implicaria em um desalento para aqueles que necessitam manter um padrão mínimo alimentar “não dependente de saídas legais, supostamente, conforme nos informaram os moradores de Tabatinga, extremamente caras e inviáveis” (ALBUQUERQUE; PAIVA, 2015, p. 125).

Do lado paraguaio, a fiscalização dessas motos é ainda mais irregular e é feita pela polícia municipal. Em ambas cidades, há motociclistas transitando pelas ruas de forma ilegal. As motos paraguaias são exemplos daquilo que permeia o contexto fronteiriço e representam um modo no qual a fronteira é reformulada entre os dois países a partir do legal e o ilegal.

Além das motocicletas paraguaias, o conceito entre legal e o ilegal pode transitar pelas oportunidades de trabalho. Para Telles e Hirata (2007), existe um embaralhamento entre as fronteiras entre o formal e o informal no mundo do trabalho nos espaços urbanos, em que um trabalhador pode recorrer às oportunidades que emergem dessas situações. Oscilam entre empregos informais e oportunidades que surgem representadas pelos mercados ilícitos, em que os critérios de moralidade são negociados em cada escolha, sem que necessariamente ele tenha que associar a uma “carreira” criminosa.

Para Foucault (2006), o ilegalismo é algo fundamental para a existência social, “um elemento absolutamente positivo do funcionamento social, cujo papel está previsto na estratégia geral da sociedade” (FOUCAULT, 2006, p. 50). Para o autor, as leis não

foram feitas para serem respeitadas, mas para serem ignoradas em determinados casos, e burladas em outros. Para determinadas pessoas, são feitas para serem sancionadas.

Foucault (2015) alude aos ilegalismos que antecederam à Revolução Francesa como funcionais, como uma compensação para a rigidez da lei, que permitia a fluência de outros ilegalismos, em especial os populares. Esses ilegalismos progrediram para uma seara política, o que minou os alicerces do poder régio e permitiu à burguesia a tomada do poder.

Quando a lei e a fiscalização são aplicadas de forma diversa em diferentes territórios, Albuquerque e Cardin (2018) constatam a existência de arranjos em torno do legal e o ilegal nas fronteiras. Correspondem às maneiras de contornar os controles, criando escapes às fiscalizações. Para os autores, o contrabando e o tráfico fronteiriços seriam o outro lado reverso da fronteira estatal.

Para Renoldi (2015), a norma é quem vai delimitar os limites do legal. A lei se liga também a uma visão de teórica de Estado e por meio dos ilegalismos que as pessoas tornam viáveis suas vidas. Assim, a distância entre as formas reais de sobrevivência e as idealizadas pelo Estado pode criar possibilidades em que podem se desenvolver ações que contrariam os modelos legais. Para a autora, nem todos atos ilegais são pensados apenas do ponto de vista moral. Ela considera que a população fronteiriça pode ter uma visão diferente sobre o que é ilegal e que nem sempre as práticas ilegais trazem grandes lucros e poder aos seus operadores.

Em seu estudo sobre a tríplice fronteira entre Tabatinga, Leticia e Santa Rosa, Albuquerque e Paiva (2015) observaram a existência de modos peculiares de ilegalidades que se inserem na vida da população. O esquema dos autores pode ser utilizado para pensar de forma diferenciada alguns ilegalismos que permeiam a vida dos habitantes da fronteira sul-mato-grossense: no caso da travessia das fronteiras, o ilegal pode ser manifestado pelo uso de bebidas estrangeiras que abastecem com muita frequência bares, restaurantes e casas noturnas.

Mais baratos do que os produtos brasileiros, eles chegam à mesa e às prateleiras desses comércios sem os impostos devidos, como certos vinhos e cachaças brasileiros que em tese não poderiam ser vendidos no mercado brasileiro, por se tratar de uma mercadoria de exportação, mas que reingressam em território nacional para serem comercializados.

O segundo exemplo do esquema elaborado pelos autores apresenta uma situação em que algo pode ser legal em um país e ilegal em outro. Pode ser representado pelos jogos de azar<sup>5</sup>, como caça-níqueis, criminalizados no Brasil, mas permitido no país vizinho<sup>6</sup>. Em Pedro Juan Caballero, há muitos salões de jogos que, além de caça níqueis, oferecem

---

5 Jogos de azar são aqueles que não dependem da habilidade do jogador, mas de sorte. Para saber mais, ver Massi (2017).

6 O decreto-lei 3.688 é antigo, de 3 de outubro de 1941, mas ainda vigente. O artigo 50 desse decreto pune com prisão simples de três a um ano quem “Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele” (BRASIL, 1941).

outros tipos de jogos de aposta, como a roleta, também proibida em território nacional. O mais notável deles é o Cassino Amambay, que firma sua presença na fronteira como paisagem objetivada, ou seja, os limites da fronteira são prontamente identificados. Uma rua separa entre o que a lei proíbe por aqui e o que vai ser permitido no Paraguai.

Ainda neste esquema, o ilegal pode se manifestar associado a ideia de ilícito em ambos territórios nacionais. Como uma prática proibida e controlada em ambos os países, podemos pensar a questão dos mercados ilegais de drogas a partir desse entendimento, que apresenta uma forma de reprovação moral bastante acentuada que difere de outras práticas consideradas ilegais pelo Estado, mas tidas como legítimas para uma parcela parte da população.

## O TRABALHO NOS MERCADOS ILÍCITOS

Os mercados ilícitos têm um peso considerável na região de fronteira e podem despontar como uma oportunidade de trabalho para uma parcela dos habitantes que não encontra espaço no mercado formal. Segundo dados de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o salário médio dos trabalhadores formais fronteiriços daquela região foi de 2,2 salários mínimos, com 15,8% da população no mercado formal de trabalho.

Nem todos que trabalham nesse nicho seguem uma “carreira” criminosa. Trabalham à margem dele e o enxergam como uma oportunidade de dinheiro ou ainda como um meio de sobrevivência. Não há dados quantitativos sobre os trabalhadores que estão no mercado informal, mas a fundação apurou que aproximadamente 40% da população sobreviveu com até meio salário mínimo. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município indica que um cidadão ganhou em média com R\$ 29,5 mil por ano. A cifra coloca Ponta Porã na 79ª posição das economias no Estado. Nessas estatísticas oficiais, porém, não entram os rendimentos das atividades ilícitas, bastante expressivas e que também movimentam a economia da fronteira.

Maes (2019) calcula que o contrabando de cigarro movimenta 14,3 bilhões ao ano. Ponta Porã aparece como uma cidade importante no circuito das drogas, um corredor de entrada, ao lado de Corumbá, de 80% da cocaína que entra no país (SILVA, 2014). Conforme dados do Brasil (2005), o Departamento de Amambay, cuja capital é Pedro Juan Caballero<sup>7</sup>, é o maior produtor de maconha do Paraguai.

Relatório da ONU sobre as drogas de 2016 apontou o Paraguai como um dos cinco mais importantes fornecedores de maconha do mundo (UNODC, 2016). Alguns autores como Mendoza (2013) estima o mercado da maconha movimentada cerca de 150 milhões de dólares por mês no Departamento de Amambay, enquanto a cocaína movimentaria cerca

---

<sup>7</sup> O Departamento de Amambay é uma subdivisão administrativa do Paraguai, do qual fazem partes as cidades de Bella Vista, Capitán Bado, Karapaí, Pedro Juan Caballero e ZanjaPyta.

de 80 milhões de dólares.

Do ponto de vista dos prejuízos financeiros, o cigarro causa um impacto à economia de R\$ 12,3 bilhões no país (63% do mercado legal), segundo estimativas de Rolli (2018). Os valores associados ao comércio ilegal de drogas são ainda mais consideráveis. De acordo com o estudo *Impacto econômico da legalização de drogas no Brasil*, o gasto no país só com o consumo em *cannabis*<sup>8</sup> foi de R\$ 5,69 bilhões (TEIXEIRA, 2016).

Os valores que circulam pelo circuito de ilegalismos passam por várias mãos em um esquema empresarial que se divide em etapas e especializações. No caso da maconha, os produtores, chamados também de “patrões”, fazem parte de uma cadeia produtiva em que participam outras categorias, como os atravessadores<sup>9</sup>, que compram e revendem a produção, e também os cuidadores de roça, que menos ganham nesse circuito e que desempenham um trabalho mal remunerado, muitas vezes subumano (MAXX, 2017), embora menos arriscado que o trabalho das “mulas”, pessoas recrutadas para levar a droga, que correspondem a uma parcela majoritária da população carcerária na fronteira e também as mais vulneráveis à prisão<sup>10</sup> (MELO, 2019).

A superlotação das cadeias na fronteira está ligada a uma estratégia para se lidar com a questão das drogas no país. Centrada em políticas de encarceramento, a região concentra uma das maiores populações carcerárias presas por tráfico no Estado. Mato Grosso do Sul tornou-se a unidade federativa que apresenta a maior taxa de custodiados por 100 mil habitantes, segundo o relatório de 2018 do Cadastro Nacional de Presos do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) (BRASIL, 2018).

Por outro lado, as políticas proibicionistas, os controles punitivos, e o consequente encarceramento em massa fazem parte uma estratégia para a precarização do trabalho. Para Wacquant (2008), o encarceramento em massa corresponde a uma estratégia do capitalismo para a reformulação do Estado. O crescimento da população carcerária resultantes de políticas proibicionistas foi a precarização do trabalho, atingindo a população mais pobre. Como consequência, produziu uma expressiva quantidade de pessoas dispostas a se submeter a qualquer tipo de trabalho, após serem submetidas ao dispositivo da prisão, ou seja, ampliou as possibilidades da informalidade no trabalho.

No caso da fronteira, aumentou a perspectiva do mercados ilegais no que diz respeito à mão de obra, cada vez mais numerosa, uma vez que o mercado formal nem sempre absorve as pessoas egressas da prisão. O resultado disso é a diminuição das

8 O estudo estima um consumo per capita: “Supondo ainda um consumo per capita de maconha no Brasil igual ao que foi regulamentado no Uruguai (40 gramas de maconha por mês), e tomando a expectativa de US\$ 1,20 para a venda de um grama da substância em farmácias credenciadas naquele país, cada usuário no Brasil poderia adquirir cerca de US\$48,00 de maconha por mês ou US\$576,00 da erva por ano. Com uma taxa de câmbio de cerca de R\$3,60 por dólar (abril de 2016), o gasto anual com maconha no país seria de R\$ 2.073,60 por usuário” (TEIXEIRA, 2016, p.15). Em maio de 2021, o gasto atualizado por usuário seria de R\$ 3196,00 (R\$ 5,55 por dólar).

9 A categoria “patrão” está ligada ao circuito de ilegalidades, e não somente ao mercado de drogas. No caso da maconha, “patrão” pode ser tanto aquele que negocia como também o dono da roça (Melo, 2019a, 106).

10 Dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul (SEJUSP), em 2015, assinalam que a porcentagem de pessoas presas, entre homens e mulheres, aproximou-se de 80% sobre o total de presos. Ainda no mesmo ano, o encarceramento feminino relacionado ao tráfico correspondeu a 86%.

oportunidades de trabalho e o aumento da informalidade.

Foucault (2014) assinala a existência de uma gestão de ilegalismos que, por meio dos dispositivos polícia/justiça/prisão produz a figura da delinquente, que irá justificar todo um sistema de ilegalidades em que eles são preferencialmente punidos pela lei, enquanto a outra ponta permitirá a fluência de determinados ilegalismos ditos privilegiados, relacionados a direitos. Dito de outra forma, pune-se com rigor alguns tipos de crimes, como os do patrimônio, a fim de se justificar todo um sistema que permite livremente a prática de outras ilegalidades, concentrados nas mãos de uma elite.

Para Foucault (2014), existe um interesse político e econômico em torno dessas práticas que, para alguns, resulta numa situação de prisão, enquanto para outros proporciona o ganho de quantidade fabulosas de dinheiro e também poder. “(...)Uma proibição cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornado manejável por sua organização em delinquência” (FOUCAULT, 2014, p. 274).

Essas práticas ilegais geram lucros aos comerciantes varejistas, a maior parte dele. De acordo com Araújo (2014), 70% do negócio ficam com eles, enquanto os produtores ficam com a menor parte do lucro, embora os primeiros sejam muito mais suscetíveis à prisão em razão do grande número de transações comerciais.

Do ponto de vista econômico, o circuito dos ilegalismos pode resultar em grandes lucros para seus operadores, como também em prisão ou morte, quando os acordos não são cumpridos e as dívidas não são pagas. Pode, ainda, significar apenas um modo de sobrevivência. A economia dos produtos proibidos levanta possibilidades de ganhos financeiros tanto para os envolvidos nas estruturas dos mercados ilegais, como para os não participantes.

Para os trabalhadores que estão ligados aos circuitos ilegais como forma de sobrevivência, a realidade pode não ser não muito diferente das atividades legais. Alguns deles, como roceiros do cultivo de maconha, estão mais próximos de um trabalhador rural (MAXX, 2017) do que propriamente um traficante, inserido em uma estrutura de ilegalidade e poder.

Esses trabalhadores encaram o trabalho na roça de maconha como outra atividade qualquer de agricultura. Assim, o mercado de drogas agrega toda uma cadeia de trabalhadores informais. Um contingente formado pelas mais variadas especialidades, que incluem mulas, freiteiros, atravessadores, batedores, olheiros, entre outros, que não necessariamente auferem ganhos extraordinários e que podem ser encaradas como alternativas de subsistência na falta de oportunidades de trabalho. Como afirma Caroline Melo (2019), pode gerar renda e emprego para a população da fronteira.

Os grandes lucros ficam nas mãos das redes de crime, mas também fora delas, com trabalhadores sem relação com os grupos organizados, como o atravessador<sup>11</sup> e pequenos

11 O atravessador compra, por exemplo, toda a produção de maconha para negociá-la com um terceiro.

empreendedores. Tais lucros podem se transformarem imóveis, carros, fazendas, viagens, aberturas de empresas, bem como em gastos em extravagâncias.

Misse (1997) observa que o ganho com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro corresponde a uma forma de acumulação primitiva. Os traficantes correm o risco de serem presos ou perderem o controle do território. Diante disso, eles procuram acumular o maior valor possível. Os lucros são investidos depois no mercado legal, para assegurar uma renda futura. Essa dinâmica também se aplica à realidade da fronteira, onde essas dimensões se misturam de forma ainda mais intensa.

Conforme Melo (2019), o comércio de drogas pode proporcionar a sobrevivência material e a mobilidade social dos sujeitos envolvidos. Os trabalhadores desses mercados encontram nesses circuitos a possibilidade de romper a estrutura de dominação estabelecida, rompendo com sua condição de submissão ao trabalho assalariado (MELO, 2019).

Os lucros do mercado de drogas são extraordinários: “Um quilo de cocaína é vendido na fronteira com o Paraguai por US\$ 50 mil. Com a maconha não é diferente. O quilo comercializado na divisa por R\$ 120 custa R\$ 1.000 nos grandes centros brasileiros – 730% a mais” (CORRÊA; RIBEIRO, 2017b). Um lucro que não é registrado em declarações de renda, mas que circula e movimenta a economia local.

O capital obtido com os mercados ilícitos torna-se, posteriormente, dinheiro “limpo”, após a operação de lavagem de dinheiro. A fronteira conta com setenta casas de câmbio, todas em Pedro Juan Caballero. Além da clientela lícita, serve também ao mercadores de drogas, segundo Corrêa e Ribeiro (2017a).

Segundo os jornalistas, com a morte do brasileiro Jorge Rafaat, o PCC teria dobrado os carregamentos de cocaína, elevando os valores que circulam pela fronteira, calculados em US\$ 3,5 milhões por semana. O mesmo PCC que, numa operação em 2020, teve cerca de US\$ 730 milhões apreendidos pela Polícia Federal (ADORNO, 2020), boa parte deles auferidos com o lucro desse segmento.

De acordo com Naím (2006), os mercadores de ilegalismos exprimem um novo tipo de empresariado que atua em economias pouco expressivas. Para o autor, ocorre em países onde nenhuma atividade econômica é capaz de igualar-se aos ganhos extraordinários auferidos por atividades como o tráfico de drogas, por exemplo. Esses mercadores tornam-se o grande empresariado. A economia de ilegalismos na fronteira movimenta um vultoso capital, que circula em meio a uma economia legal.

Os habitantes das cidades de Ponta Porã/Pedro Juan Caballero transitam entre o legal e ilegal, em atividades que deslocam fronteiras e estabelecem novos limites. A economia da região é impulsionada não só pelos mercados legais, baseada sobretudo no agronegócio, pecuária, e turismo de compras, mas também nas possibilidades dos mercados ilegais, que produzem uma economia criminal que vai buscar se inserir em um circuito de uma acumulação lícita.

A atividade ervateira no século XIX deu início ao processo de colonização da região. A companhia Matte Larangeira se instalou pouco tempo depois do fim da guerra do Paraguai (1864-1870) e suas atividades corresponderam a impulso econômico para o povoamento (Jesus, 2004). Com o declínio do cultivo da erva-mate, em meados da década de 1920, a população buscou outras alternativas econômicas para sua sobrevivência material. Não se pode dizer que os ilegalismos foram sempre um privilégio da fronteira. Explorou-se economicamente o café (OLIVEIRA, 2012). Mas ao mesmo que se comercializava legalmente o produto, praticava-se o contrabando.

Com a ascensão à presidência do general paraguaio Alfredo Stroessner, em 1954, essas práticas se expandiram e incorporaram também outros tipos de produtos, como drogas. Stroessner permaneceu por quase 35 anos no poder. Com o militar, as redes de crime ganham parceria do Estado paraguaio (FARINA, 2003; MIRANDA, 2001; RODER, 2005).

Nos anos 1960, já havia notícia do plantio de maconha na região da fronteira, mas não tão expressivo como atualmente. O Paraguai é hoje um dos maiores produtores da erva na América Latina (UNODC, 2016). A chegada de Fernando Beira-mar à fronteira sul-mato-grossense, nos final dos anos 1980, foi determinante na expansão do cultivo e também da comercialização, segundo Araújo (2014). Sua presença permitiu a crescimento da redes de crimes na região. Com ele, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e também o Comando Vermelho (CV) estabeleceram alianças para operar os mercados ilegais (DIAS; MANSO, 2018). Neste sentido, os ilegalismos emergiram como uma realidade para os habitantes da fronteira (SOUSA JR., 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como estratégia de sobrevivência, as ilegalidades são utilizadas tanto como um meio como também um fim pelos habitantes da fronteira. No caso das motos paraguaias, elas são utilizadas como meio para se chegar ao trabalho. Correspondem a uma alternativa à precarização do transporte público na fronteira sul-mato-grossense e expressa como os ilegalismos estão inseridos na vida do trabalhador.

São compreendidos como meio legítimos, assim como algumas atividades que despontam nos mercados ilícitos e se tornam, como as motocicletas paraguaias, uma opção ao esgotamento do trabalho formal, bem como ao trabalho assalariado mal remunerado e também das formas de trabalho de intensa exploração.

A fronteira se organiza sua vida social e econômica à sombra do Estado, que tenta intervir por meio das práticas ordenadoras. As motos paraguaias circulam em tanta quantidade na fronteira porque os governos não conseguem suprir aquilo que é essencial: um transporte público de qualidade, que assegure ao trabalhador chegar ao seu destino.

Em vista da limitações dos mercados formais de trabalho, habitantes da fronteira

buscam como fim os mercados ilegais, que lhes fornece uma possibilidade de renda. Na fronteira, esses mercados adotam uma estrutura empresarial, que cria novas categorias de trabalhadores, como as mulas, encarregados pelo transporte de drogas. Expressam uma oportunidade de sobrevivência material, nem sempre digna, a exemplo daqueles que trabalham nas roças de maconha, que se submetem a um tipo de trabalho subumano.

Os mercados ilegais podem representar uma oportunidade de mobilidade social, de riqueza e poder, mas também significar o encarceramento daqueles que se lançam nessas práticas. As prisões na fronteira estão lotadas por pessoas que se arriscaram no transporte de drogas. Eles vão servir posteriormente para compor um exército de desempregados que não será absorvido pelo mercado formal, mas pelos mercados ilegais.

Neste sentido, a estratégia do trabalhador fronteiriço em orientar os ilegalismos que lhe surgem como um horizonte de possibilidades em seu benefício, para uma condição favorável, seja como um meio e ou como um fim, revela-se uma armadilha, na medida em que a prisão pode aparecer como um resultado daquelas práticas.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, L. Justiça bloqueia R\$ 730 milhões de braço do PCC, e PF apreende helicópteros. **UOL**, 30 set. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/09/30/sp-justica-bloqueia-r-730-mi-do-traffic-de-drogas-e-interdita-70-empresas.htm>>. Acesso em: 9 out. 2020.

ALBUQUERQUE, J.L.C; PAIVA, L. F. S. Entre Nações e legislações: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na Tríplice Fronteira Amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). **Revista Ambivalências**, Sergipe, v. 3, n. 5, p. 115-148, 2015.

ARAÚJO, T. **Almanaque das drogas**: um guia informal para o debate racional. São Paulo: Leya, 2014.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Cadastro Nacional de Presos**. Brasília, DF: CNJ, [2018]. 100 p. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/cadastro-nacional-de-presos-bnmp-2-0/>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

\_\_\_\_\_; CARDIN, E.G. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, [s.l.], v. 6, n. 12, 2018.

CORRÊA, H.; RIBEIRO, A. O violento plano de expansão no Paraguai da maior facção brasileira. **Época**, Brasil, 26 jun. 2017a. Crime sem Fronteiras (mais lidas). Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/06/o-violento-plano-de-expansao-no-paraguai-da-maior-facao-brasileira.html>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. A guerra perdida contra o tráfico na fronteira contra o Paraguai. **Época**, Brasil, 12 jul. 2017b. Crime sem Fronteiras (mais lidas). Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/07/guerra-perdida-contra-o-traffic-na-fronteira-com-o-paraguai.html>>. Acesso em: 13 mar.2020.

DIAS, C. N.; MANSO, B. P. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

FARINA, B. **El último Supremo**: la crónica de Alfredo Stroessner. Asunción: El Lector, 2003.

FOUCAULT, M. **Michel Foucault**: entrevistas. São Paulo: Grall, 2006. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/121336/mod\\_resource/content/1/Foucault\\_Gerir%20os%20ilegalismos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/121336/mod_resource/content/1/Foucault_Gerir%20os%20ilegalismos.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). São Paulo: WMF-Martins Fontes, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – **Censo Demográfico**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ponta-pora/panorama>>. Acesso em: 9 de out. 2020.

MAES, J. Os 10 produtos mais contrabandeados no Brasil. **Gazeta do Povo**, 17 mai. 2019. GPBC: Dentro da Lei. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/gpbc/dentro-da-lei/os-10-produtos-mais-contrabandeados-no-brasil-09url4ewe6ivgsb135i0agzjn/>>. Acesso em: 9 out. 2020.

MAXX, M. “Destinchando a maconha paraguaia”. **Agência Pública**. 21 jun. 2017. Especial: Microbolsas Maconha. Disponível em: <<https://apublica.org/2017/08/destinchando-a-maconha-paraguaia/>>. Acesso em: 9 out. 2020.

MELO, C. A. M. **Circuitos transfronteiriços de drogas entre o Paraguai e o Brasil**: atores e dinâmicas sociais. 2019. 176 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

MENDOZA, B.A.S. **Juventude rural e produção de Cannabis na fronteira seca Brasil-Paraguai**. 2013. 215 p. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2013.

MISSE, M. As ligações perigosas: mercados ilegais, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e Educação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 93-116, 1997.

MIRANDA, A. **Crimen organizado en Paraguay**. Asunción: Miranda & Asociados, 2001.

NAÍM, M. **Ilícito**: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NASCIMENTO, V. A. do. De rolê pela fronteira: O caso das motocicletas em Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR). **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 50-83, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v28i1p50-83. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/143928>. Acesso em: 9 out. 2020.

OLIVEIRA, M. G. **As cidades-gêmeas Ponta Porã - Pedro Juan Caballero e Foz do Iguaçu - Ciudad del Este diante da des-articulação regional sul-americana**. 2012. 255 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RODER, A. **A agenda externa brasileira em face dos ilícitos transnacionais: o contrabando na fronteira entre Brasil e Paraguai.** 2005. 107 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RENOLDI, B. Fronteras que caminan: relaciones de movilidad en un limite trinacional. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, n. 9, p. 123-140, 2013.

ROLLI, C. Brasil Perde R\$ 146,3 bilhões para o mercado informal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2018. A escalada do contrabando. Capítulo 1: Uma Muralha da China por ano. Disponível em: <<https://temas.folha.uol.com.br/contrabando-no-brasil/uma-muralha-da-china-por-ano/brasil-perde-r-146-3-bilhoes-para-o-mercado-informal.shtml>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SILVA, A. P. R. **A importância do contexto internacional no tratamento das drogas ilícitas no Brasil:** história, instituições e instrumentos legais. 2014. 165 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SOUSA JR., M. **A dinâmica da gestão de ilegalismos na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.** 2020. 135 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2020.

TAZZA, E. Detran em Ponta Porã é uma “ilha” num “mar de motos”. **Ponta Porã Informa**, Ponta Porã, 31 ago. 2019. Notícias: Jornal Che Fronteira. Disponível em: <<https://www.pontaporainforma.com.br/noticias/policia/detran-de-ponta-pora-e-uma-ilha-num-mar-de-motos>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

TEIXEIRA, L. S. **Impacto econômico da legalização de drogas no Brasil.** Estudo. Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema10/impacto-economico-da-legalizacao-das-drogas-no-brasil>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **World Drug Report.** 2016. Disponível em: [https://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD\\_DRUG\\_REPORT\\_2016\\_web.pdf](https://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD_DRUG_REPORT_2016_web.pdf). Acesso em: 17 mar. 2020.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

## O CARÁTER INTEGRAL NO CURSO INTEGRADO DO IFSP - SÃO CARLOS

*Data de aceite:* 01/09/2021

*Data de submissão:* 06/07/2021

### **Karoline Emanuelle Galli Fonseca**

Instituto Federal de São Paulo – Campus São Carlos  
São Carlos – São Paulo  
<http://lattes.cnpq.br/2314072641949028>

### **Carlos Eduardo Guimarães**

Instituto Federal de São Paulo – Campus São Carlos  
São Carlos – São Paulo  
<http://lattes.cnpq.br/3044299425417905>

### **Marcelo de Godoy Domingues**

Instituto Federal de São Paulo – Campus São Carlos  
São Carlos – São Paulo  
<http://lattes.cnpq.br/8620774712554116>

**RESUMO:** Enquanto ontologicamente o trabalho e a educação existem de forma inseparável, historicamente se encontram separados por meio da divisão do trabalho social, acarretando na existência de uma classe dominante e outra dominada e, com isso, numa classe que pensa e outra que produz a vida social e econômica, separados em diferentes formas de educação e escolarização. É a dualidade da educação. Romper essa lógica se torna uma tarefa difícil. Este trabalho tem como objetivo analisar em que medida o PPC do curso integrado com o ensino médio do IFSP – São Carlos possibilita formas de ruptura com o dualismo num resgate ontológico

da relação trabalho e educação visando uma formação de fato integral, servindo como apoio para elaborar medidas de superação desta separação entre o saber fazer e o saber pensar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho; Educação Profissionalizante; Dualidade; Resgate Ontológico.

### THE INTEGRAL CHARACTER OF THE INTEGRATED COURSE AT IFSP - SÃO CARLOS

**ABSTRACT:** While ontologically labor and education exist inseparably, they are historically separated by the division of social labor. This division of social labor leads to the existence of a dominant class and a dominated one. It also divides classes into one thinking and another that produces social and economic life. As a consequence, they are separated into different forms of education and schooling. This is the duality of education and breaking this logic is a difficult task. This work aims to analyze the extent to which the PPC of the integrated course with the high school of the IFSP - São Carlos allows forms of rupture with the dualism in an ontological rescue of the work relation. It also aims to rescue the relationship between work and education in an integrated way. This serves as a support to work out measures to overcome this separation between “know-how to do” and “know-how to think”.

**KEYWORDS:** Labor; Professional Education; Duality, Ontological Rescue.

## 1 | INTRODUÇÃO

Enquanto seres naturais, nos diferenciamos de outras espécies ao transformar a natureza de acordo com nossas necessidades, produzindo, assim, a cultura num processo de educação que está intimamente ligada ao trabalho. Trabalho e educação, dessa forma, são ontologicamente de mesma natureza. É o que chamamos de trabalho como princípio educativo. No entanto, historicamente esta relação não se manteve, sendo separada com a divisão do trabalho social, fazendo surgir uma classe que passou a viver do trabalho alheio e, com isso, passando a existir uma educação para formar senhores e outra para formar aqueles que os serviriam. É a dualidade da educação, separando o trabalho manual do intelectual, a teoria da prática. Em busca da superação deste modelo, correntes do pensamento socialista iniciarão críticas ao modelo econômico burguês e o transporão para a educação, procurando um modelo de ensino que ultrapasse a dualidade na busca de uma formação integral. No IFSP – São Carlos, no ano de 2017 se iniciou a primeira turma do Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio, possuindo uma mesma base curricular sobre o ensino propedêutico e o técnico, e que ampliará este tipo de ensino a partir do próximo ano nas áreas de gestão e indústria. No entanto, estaria o projeto pedagógico do curso integrado elaborado no sentido de romper a dualidade entre trabalho e educação em busca de uma formação de fato integral? Responder tal questão pode ajudar na busca por medidas que visam, não apenas melhorar o curso já implementado, como melhor estruturar as bases dos que virão. Dessa forma, esta pesquisa procura analisar a relação entre trabalho e educação a partir do PPC do curso e a bibliografia sugerida, visando a possibilidade de um resgate ontológico da formação integral por meio do curso integrado do IFSP – São Carlos.

## 2 | REVISÃO DA LITERATURA

Pensar a educação e o trabalho é pensar a origem de nós, seres humanos. Enquanto seres naturais, nos diferenciamos de outras espécies ao transformar a natureza de acordo com nossas necessidades. É com esse transformar a natureza que produzimos a cultura, ao qual todo ser humano está inserido, de formas variadas e espalhadas pelo globo ao longo da história, sendo ela fundamental para nos transmitir os valores, os costumes, os conhecimentos e os saberes necessários para nossa existência. Dessa forma, temos os processos de educação.

Se produzir e transmitir a cultura é o que chamamos de educação, então ela está intimamente ligada ao trabalho, uma vez que o processo de transformar a natureza de acordo com nossas necessidades é feito através do trabalho. Pelo trabalho, produzimos as necessidades materiais de nossa existência e, a partir disso, as necessidades não materiais, como os valores, os costumes, os conhecimentos, os saberes, ou seja, a cultura.

Nós não nascemos humanos, e sim nos tornamos humanos, sendo necessário para isso a cultura, produzida pela capacidade de transformar a natureza pelo trabalho. Trabalho e educação, dessa forma, são ontologicamente uma coisa só. É o que chamamos de trabalho como princípio educativo.

Assim, Saviani (2007) diz não existir um “educar para a vida”, mas sim que “educar é vida”. No entanto, se ontologicamente temos uma relação indissociável entre trabalho e educação, historicamente esta relação não se manteve, sendo separada a partir do momento em que se teve a divisão do trabalho social, fazendo surgir uma classe que passou a viver do trabalho alheio e, com isso, passando a existir uma educação para formar senhores e outra para formar aqueles que os serviriam, suprimindo com seu trabalho as necessidades daqueles que os dominavam. Tem-se início uma relação de exploração de uma classe dominante sobre uma dominada, separando o trabalho manual do intelectual, a teoria da prática, fazendo com que o trabalho seja visto como uma desagradável necessidade humana.

Desde a antiguidade até a idade contemporânea, essa relação foi se desenvolvendo, de modo que, a partir da Revolução Industrial, se modificou a relação entre o manual e o intelectual, uma vez que a ciência e a tecnologia passaram a serem usadas para a produção. Com isso, além da necessidade de instruções básicas para os trabalhadores operarem as máquinas - levando à universalização do ensino - também surgiu a necessidade de um saber mais técnico para a manutenção das máquinas, fazendo surgir o chamado ensino profissionalizante, ao qual se diferenciava em suas funções e objetivos do ensino propedêutico, este necessário para a continuidade dos estudos de forma acadêmico superior. É a dualidade do ensino: de um lado um saber fazer, e do outro um saber pensar.

No Brasil, historicamente o dualismo teve início com a escravidão, classe esta que necessitava apenas de instrução de trabalho, mas não da escola (CIAVATTA, 2005). No final do século XIX e início do século XX iniciam-se os processos de industrialização, levando a necessidade de suprir o mercado interno, surgindo o ensino profissionalizante e a busca pela universalização da educação. Se de um lado a educação estava ao alcance de todos, do outro existia uma educação para formar trabalhadores e outra para formar dirigentes, estando esta apenas ao alcance das elites. Embora tenham existido tentativas de romper com este dualismo ao longo da história brasileira, sobretudo com o processo de redemocratização nos anos 80, na prática este dualismo se manteve, sendo necessário rompê-lo.

Se a história da humanidade é a história da luta de classes (MARX, 2010), mesmo no capitalismo existirão ideais que buscarão sua superação. Neste sentido, correntes do pensamento socialista iniciarão críticas ao modelo econômico burguês e o transporão para a educação, procurando um modelo de ensino que ultrapassasse a dualidade na busca de uma formação integral. Os termos para essa forma de ensino são variáveis: omnilateral; unitária; politécnica; tecnológica... dependendo de autores, ideologias e traduções (NOSELLA,

2007). O que todas elas possuem em comum é a ideia de procurar resgatar o trabalho como princípio educativo, permitindo uma formação dos seres humanos enquanto seres sociais que produzem sua própria história, associando as múltiplas dimensões referentes ao trabalho, a ciência e a cultura (RAMOS, 2008). Dessa forma, a luta por essa educação integral é a luta pela emancipação humana, levando a um outro modelo de sociedade.

Diversos autores esboçaram medidas para se chegar a este modelo de educação integral, devendo, para isso, integrar ensino médio à educação profissionalizante, não apenas como forma de adestramento para uma profissão, mas resgatando a união entre teoria e prática (práxis), fazendo dos seres humanos enquanto seres que constroem sua própria história de maneira autônoma, não a favor do capital, mas a favor do trabalho como princípio educativo (ARAÚJO; RODRIGUES, 2010).

Talvez pensar este modelo de educação possa parecer um tanto distante, visto as complexidades reais presentes no cotidiano. No entanto, não podemos esquecer que encontramos espalhados por nosso país alguns modelos exemplares que se assemelham em muito com a ideia de educação integral. Tratam-se dos Institutos Federais em Educação Profissional e Tecnológicos, que permitem a união entre conhecimento propedêutico e técnico em uma mesma base curricular, possibilitando o que Gramsci chama de escola unitária. Se os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológicos ainda apresentam uma tímida representação perante o todo nacional (MOURA, 2007), certamente sua expansão seria a forma mais adequada de levar, de pouco a pouco, ao fim do dualismo na educação brasileira.

No IFSP – São Carlos, no ano de 2017 se iniciou a primeira turma do Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio, possuindo uma mesma base curricular sobre o ensino propedêutico e o técnico, e que ampliará este tipo de ensino a partir do próximo ano nas áreas de gestão e indústria. No entanto, estaria o projeto pedagógico do curso integrado elaborado no sentido de romper a dualidade entre trabalho e educação em busca de uma formação de fato integral? Responder tal questão pode ajudar na busca por medidas que visam, não apenas melhorar o curso já implementado, como melhor estruturar as bases dos que virão.

Dessa forma, foi analisado, de acordo com o PPC e a bibliografia sugerida, a relação entre trabalho e educação e as propostas de superação da dualidade apresentadas pelos autores por meio de um curso integrado, buscando um resgate ontológico de formação integral através do curso integrado do IFSP-São Carlos.

### **3 | ANÁLISE DOS RESULTADOS PRELIMINARES**

Como o material selecionado é proveniente de uma pesquisa teórica e de análise de documento através do projeto pedagógico do Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio do IFSP – São Carlos, estes foram relacionados para

compreender em que medidas tal curso contribui para o resgate do sentido ontológico da relação entre trabalho e educação numa formação integral.

Inicialmente, foram analisados a relação entre indivíduo e sua participação no espaço a ser frequentando ao longo do curso, sendo esta de suma importância para que o aluno consiga suprir das melhores experiências e vivências no local de aprendizado. Dessa forma, Moura aponta

[...]faz-se necessário que a matriz curricular expresse uma organização que possibilite uma base sólida de conhecimentos científicos e tecnológicos, levando outros aspectos como: ter infraestrutura adequadas de salas de aula, laboratórios, biblioteca, espaço para atividades artístico-culturais. " (2007, v.2, p.26).

Ciavatta também indica que para uma articulação da instituição com os alunos e os familiares deve-se considerar:

Primeiro, as necessidades dos alunos para cumprir um percurso de estudos, em termos de locomoção, de alimentação, de renda mínima para se manter e manter-se na escola; e segundo, a existência de instalações que ofereçam laboratórios, bibliotecas, ateliês, espaços de lazer, oficinas onde aprender a teoria e a prática das disciplinas e dos projetos em curso. (2005, p. 15-16).

Segundo o PPC, o IFSP-São Carlos apresenta a infraestrutura certa para atender as necessidades do curso, apresentando sete laboratórios para os cursos na área de computação, espaço de lazer para os alunos, uma biblioteca contendo computadores e livros tanto da área técnica quanto escolar e no espaço escolar atendem acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. As salas de aulas também se encontram de acordo com as propostas de Moura e Ciavatta, detendo de carteiras de estudo para a aprendizagem, data-shows e computadores. Além disso, com o objetivo de minimizar os fatores de risco e vulnerabilidade social, que podem comprometer o processo educativo são ofertadas modalidades de auxílio financeiro, como alimentação, moradia, transporte e outros. No entanto, a ausência de laboratórios relacionadas as áreas do Núcleo Comum, por exemplo, laboratório de química, biologia e física demonstram um desempenho abaixo das expectativas.

Posteriormente, foram analisados a expectativa de comportamento dos alunos em sua formação. Nesse sentido, o PPC do curso apresenta como objetivo formar indivíduos e profissionais de nível técnico capazes de atuar no mundo do trabalho, além disso construir significados individuais e coletivos, desenvolvendo a autonomia intelectual do aluno. Da mesma forma, comparando com a teoria de Moura, uma formação integrada e integral deve permitir ao sujeito

"[...] conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico" (2007, v.2, p.27).

Ainda visando a formação, a oportunidade para alunos do ensino médio terem contato com o desenvolvimento em pesquisas e iniciações científicas se torna de extrema grandeza, de maneira a ampliar o campo de aprendizado e experiências do aluno, uma vez em que ocorre previamente ao nível superior. Conforme o PPC, para pesquisas e iniciações científicas há diversos programas de bolsas envolvidas para o desenvolvimento de projetos. O campus participa do programa PIBIC/PIBIT (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) do CNPq, do PIBIFSP (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo) para estudantes do nível médio e superior, do PIVICT (Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica), além de bolsas com editais externos. As linhas de pesquisas no campus ocorrem em três eixos tecnológicos, como a indústria, informática e gestão, e também em áreas como Língua Portuguesa, Matemática e Inglês. Com a entrada do ensino integrado, as implementações de bolsas de pesquisas foram ampliadas ao ensino propedêutico. Dessa forma, atuando em concordância com Moura, em que é preciso ter uma garantia de financiamento público para apoiar as ações a serem desenvolvidas.

Outro tópico analisado foi o modo em que o indivíduo ao longo do curso aplicaria na prática o seu aprendizado, considerando que além do núcleo comum estaria sendo empregado os estudos do curso técnico no intuito de resgatar a união da teoria e da prática. Nesse sentido, foi verificado o PPC e de acordo com Moura,

[...] uma das possibilidades que pode orientar a organização curricular dos cursos técnicos integrados é a estruturação por meio de uma base de conhecimentos específicos e tecnológicos, distribuídas em quatro séries anuais, articuladas em quatro núcleos que interagem permanentemente:

- a) um núcleo comum, que integra disciplinas das três áreas de conhecimento do Ensino Médio (Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias);
- b) uma parte diversificada, que integra disciplinas voltadas para uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho e para uma articulação entre este e os conhecimentos acadêmicos;
- c) formação profissional, que integra disciplinas específicas de cada curso;
- d) prática profissional. (2007, v.2, p.26-27).

Do mesmo modo, o ensino médio integrado ao técnico não está dividido em quatro séries anuais, mas sim em três, e possui um núcleo comum, no qual o PPC propõe a integração das três áreas de conhecimento do Ensino Médio (Línguas e Códigos e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias), assim como detêm a formação profissional e contempla a prática profissional. Quanto à parte diversificada, de integração disciplinar, possui o chamado

## Projeto Integrador, visando integrar

“(...) os conhecimentos trabalhados durante o seu percurso formativo de forma que se possa, ao final, demonstrar o resultado da experiência ensino-aprendizagem e o domínio de competências para o exercício de sua profissão.” (p.136).

De maneira geral, o projeto integrador é o processo pelo qual o aluno integrará os conhecimentos adquiridos ao longo de seu processo formativo, visando sua dimensão autônoma, crítica e criativa para o mundo do trabalho. No entanto, este projeto não é constante e permanente, sendo apresentado apenas no último ano do curso, quando o necessário seria a realização da integração curricular durante todo o curso pelos docentes. Assim, possibilitando ao aluno visar os materiais fundamentais para o conhecimento e de envolvimento para sua formação.

Ademais, considerando as práticas colocadas ao longo do curso, na ementa 18, intitulado “Estágio Supervisionado” do PPC do curso integrado ao ensino médio, diz que “O estágio supervisionado será prestado junto às empresas conveniadas com o IFSP São Carlos [...]” (2016, p.130) e, posteriormente, que “o acompanhamento do estágio é feito por um professor orientador de estágio do IFSP - Campus São Carlos [...]” (2016, p.130). Ao analisar o texto bibliográfico de Moura, este expõe a necessidade da “colaboração com empresas e instituições para a realização de estágio curriculares” (2007, v.2, p.26). Ainda quanto aos estágios, Ciavatta enuncia:

[...]. Tanto os processos de ensino-aprendizagem, como de elaboração curricular devem ser objeto de reflexão a de sistematização do conhecimento através das disciplinas básicas e do desenvolvimento de projetos que articulem o geral e o específico, a teoria e a prática dos conteúdos, inclusive com o aproveitamento das lições que os ambientes de trabalho podem proporcionar (visitas, estágios etc.). (2005, p. 15).

Em análise com o PPC, o curso integrado oferece estágio optativo aos alunos e não exige registro em órgão da atividade, sendo empresas conveniados do próprio IFSP- São Carlos, tendo em vista promover a interação do saber acadêmico e o popular. Dessa forma, percebe-se o acordo entre o PPC e os dois autores, pois o aluno ao optar pela realização do estágio necessita de uma referência e encaminhamento, o que torna o processo pela busca de oportunidade mais simples. Além disso, estabelecendo a relação de trabalho e educação e, conseqüentemente, a união do trabalho manual e intelectual e da teoria com a prática.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, esta pesquisa buscou contribuir para uma educação que leve de fato à formação do aluno enquanto ser social, cultural e histórico. Como vimos, a partir das análises, o IFSP – São Carlos oferece de múltiplas oportunidades para seus alunos cumprindo com a maioria das propostas dos autores.

A Instituição apresenta como objetivo formar cidadãos e profissionais considerando a concepção humanista de ensino, auxiliando na construção de significados individuais e coletivos, proporcionando ao aluno o desenvolvimento da autonomia intelectual, aplicações e habilidades, que geram conhecimentos para a sociedade. Além de contribuir para a inclusão social, a formação integradora e a produção de conhecimento.

Assim como Moura propunha, uma formação integrada e integral deve permitir ao indivíduo o conhecimento e utilizar das formas de linguagem a preparação para o trabalho, da mesma maneira uma formação ética e o desenvolvimento de uma autonomia intelectual e do próprio pensamento crítico.

À vista disso, o dualismo de ensino a partir da concepção de um princípio saber fazer e de outro saber pensar se rompe pela união entre o manual e o intelectual, em consequência do modelo de ensino dos Institutos Federais em Educação Profissional e Tecnológicos, que propõem o resgate do ensino profissionalizante com o ensino propedêutico, alcançando a formação integral.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. **Referências sobre Práticas Formativas em Educação Profissional: o Velho Travestido de Novo ante o Efetivamente Novo**. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v.36, n.2, maio/ago, 2010. Disponível em: <<http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/download/218/201>> Acessado em: 13/02/2017.

CIAVATTA, M. **A Formação Integrada: A Escola e o Trabalho como Lugares de Memória e de Identidade**. Trabalho Necessário, Rio de Janeiro, v.3, n.3, 2005. Disponível em: <[http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN\\_03/TN3\\_CIAVATTA.pdf](http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_CIAVATTA.pdf)> Acessado em: 13/02/2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

MOURA, D. H. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectiva de Integração**. Holos, Natal, v.2, p.1-27, 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>>Acessado em: 13/02/2017.

NOSELLA, P. **Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores: Para Além da Formação Politécnica**. Revista Brasileira de Educação, Ceará, v.12, n.34 jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a11v1234.pdf>> Acessado em: 13/02/2017.

RAMOS, M. N. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em: <[http://www.iiep.org.br/curriculo\\_integrado.pdf](http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf)> Acessado em: 13/02/2017.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos**. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v.12, n.32, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>> Acessado em: 13/02/2017.

# CAPÍTULO 6

## PROJETO SOLIDARIEDADE: CENTRO OPERACIONAL DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS – COMSE

*Data de aceite: 01/09/2021*

*Data de submissão: 04/06/2021*

### **Victoria Isabella Nakaba Soster**

Faculdades Pequeno Príncipe  
Curitiba - Paraná  
<http://lattes.cnpq.br/3144305470693276>

### **Nicole Hortmann Bet**

Faculdades Pequeno Príncipe  
Curitiba - Paraná  
<http://lattes.cnpq.br/3515206765339340>

### **Juliana Grebos**

Faculdades Pequeno Príncipe  
Curitiba - Paraná  
<http://lattes.cnpq.br/4255000676904196>

### **Andressa Francine Paes Ribeiro**

Professora Faculdades Pequeno Príncipe  
Curitiba - Paraná  
<http://lattes.cnpq.br/6998098172241435>

**RESUMO: Introdução:** A solidariedade é como categoria ética e moral que se projetou para o mundo significando um vínculo de sentimento racionalmente guiado, limitado e autodeterminado que compele à oferta de ajuda, apoiando-se em uma mínima similitude de certos interesses e objetivos, de forma a manter a diferença entre os parceiros na solidariedade. Há solidariedade quando há afeto, cooperação, respeito, assistência, amparo, ajuda, cuidado; o direito os traz a seu plano, convertendo-os de fatos psicológicos ou anímicos em categorias jurídicas,

para iluminar a regulação das condutas. Com isso foi realizada uma parceria entre uma instituição pública da cidade de Araucária, (COMSE) Centro Educacional de Medidas Socioeducativas que consiste em recuperar menores infratores em situação de risco, juntamente com as acadêmicas do Curso de Enfermagem das Faculdades Pequeno Príncipe, sendo feitas ações sobre temas acordados entre a instituição e as acadêmicas em uma reunião. **Objetivo:** Contribuir com a realidade assistida, levando conhecimentos de Enfermagem relacionados à promoção de saúde, visando uma melhora na qualidade de vida, orientando os adolescentes quanto à importância das necessidades básicas como a vacinação, métodos contraceptivos, higiene correta, infecções sexualmente transmissíveis, a importância da unidade de saúde e a importância da qualidade de vida para a saúde física e mental. **Metodologia:** A ação em saúde foi realizada em cinco dias com temas relevantes, conforme solicitado pela coordenação da instituição, tendo como meio de informação a mensagem a utilização de slides e dinâmica para que o momento aproveitado ao máximo por quem se encontrará, ou seja, adolescentes e familiares em situação de vulnerabilidade e com um café na parte da tarde a eles. Dentre os quais, no primeiro encontro terá a temática de qualidade vida e uma posterior participação dos presentes para uma dinâmica em grupo para mostrar a importância da relação interpessoal. Em dia posterior o tema central, é a higiene pessoal e sua importância diária, para a nossa saúde. Posteriormente no terceiro dia, o assunto abordado é a respeito sobre infecções sexualmente transmissíveis,

trazendo uma explicação leve e descontraída para que o entendimento seja facilitado com uma dinâmica interpessoal. No penúltimo encontro, será demonstrada a importância da vacinação em todas as fases da vida das pessoas, a importância do SUS e a amostragem do esquema de vacinação voltado aos adolescentes, os quais serão perguntados sobre os conhecimentos que levaram desta palestra. Já no último dia, o público a ser dedicado, será às mães dos adolescentes, apresentando a elas, os temas dos quatro dias anteriores. **Conclusão:** Ao fim deste trabalho, observa-se a importância tanto para os acadêmicos de enfermagem, quanto para os adolescentes a questão da inclusão social, a qual foi realizada com jovens em condições de vulnerabilidade tendo esta inclusão através de compartilhamento teórico e prático dos alunos relacionado a área da saúde, sendo mostrado a eles a importância da qualidade de vida e ações em saúde para melhorá-la.

**PALAVRAS-CHAVE:** Qualidade de vida, higiene pessoal, infecções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos e vacinação na adolescência.

### SOLIDARITY PROJECT: OPERATIONAL CENTER FOR SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES - COMSE

**ABSTRACT: Introduction:** Solidarity is like an ethic and moral category which has projected to the world the meaning of a rationally guided feeling bond, limited and self-determined that compels the offer of help, relying on a minimum similarity of certain interests and objectives, in order to maintain the difference between the partners in solidarity. There is solidarity when there is affection, cooperation, respect, assistance, support, help, care; the law brings them to its plan, converting them from psychological or soul facts into legal categories, to enlighten the regulation of the conducts. With this, a partnership was established between a public institution in the city of Araucária, (COMSE) Centro Educacional de Medidas Socioeducativas, which consists of recovering minor offenders at risk, together with the students of the Faculdades Pequeno Príncipe' Nursing Course, where actions were taken on topics agreed between the institution and the academics in a meeting. The study aims to contribute to the assisted reality, bringing Nursing knowledge related to health promotion, in a view improvement in the quality of life, advising adolescents on the importance of basic needs such as vaccination, as well as contraceptive methods, correct hygiene, sexually transmitted infections, the importance of the health unit and the importance of quality of life for physical and mental health. **Methodology:** The health action was carried out in five days with relevant themes, as requested by the coordination of the institution, using the message as a means of information, the use of slides and dynamics so that the moment is used to the full by whoever you will meet, i.e, teenagers and family members in vulnerable situations and with a coffee in the afternoon to them. Among these, the first meeting will have the theme of quality of life and subsequent participation of those present for a group dynamic to show the importance of interpersonal relationships. On a later day, the central theme is personal hygiene and its daily importance for our health. On the third day, the topic addressed is about sexually transmitted infections, bringing light and relaxed explanation so that understanding is facilitated with an interpersonal dynamic. At the penultimate meeting, the importance of vaccination at all stages of people's lives will be demonstrated, the importance of Health Care Systema (SUS) and the sampling of the vaccination scheme aimed at adolescents, who will be asked about the knowledge they took from this lecture. On the last day, the audience to be dedicated will be to the teenagers'

mothers, presenting them with the themes of the previous four days. **Conclusion:** At the end of this work, the importance for nursing students is observed, as for teenagers the issue of social inclusion, which was carried out with young people in vulnerable conditions with this inclusion through theoretical and practical sharing of students related to the health area, being shown to them the importance of quality of life and health actions to improve it.

**KEYWORDS:** Quality of life, personal hygiene, sexually transmitted infections, contraceptive methods, teenage vaccination.

## 1 | INTRODUÇÃO

Esse trabalho destina-se a apresentar uma parceria entre uma instituição pública da cidade de Araucária, (COMSE) Centro Educacional de Medidas Socioeducativas que consiste em recuperar menores infratores em situação de risco, juntamente com as acadêmicas do Curso de Enfermagem das Faculdades Pequeno Príncipe.

Serão feitas ações que abordem temas pré-acordados entre a instituição e as acadêmicas em reunião prévia. O objetivo desse projeto é orientar os adolescentes quanto às necessidades básicas para uma vida saudável.

O conceito de solidariedade é como categoria ética e moral que se projetou para o mundo, significa um vínculo de sentimento racionalmente guiado, limitado e autodeterminado que compete à oferta de ajuda, apoiando-se em uma mínima similitude de certos interesses e objetivos, de forma a manter a diferença entre os parceiros na solidariedade. (LÔBO,2007).

A solidariedade cresce de importância na medida em que permite a tomada de consciência da interdependência social. (LÔBO, 2007).

Há solidariedade quando há afeto, cooperação, respeito, assistência, amparo, ajuda, cuidado; o direito os traz a seu plano, convertendo-os de fatos psicológicos ou anímicos em categorias jurídicas, para iluminar a regulação das condutas. (LÔBO,2007).

Cada uma dessas expressões de solidariedade surge espontaneamente, nas relações sociais, como sentimento. Mas o direito não lida com sentimentos e sim com condutas verificáveis, que ele seleciona para normatizar. Assim, o princípio da solidariedade recebe-os como valores e os transforma em direitos e deveres exigíveis nas relações familiares. (LÔBO,2007).

## 2 | DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

### 2.1 Identificação

O local escolhido foi o Centro Educacional de Medidas Socioeducativas (COMSE), trata-se de uma instituição pública, em Araucária - PR.

### 2.2 Histórico

O histórico da instituição parte do princípio em que a Prefeitura Municipal de

Araucária através da Secretaria de Assistência Social , tendo sua política social voltada para a área da Infância e Adolescência, no ano de 2002, em conformidade com a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, inaugurou o Centro Operacional de Medidas Socioeducativas (COMSE). Onde o objetivo seria oferecer ao adolescente autor de ato infracional, as condições para o efetivo cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, Art. 112, inciso III e IV do Estatuto da Criança e do Adolescente onde solicita, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida.

A implantação do programa baseou-se na proposta do promotor de justiça Dr. Murillo José Digiacomo, Diretrizes da Socioeducação. Inicialmente os profissionais receberam assessoria da Dra. Angela Mendonça e o local de atendimento era uma casa alugada no centro da cidade, que funcionou de 2002 até 2005. A partir de 2006, elaborou-se um projeto para a construção da atual sede, que foi executado em 2008, através de verba do FIA Estadual. O programa localiza-se no mesmo local até então.

### **2.3 Missão**

Receber, acompanhar, auxiliar e orientar as famílias e os adolescentes submetidos ao cumprimento das Medidas Socioeducativas em meio aberto, sendo a PSC (Prestação de Serviço à Comunidade) e LA (Liberdade Assistida), conforme Art. 112, inciso III e IV da Lei 8.069/90, na perspectiva de inclusão social e construção de novos projetos de vida.

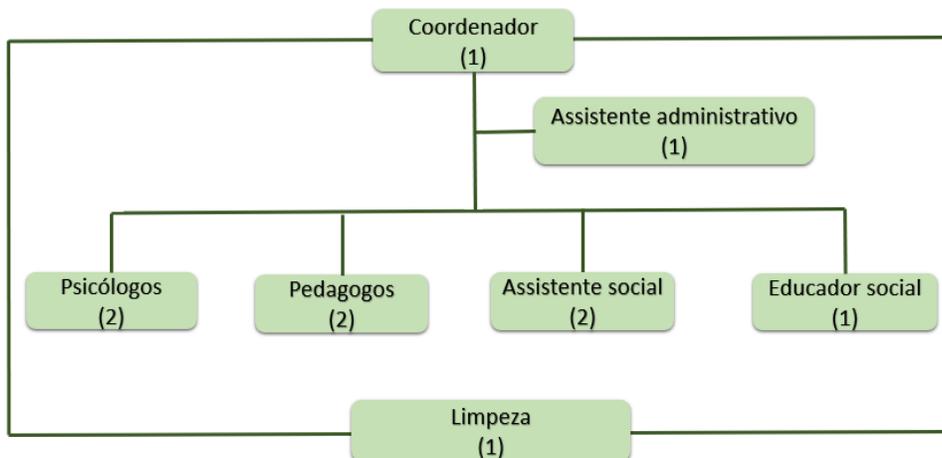
### **2.4 Visão**

Promover social e pessoalmente os adolescentes em conflito com a Lei e suas famílias, incluindo-os em programas de promoção social, fortalecendo a convivência familiar e comunitária.

Reintegrar os adolescentes que encontram-se fora da escola ao sistema educacional, acompanhando o seu aproveitamento e contribuindo com sua promoção escolar.

Promover ações que divulguem o trabalho do Comse, para superação do preconceito no que se refere aos adolescentes atendidos em cumprimento de medida socioeducativa.

## 2.5 Organograma



## 3 I JUSTIFICATIVA

O local foi escolhido por observar o estigma criado pela sociedade sobre os jovens negligenciados, tendo em vista a necessidade de promoção da saúde do local, bem como a introdução destes adolescentes na sociedade, foi definido o mesmo.

### 3.1 Objetivos

Contribuir com a realidade assistida, levando os conhecimentos de Enfermagem em promoção de saúde, visando uma melhora na qualidade de vida.

#### 3.1.1 *Objetivos específico*

- Compreender a importância da qualidade de vida para sua saúde física e mental.
- Identificar a forma correta de higienização pessoal e sua importância.
- Reconhecer as infecções sexualmente transmissíveis e conscientizar sobre formas de prevenção.
- Conhecer os diferentes tipos de métodos contraceptivos e diferenciá-los.
- Entender a importância da unidade de saúde.
- Compreender a importância da vacinação, reconhecendo as vacinas específicas para a idade, seguindo o Programa Nacional de Imunização.

## 4 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 4.1 Qualidade de vida

O período da adolescência segundo a Organização Mundial da Saúde é de 10 a 19 anos, onde diversas alterações ocorrem no corpo e comportamento desses indivíduos que podem gerar conflitos internos, físicos, psicossociais e emocionais, no entanto dentro desse período se tem mudanças no cérebro, buscando sempre uma forma saudável e equilibrada a qual quando não ocorre leva a doenças mentais. (BRASIL, 1990).

Qualidade de vida é vista como um construto multidimensional que inclui, no mínimo, as seguintes dimensões: física, que compreende a percepção do indivíduo sobre sua condição física, psicológica, ou seja, a percepção do indivíduo sobre sua condição afetiva e cognitiva e social, que é a percepção do indivíduo sobre os relacionamentos sociais e os papéis sociais adotados na vida. Além disso, qualidade de vida incluem dimensões positivas, como por exemplo, a mobilidade, e negativas, como a dor. Estudos recentes demonstram a fragilidade dos adolescentes em relação ao sofrimento psíquico, podendo se observar que a adolescência é a fase de mais fragilidade mental como depressão, ansiedade, transtornos alimentares e abuso de álcool/drogas, essas fragilidades tem relação direta com o aumento de índice de suicídios de adolescentes, conseqüentemente o crescimento da utilização de fármacos, esses sofrimentos mentais podem ser levados ao longo da vida. (SILVA, 2015).

O bem-estar e a qualidade de vida relacionados com a saúde da criança e do adolescente devem ser considerados sob uma perspectiva ecológica que foca múltiplos níveis de análise, a criança, os pais e a família, os pares, a comunidade e a sociedade. As situações de entrar no mundo profissional, responsabilidades maiores, acaba facilitando para se ter uma ansiedade, depressão e principalmente nervosismo, os quais irão acarretar na qualidade de vida por ter sintomas que estão relacionados, como a insônia, que irá afetar o sono e conseqüentemente outros sintomas viram juntos. Com isso pode se desenvolver transtornos alimentares, os quais muitas vezes a pessoa vai comer em excesso ou deixar de comer, desenvolvendo problemas como anorexia e bulimia. (SILVA, 2015).

Dentre os fatores fundamentais para uma boa qualidade de vida e prevenção de doenças, está a prática de atividades físicas. Nesse sentido, há evidências que o sedentarismo tem sido um dos maiores problemas de saúde pública das sociedades modernas, atingindo cada vez mais a população de adolescentes. Nessa fase do desenvolvimento a prática de atividades físico-esportivas é fundamental, pois favorece a adoção de um estilo de vida ativo e saudável, hábito este que tende a permanecer na vida adulta, mas visto que a prática de exercícios diminui com o passar dos anos já que muitas pessoas deixam de realizar exercícios e acabam ficando mais ligadas a tecnologias, principalmente ao celular. (ANDRADE, 2017).

## 4.2 Higiene pessoal

A higiene pessoal se dá por meio de medidas para a preservação da saúde, na qual ao se praticar a higiene pessoal todos os dias auxilia na prevenção de diversas doenças as quais muitas das vezes acabam sendo causadas por fungos e bactérias, causando também uma melhor impressão quando realizada adequadamente, fazendo assim com que evite constrangimentos, como em muitos casos as pessoas acabam se afastando por causa desse fato. (CRUZ, 2018).

Com isso, diversas são as áreas que abrangem a higiene, desde o meio coletivo, mental, profissional, alimentar, corporal e principalmente o próprio meio social, o qual quando não se tem essa higiene acaba se prejudicando, fazendo com que muitas das vezes acabe se afastando das pessoas, pelo fato por exemplo de não manter uma boa higiene dental ou propriamente tomar um banho diariamente. (FONSECA, 2015).

Alguns hábitos que são considerados higiene pessoal incluem tomar banho com frequência, escovar os dentes sempre após as refeições, lavar os cabelos sempre que for necessário pelo menos uma a duas vezes na semana, lavar as mãos sempre que apresentar sujidade ou após contato com coisas que mantenham a mão com sujidades. (CRUZ, 2018).

No entanto a higiene pessoal torna-se um cuidado de enfermagem, o qual deve sempre ser observado como o individuo se comporta e como ele realiza essa higiene pessoal, dando dicas de como melhorar essa higiene para evitar com que ocorram doenças e não se tenham problemas individuais que possam acarretam no seu meio coletivo e traga um afastamento das pessoas por uma má higiene pessoal. (FONSECA, 2015).

## 4.3 Infecções sexualmente transmissíveis

As infecções sexualmente transmissíveis causam alguns problemas dentro da Saúde Pública pelas dificuldades que se tem ao acesso por um tratamento adequado. Em 2012, houve 357,4 milhões de casos novos em países que se encontram em desenvolvimento, sendo um dos 10 problemas mais comuns em que se procura pelo acesso à saúde. (PINTO, 2018).

As IST's são transmitidas pelo contato sexual podendo ser oral, vaginal ou anal sendo causadas por não utilizar camisinha na relação sexual com uma pessoa que esteja infectada pelo vírus ou bactéria. Sua transmissão também pode ocorrer durante a gestação, parto ou amamentação, na qual a mãe contaminada irá infectar o filho. Seu tratamento evita com que continue ocorrendo essas transmissões, além de ajudar no bem-estar e qualidade de vida, caso esse tratamento seja interrompido pode ocasionar em infertilidade, gravidez ectópica, aborto, problemas para o recém-nascido e em casos mais graves pode levar a morte. (MINISTÉRIO DA SAÚDE).

Uma das mais recorrentes IST 's, são o HIV e HPV, sendo HIV (vírus da Imunodeficiência Humana) que afeta o sistema imunológico dificultando o organismo de se defender contra doenças tendo como principal sintoma a fraqueza. Sua transmissão

ocorre através da relação sexual desprotegida com uma pessoa que seja portadora do vírus ou através de matérias que estejam contaminados como agulhas. O tratamento será realizado através de antirretrovirais, que irão retardar a ação do vírus e sua multiplicação. (BOTTEGA, 2016).

Já o HPV é conhecido como o vírus Papiloma Vírus Humano ocorre pela transmissão sexual, ocorrendo verrugas e lesões nas regiões genitais principalmente quando não tratadas corretamente podem evoluir para câncer. Em adolescentes com vida sexual ativa a taxa de prevalência é de 50 a 80%. (BOTTEGA, 2016) A medida para se prevenir é a vacina que é distribuída pelo SUS para meninas de 9 a 14 anos e meninos de 11 a 14 anos, pessoas que já possuem o vírus na faixa de 9 a 26 e pessoas que fizeram algum tipo de transplante com idade entre 9 e 26 anos. Podem ser realizados tratamentos químicos, cirúrgicos e estimuladores da imunidade, para tentar diminuir as lesões e verrugas. (MINISTÉRIO DA SAÚDE).

Outras infecções sexualmente transmissíveis são a gonorréia, Sífilis e Herpes Genital e para que se evite com que essas infecções ocorram se torna necessário a criação de programas voltados a prevenção dessas infecções, mostrando para os adolescentes o risco que se pode ter com o início da vida sexual precocemente e quais os melhores métodos para serem utilizados, sendo importante um vínculo entre pais e filhos, para manter uma confiança de ambas as partes e assim os adolescentes sejam aconselhados da melhor maneira. (BOTTEGA, 2016).

#### **4.4 Métodos contraceptivos**

Os métodos contraceptivos são as melhores formas de prevenir IST's e principalmente gravidez que muita vez é indesejada. Muitos adolescentes acabam não esclarecendo suas dúvidas de forma correta e ainda grande número deixa de utilizar esses métodos de uma maneira que seja eficaz. (SILVA, 2015) Alguns fatores que podem influenciar é a falta de comunicação com seus pais, a qual não permite esse vínculo para que saibam sobre a vida sexual de seus filhos, que muitas vezes pode ajudar a buscar métodos para a prevenção de riscos. (DELATORRE, 2015).

O conhecimento que os adolescentes têm sobre esses métodos muitas vezes se restringe ao uso do preservativo masculino e contraceptivos orais e injetáveis, em que muitos casos acabam sendo de forma inadequada ou incompleta, resultando em uma utilização incorreta. Com o uso dos contraceptivos orais podem aparecer efeitos adversos os quais as adolescentes acabam não sabendo dar conta da situação ou até mesmo em situações inesperadas, esquecem de tomar a pílula do dia seguinte, resultando em uma gravidez, que quando não desejada pode ter a tentativa do aborto e trazer riscos à saúde da adolescente. (DELATORRE, 2015).

A camisinha é o método mais eficaz na prevenção contra infecções sexualmente transmissíveis além de evitar a gravidez não planejada. Existe dois tipos: a masculina que

é colocada no pênis antes que haja a penetração e a feminina, utilizada internamente na vagina, onde pode ser colocada algumas horas antes da relação sexual. (MINISTÉRIO DA SAÚDE).

O anticoncepcional oral é um método para que as mulheres evitem uma gravidez indesejada, inibem a ovulação através de hormônios como o estrogênio e progesterona. Além disso possuem outros benefícios como controlar a dismenorreia, tensão pré-menstrual, câncer de ovário e endométrio. Para que se tenha uma grande eficácia é necessário ingerir todos os dias durante o mesmo horário, já os anticoncepcionais injetáveis são utilizados por mulheres que não se adaptam com o oral, por motivos de desconforto gastrointestinal ou esquecimento. Possuem dois tipos, sendo o combinado, que é trocado a cada mês e o de progestógeno, trocado de três em três meses. (BRANDT, 2018).

A pílula do dia seguinte é utilizada pós coito, sendo um dos métodos mais utilizados no mundo pelo fácil acesso que se tem a ele. Este é um método que permite a interrupção da gravidez caso seja tomada em poucas horas após a relação sexual, sendo aconselhado tomar até 24 horas após a relação e ingerir 1 vez ao ano apenas, pela elevada taxa hormonal que possui. (RORIZ, 2016) Além desses, existem outros métodos como: anel vaginal, vasectomia, laqueadura, tabelinha, implante subdérmico.

#### **4.5 Vacinação na adolescência**

Os adolescentes estão dentro de um grupo prioritário no Programa Nacional de Imunização dentro do Brasil, por prevenir doenças e pelos riscos que são oferecidos pelo fato de não se ter o calendário vacinal em dia. (VIEGAS, 2019) Com o tempo, o número de vacinas disponíveis sofreu um aumento, o qual traz mais pessoas para a procura na Atenção Primária de Saúde, tendo como grande problema a procura pelas vacinas pelos adolescentes a qual não ocorre de forma adequada, mostrando assim que muitos não possuem vacinas par doenças endêmicas como a febre amarela. (MIZUTA, 2018; MELO, 2012).

Sendo assim muitos adolescentes não possuem um grande conhecimento sobre as vacinas e quais as prevenções que ela pode trazer, considerando-se assim de extrema importância dentro do ambiente escolar aprofundar-se mais nesse assunto relacionado a promoção da saúde, mostrando também sobre vacinas relacionadas a questão da sexualidade, as quais podem ser transmitidas por relação sexual e quando tomadas ajudam principalmente na prevenção de câncer de colo de útero. (ADAMCHESKI, 2015; ZARDO, 2014).

O profissional de enfermagem deve ficar atento quanto às ações que devem ser desempenhadas para que se evite que ocorra uma erradicação de agravos que podem ser evitados com a imunização e um controle, mantendo sempre uma correta administração e preparo para evitar problemas, além de se atentar quanto aos efeitos adversos que podem ocorrer e quais as medidas que devem ser tomadas. (MARINELLI, 2015).

## 5 | METODOLOGIA

A ação em saúde será promovida através de palestras com adolescentes e familiares em situação de vulnerabilidade, envolvendo temas relevantes solicitados pela coordenadora da instituição.

No primeiro encontro será abordado o tema de qualidade de vida. A apresentação será por meio de slides com imagens e informações do tema. Em seguida será realizada uma dinâmica de grupo envolvendo a relação interpessoal para mostrar a importância das relações para a qualidade de vida. Para finalizar a temática, será oferecido um café da tarde com alimentos saudáveis para gerar um momento de aproximação com o grupo.

No segundo encontro será abordado o tema de higiene pessoal. A apresentação será por meio de slides com imagens e explicação do tema com um bate-papo sobre higienização. Em seguida será realizada uma dinâmica de grupo fazendo perguntas relacionadas ao tema. Para finalizar, será oferecido um café da tarde para gerar um momento de interação com o grupo.

No terceiro encontro será abordado o tema de infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. A apresentação será por meio de slides com imagens e explicação descontraída do tema, propiciando leveza no assunto a ser abordado. Em seguida será realizada uma dinâmica de grupo envolvendo a relação interpessoal, dividindo-os em dois grupos para responder perguntas relacionadas ao tema, sanando dúvidas. Para finalizar, será oferecido um café da tarde para gerar momento de interação com o grupo.

No quarto encontro será abordado o tema vacinação e importância da Unidade Básica de Saúde. A apresentação será por meio de slides com informações do tema e esquema vacinal para adolescentes. Em seguida será pedido a cada adolescente, um feedback, mencionando o que foi aprendido durante todas as palestras e se teve importância para o seu conhecimento acerca dos assuntos abordados. Para finalizar será oferecido um café da tarde para gerar um momento de confraternização e encerramento com o grupo.

No quinto dia na instituição, o público alvo será as mães dos adolescentes, a palestra terá os temas: qualidade de vida, higienização, infecções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, importância da UBS e esquema de vacinação dos bebês aos idosos. A apresentação será realizada por meio de slides com imagens e informações sobre os temas. Para finalizar será oferecido um café da tarde para gerar um momento de aproximação com o grupo, com o intuito de sanar dúvidas que surjam durante a palestra.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que este projeto é de extrema importância tanto para os acadêmicos de Enfermagem, quanto para os adolescentes, pois proporciona um momento de inclusão social de diversas pessoas, neste caso, jovens em condições de vulnerabilidade, a inclusão se deu neste projeto através do compartilhamento do conhecimento teórico e prático dos

alunos sobre a área da saúde, que foi levado para os jovens do COMSE. Assuntos que tiveram como objetivo principal, mostrar a importância da qualidade de vida e, o que cada ação em saúde pode melhorá-la.

## REFERÊNCIAS

ADAMCHESKI, Juclélia Kucarz, et al. **IMUNIZAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA: PROCURA VACINAL E OUTROS DETERMINANTES**. Saúde Meio Ambient. v. 4, n. 2, p. 115-124, jul./dez.2015.

BOTTEGA, Angelita, et al. **ABORDAGEM DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA ADOLESCÊNCIA: revisão de literatura**. Suplemento - Artigos de revisão, p. 91-104, julho, 2016.

BRAGA, Giordana Campos, VIEIRA, Carolina Sales. **Anticoncepcionais reversíveis de longa duração: Implante Liberador de Etonogestrel(Implanon)**. FEMINA, 2015, vol 43, Suppl. 1.

Brandt GP, et al. Anticoncepcionais hormonais na atualidade: um novo paradigma para o planejamento familiar. RGS 2018;18(1):54-62.

DELATORRE, Marina Zanella, DIAS Ana Cristina Garcia. **Conhecimentos e práticas sobre métodos contraceptivos em estudantes universitários**. Rev. SPAGESP vol.16 no.1 Ribeirão Preto, 2015.

de CARVALHO, Aroldo Prohmann, de FARIA, Sônia Maria. **Artigo de revisão: vacinação da criança e do adolescente**. Residência Pediátrica 2014;4(3)(Supl. 1):S10-S22.

de MELO, Mônica Cecília Pimentel, et al. **PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES SOBRE IMUNIZAÇÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE PETROLINA – PE**. Rev Min Enferm. 2013 abr/jun; 17(2): 374-380.

dos SANTOS, Elizane, et al. **O enfermeiro na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis em adolescentes**. INTERNATIONAL NURSING CONGRESS, May 9-12, 2017.

LOBÔ, Paulo. **Princípio da solidariedade**. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões, n.78 2007 Disponível em: [http://www.ibdfam.org.br/\\_img/congressos/anais/78.pdf](http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/78.pdf) Acesso em: 01/11/2019

MACIEL, Ethel Leonor Noia, et al. **Projeto Aprendendo Saúde na Escola: a experiência de repercussões positivas na qualidade de vida e determinantes da saúde de membros de uma comunidade escolar em Vitória, Espírito Santo**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, n.15, v.2. p.389-396, 2010. Disponível em: [https://scielosp.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232010000200014&lang=pt](https://scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000200014&lang=pt) . Acesso em: 20 out. 2019.

MARINELLI, Natália Pereira, et al. **CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM EM SALA DE VACINA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA**. Revista Univap, São José dos Campos-SP-Brasil, v. 21, n. 38, dez.2015. ISSN 2237-1753.

MIZUTA, Amanda Hayashida, et al. **PERCEPÇÃO ACERCA DA IMPORTÂNCIA DAS VACINAS E DA RECUSA VACINAL NUMA ESCOLA DE MEDICINA**. Rev Paul Pediatr. 2019;37(1):34-40.

Roriz L, Ribeiro MLPC. A pílula do dia seguinte: um estudo sobre a percepção ético- moral de acadêmicas de enfermagem da FACESA. Rev. Cient. Sena Aires. 2016; 5(1): 63-9.

SALUM, Gabriel de Barros; MONTEIRO, Alves Silveira, Luciana. **Educação em saúde para adolescentes na escola: um relato de experiência.** Revista Mineira de Enfermagem., v. 19, n.2, p.246-251, abr./junho, 2015. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1019> .Acesso em: 20 out 2019.

SILVA, Sthéfanny Barbosa, et al. **CONHECIMENTOS SOBRE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DA FACULDADE DE MONTES BELOS, EM SÃO LUÍS DE MONTES BELOS-GO.** Revista Faculdade Montes Belos (FMB), v. 8, n° 4, 2015, p (143-202), 2014 ISSN 18088597.

VIEGAS, Selma Maria da Fonseca, et al. **A vacinação e o saber do adolescente: educação em saúde e ações para a imunoprevenção.** Ciênc. saúde coletiva vol.24 no.2 Rio de Janeiro fev. 2019.

ZARDO, Geisa Picksius, et al. **Vacina como agente de imunização contra o HPV.** Ciência & Saúde Coletiva, 19(9):3799-3808, 2014.

Infecções Sexualmente Transmissíveis. Disponível em: <<http://saude.gov.br/saude-de-a-z/infeccoes-sexualmente-transmissiveis-ist>>

Preservativo. Disponível em: < <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/prevencao-combinada/preservativo>>

FONSECA, Esmeralda Faria; PENAFORTE, Maria Helena de Oliveira; MARTINS, Maria Manuela Ferreira Pereira da Silva. Cuidados de higiene - banho: significados e perspectivas dos enfermeiros. **Rev. Enf. Ref.**, Coimbra , v. serIV, n. 5, p. 37-45, jun. 2015 . Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-02832015000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832015000200005&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 04 jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.12707/RIV14066>. Acesso em: 04 de jun. de 2021.

CRUZ, Josefa Daiane de Santana. **HIGIENE PESSOAL COMO UMA PROPOSTA INOVADORA PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO CENTRO DE APOIO LAR PENIEL NA CIDADE DE SIMÃO DIAS-SE.** UNIT- Aracaju, Outubro de 2018.

## SEM TERRITÓRIO, SEM EDUCAÇÃO: A POLÍTICA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

*Data de aceite: 01/09/2021*

*Data de submissão: 03/06/2021*

**Evelyn de Souza Santiago Candido da Silva**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,  
Faculdade de Ciências Humanas  
Campo Grande - Mato Grosso do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/6996045834972505>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, analisar os impactos da política de demarcação de terras indígenas e suas implicações nas ações e diretrizes que regulamentam o estabelecimento de escolas indígenas, em especial, no estado de Mato Grosso do Sul. O reconhecimento e a legalização dos territórios indígenas são premissas norteadoras para as políticas públicas de assistência à saúde, educação e moradia dessas comunidades. Sendo assim, o intuito é observar os efeitos do reconhecimento, ou do não reconhecimento desses territórios na regulamentação da educação escolar indígena.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território. Reconhecimento. Demarcação. Educação.

**ABSTRACT:** This article aims, through a bibliographical and documentary research, to analyze the impacts of the policy of demarcation of indigenous lands and its implications on the actions and guidelines that regulate the establishment of indigenous schools, especially in the state of Mato Grosso do Sul. The recognition

and legalization of indigenous territories are guiding premises for public health care, education and housing policies for these communities. Therefore, the aim is to observe the effects of recognition, or non-recognition of these territories in the regulation of indigenous school education.

**KEYWORDS:** Territory. Recognition. Demarcation. Education.

### 1 | INTRODUÇÃO

A demarcação de terras indígenas e suas políticas norteadoras, naturalmente, têm levantado inúmeros debates ao longo da história, seu processo, geralmente, envolvem conflitos de interesses diversos, contudo o foco deste artigo não será propriamente a política de demarcação de terras indígenas, mas sim seus impactos nas ações e diretrizes que regulamentam o estabelecimento de escolas indígenas, em especial, no estado de Mato Grosso do Sul.

Juridicamente, observa-se que o tratamento legal da demarcação de terras indígenas sofreu alterações de acordo com as constituições que regeram o país e mesmo com o advento da Constituição Federal de 1988, o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73). Há, contudo, inovações implementadas pela CF/88 na forma de tratamento destinada aos povos originários, o que eleva a demarcação de terras indígenas e seus objetivos a um novo patamar, tanto no que se refere à temática territorial quanto às

políticas dela decorrentes e seus reflexos no processo de implementação da educação escolar indígena e a institucionalização da categoria Escola Indígena.

A partir da observação da política de demarcação de terras indígenas, este trabalho busca analisar os efeitos do reconhecimento ou do não reconhecimento desses territórios na implementação das políticas públicas de assistência aos povos indígenas, mais especificamente a inter-relação entre território e educação escolar indígena.

## **2 | DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

O processo de demarcação de terras indígenas, as lutas e conflitos decorrentes são assuntos bastante discutidos no meio acadêmico e jurídico, porém antes de iniciarmos as discussões sobre as implicações do reconhecimento ou do não reconhecimento dos territórios de ocupação tradicional e sua relação com as políticas de regulamentação da educação escolar indígena, faremos um breve relato histórico sobre os encaminhamentos dados pelo ordenamento jurídico brasileiro até chegarmos ao que hoje entendemos por reconhecimento de terras indígenas.

As Constituições Federais Brasileiras dos anos de 1934, 1937 (Constituição Polaca), 1946 e 1967, mesmo tendo um caráter integracionista, comumente incentivando a incorporação dos indígenas ou silvícolas (assim descritos nos textos) na sociedade nacional por meio do trabalho e da aculturação, foram os primeiros textos constitucionais que garantiram a estes o direito “posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes”.

Já na Constituição Federal de 1988, graças ao comprometimento e protagonismo dos movimentos indígenas e indigenistas da época, no texto constitucional foram incluídas mudanças substanciais, no tocante às questões indígenas, sobretudo relacionadas às suas terras, de quem era competência de protegê-las e demarcá-las, como também foi ratificado o direito à posse permanente e ao usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nos territórios de ocupação tradicional.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo,

dos rios e dos lagos nelas existentes. [...]

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis (BRASIL, 1988).

Embora revolucionária em relação à condição dos grupos indígenas e de suas terras, a Constituição Federal de 1988, no que se refere a questão territorial, apenas ratificou o que é de posse e de direito originário desses povos. Para Cavalcante (2013) os direitos territoriais dos povos originários se fundamentam na tese do indigenato, na qual não se aplica a posse civil, mas sim o direito congênito às terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, conforme prescrito no art. 231 da Constituição Federal de 1988.

O reconhecimento da originalidade dos direitos territoriais indígenas funda-se na chamada tese do indigenato, o que significa dizer que se trata de direito anterior a todos os outros reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, até porque é anterior ao próprio ordenamento (CAVALCANTE, 2013, p.47).

É importante destacar que os territórios indígenas não são apenas porções de terra, são locais de reprodução do modo de vida tradicional dessas populações, um espaço de sobrevivência física e cultural. Segundo Cavalcante (2013, p.34) “[...] entendo o território como sendo uma porção do espaço apropriada por um grupo humano que o constrói em seus aspectos sociais, simbólicos, culturais, econômicos e políticos através de modos específicos”.

O Estatuto do Índio, Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, ainda em vigor, define como terras indígenas aquelas “ocupadas ou habitadas pelos silvícolas”, ou “as áreas reservadas” e ainda “as terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas”. Com relação à demarcação das referidas terras, são apresentados os seguintes encaminhamentos:

Art. 19. As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo.

§ 1º A demarcação promovida nos termos deste artigo, homologada pelo Presidente da República, será registrada em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (SPU) e do registro imobiliário da comarca da situação das terras (BRASIL, 1973).

A FUNAI com base na Constituição Federal de 1988; no Estatuto do Índio, Lei nº 6001/73; e no decreto nº 1.775/96, classifica as terras indígenas por modalidades, sendo:

**Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas:** São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

**Reservas Indígenas:** São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Existem terras

indígenas, no entanto, que foram reservadas pelos estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, que são reconhecidas como de ocupação tradicional.

**Terras Dominiais:** São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

**Interditadas:** São áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não com o processo de demarcação, disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.<sup>1</sup>

Em Mato Grosso do Sul, conforme dados da FUNAI, a proporção de terras indígenas regularizadas no estado corresponde a apenas 1,6 % da superfície da unidade federativa, mesmo abrigando um contingente populacional indígena de 77.025 mil habitantes, dos quais 61.158 mil vivem em terras indígenas.

No que se refere ao reconhecimento do direito dos indígenas à posse permanente das terras por eles ocupadas, no art. 25, do Estatuto do Índio, esse direito é garantido independente da demarcação das terras, porém o decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, dispõe que “as terras indígenas serão administrativamente demarcadas por iniciativa e sob a orientação do órgão federal de assistência ao índio”.

O reconhecimento, como também o não reconhecimento dos territórios indígenas incidem diretamente nas políticas públicas de assistência social, de moradia, de saúde e educação dessas comunidades.

Tomando como exemplo a Educação Escolar Indígena, no parecer nº 14/1999 do Conselho Nacional de Educação, identifica-se como “Escola Indígena o estabelecimento de ensino localizado no interior das terras indígenas voltado para o atendimento das necessidades escolares expressas pelas comunidades indígenas”.

A inter-relação entre território e política educacional indígena ocupa um lugar de destaque nos documentos que regulamentam e fixam as diretrizes para o estabelecimento das escolas indígenas. No que se refere à estrutura, funcionamento e organização didático-pedagógica dessas unidades educacionais a Resolução da Câmara de Educação Básica nº 3, de 10 de novembro de 1999, estabelece:

Art.2º Constituirão elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

I - sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos;

II – exclusividade de atendimento a comunidades indígenas;

III – o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo;

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 01 out. 2019.

O decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena regulamenta no art. 1º: “A educação escolar indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades” e no art. 4º inciso I especifica como elemento básico para estrutura e funcionamento das Escolas Indígenas “sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas”.

### **3 I EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E SUAS ESPECIFICIDADES**

Desde do século XVI a educação destinada às populações indígenas objetivava a catequização, civilização, aculturação e a integração à sociedade nacional. Segundo Bergamasch e Silva (2007, p.127) “a ação dos missionários católicos foi a iniciativa mais contundente para educar o nativo e, entre outras práticas que visavam a europeização e a cristianização da América, inaugurou a escola para os povos indígenas”.

No entanto, na Constituição Federal de 1988, com reconhecimento das diferenças étnicas e culturais dos povos indígenas, além dos avanços na questão territorial, foram empreendidas mudanças no campo educacional, no art. 210 fica “assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

E nesse contexto de mudanças para a implementação da educação escolar indígena diferenciada, reivindicação antiga dos movimentos indígenas e indigenistas, voltam à discussão. Algumas alterações na gestão das políticas educacionais direcionadas às populações indígenas foram feitas, por meio do decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991, a competência passou a ser de responsabilidade do Ministério da Educação, ouvida a FUNAI.

Em 1994, o Ministério da Educação utilizando como base os direitos constitucionais, elaborou as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Neste documento foram estabelecidas as especificidades e normas de regulamentação das Escolas Indígenas.

As escolas indígenas, por conseguinte, deverão ser específicas e diferenciadas, ou seja, as características de cada escola, em cada comunidade, só poderão surgir do diálogo, do envolvimento e do compromisso dos respectivos grupos indígenas, como agentes e co-autores de todo o processo (BRASIL, 1994).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) os objetivos da Educação Escolar Indígena foram estabelecidos, assim como os programas integrados de ensino e pesquisa “para a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas”.

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá

programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado (BRASIL, 1996).

Mesmo com todos os avanços e encaminhamentos dados pelo Ministério da Educação e pela FUNAI, a educação escolar indígena, na década de 1990, ainda não tinha atingido seus objetivos. Em 1999, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CEB nº 3/1999 estabeleceu “no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue [...]”

Em Mato Grosso do Sul a organização para a implementação de uma política voltada para a educação escolar indígena começou no início dos anos 1990, um pouco antes das ações empreendidas no âmbito nacional. Segundo Nascimento e Vieira (2011), em 1992, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, em conjunto com lideranças e professores indígenas, elaborou as “[...]Diretrizes Gerais/Educação Escolar Indígena que foram aprovadas através da Deliberação CEE nº 4324, pelo Conselho Estadual de Educação (03 de agosto de 1995), acompanhado do Parecer CEE/MS nº 201/95”.

Inicialmente, o estabelecimento da educação escolar indígena no estado de Mato Grosso do Sul não foi tão inovador, no sentido de apresentar uma escola indígena específica, diferenciada, intercultural e bilíngue. Com os avanços no debate em torno desta modalidade de ensino tanto no âmbito estadual e nacional, em 2002, o Comitê Estadual

de Educação Escolar Indígena aprovou a Deliberação CEE/MS nº 6767/2002, contudo, mesmo pretendendo regularizar e estabelecer em nível estadual as especificidades da escola indígena, o referido documento, segundo Nascimento e Vieira (2011, p. 7) “[...] acaba caracterizando a escola indígena com o mesmo espírito de engessamento e padronização posto para todas as outras escolas do Sistema.

É importante destacar que a oferta da educação escolar indígena “bilíngue”, conforme prevista nas Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (1994); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998); na Resolução nº 3/1999 da Câmara de Educação Básica, assim como na própria Constituição Federal Brasileiras (1988) ainda hoje está restrita às séries iniciais do Ensino Fundamental. A ampliação da oferta para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, manteve-se como meta do Plano Nacional de Educação (2001).

Essa interrupção do ensino bilíngue aos estudantes indígenas tem gerado preocupação nas comunidades. Segundo Knapp e Martins (2016), no caso dos alunos Guarani e Kaiowá da região sul de Mato Grosso do Sul, por exemplo para concluir os estudos muitos se deslocam para escolas da cidade, situação que força os professores priorizarem o ensino da língua portuguesa em detrimento da língua materna dos alunos, para que estes ao iniciarem os estudos nas escolas não indígenas não sofram discriminação ou se sintam incapazes.

Porém, essa manobra acaba descaracterizando as particularidades da Escola Indígena, pois o ensino da língua materna proporciona o fortalecimento das práticas socioculturais das comunidades indígenas, como também auxilia na afirmação e manutenção dos laços culturais. A própria LDB (1996), no art. 78, enfatiza que educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngue, visando à reafirmação de suas identidades étnicas e à recuperação de suas memórias históricas.

Os mecanismos de organização e gestão para a manutenção e funcionamento da educação escolar indígena, conforme consta do parecer 14/1999, do Conselho Nacional de Educação, estão inter-relacionados com respeito às suas particularidades, bem como a sua localização em território indígena.

As escolas situadas nas terras indígenas só terão direito ao pleno acesso aos diversos programas que visam ao benefício da Educação Básica se forem consideradas na sua especificidade. Isso só se concretizará por meio da criação da categoria Escola Indígena nos respectivos sistemas de ensino (PARECER CEB/CNE, 1999, p.10).

Segundo disposto no decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, para o recebimento de apoio técnico e financeiro da União direcionados à construção de escolas, formação inicial e continuada dos professores indígenas, produção de material didático, alimentação escolar, dentre outros recursos que atendam às comunidades indígenas, as escolas

deverão estar inseridas em um território etnoeducacional.

Entende-se por território etnoeducacional, conforme decreto nº 6.861/2009, “[...] as terras indígenas, mesmo que descontínuas, ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações linguísticas, valores e práticas culturais compartilhados.”

Nesse caso, todas as demandas referentes à destinação de recursos financeiros e de capital humano, bem como materiais e suporte para formação continuada dos profissionais que irão atuar nesses estabelecimentos de ensino, estão intrinsecamente relacionados ao reconhecimento e manutenção de suas terras ancestrais.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a temática territorial indígena, assim como os conflitos decorrentes dela, a problemática do confinamento dos povos indígenas em reservas em espaços reduzidos, bem como os esbulhos sofridos por essas populações sejam amplamente discutidos, a inter-relação da legalização e o reconhecimento dos territórios com as diretrizes de implementação da educação escolar indígena ainda é timidamente tratada.

Sendo assim, buscamos tecer algumas percepções iniciais a respeito dos efeitos que a legalização dos territórios indígenas gera em relação às diretrizes que normatizam e regulamentam a educação escolar indígena, no que se refere à estrutura, funcionamento e organização didático-pedagógica, assim como na criação e institucionalização da escola indígena.

Entendemos a demarcação de terras indígenas não como o resultado final da concretização da luta, os territórios são os locais de resistência, neles os modos de vida tradicional dessas comunidades são reproduzidos, os valores e práticas culturais compartilhados, a partir deles as demandas por saúde e educação reivindicadas. Consequentemente, a escola indígena deve estar inserida no território para que seja significativa, de modo assegurar o respeito ao universo sociocultural, à diversidade étnica e linguística e a organização política dessas comunidades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1973.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil. **Diário Oficial da União**, DF, 1991.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar/ Elaborado pelo comitê de Educação Escolar Indígena.** – 2 ed. Brasília: MEC/SEF/DPEF, 1994. 24 p. (Cadernos de Educação Básica. Série Institucional; 2).

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Parecer nº 14, de 19 de outubro de 1999. Do Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, DF, 1999.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1999.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009.

BERGAMASCH, Maria Aparecida.; SILVA, Rosa Helena Dias da. **Educação Escolar Indígena no Brasil: da escola para índios às escolas indígenas.** Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n.1, p. 124-150, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/113/72>. Acesso em 29 set 2019.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul/** Thiago Leandro Vieira Cavalcante. – Assis, SP – UNESP, 2013. 470 f. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106620/cavalcante\\_tlv\\_dr\\_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106620/cavalcante_tlv_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 29 set 2019.

FUNAI. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 01 out. 2019.

KNAPP, Cassio; MARTINS, Andrébio Márcio Silva. **Oralidade e escrita em escolas indígenas guarani e kaiowá. Desafios e possibilidades de um ensino bilíngue.** Voces y Silencios: Revista Latinoamericana de Educación, v. 7, n. 2, 53-73, dez. 2016.

NASCIMENTO, Adir Casaro; VIEIRA, Carlos Magno Naglis. **A Escola Indígena Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul: experiência emancipatória de educação indígena.** Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300889820\\_ARQUIVO\\_AnpuhNacional.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300889820_ARQUIVO_AnpuhNacional.pdf). Acesso em 29 set. 2019.

## O ROCK ENQUANTO PROPOSTA PEDAGÓGICA INOVADORA

Data de aceite: 01/09/2021

Data de submissão: 07/06/2021

### Marcos Roberto Mesquita

Sociólogo, mestre em Sociologia e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professor de Sociologia no Instituto Federal Catarinense (IFC), campus Videira - SC  
<http://lattes.cnpq.br/8235205396377303>

### Gabriel Schmitt

Sociólogo, mestre e Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professor de Sociologia no Instituto Federal Catarinense (IFC), campus Videira - SC  
<http://lattes.cnpq.br/0889238562568082>

**RESUMO:** Busca-se discutir sobre o rock, estilo musical mundialmente conhecido, como ferramenta metodológica para as aulas de Sociologia na rede federal tecnológica de ensino. A reflexão sobre o rock terá como escopo o questionamento da realidade social e de expressar uma forma de movimentar o corpo, manifestando um estilo de vida, especialmente entre os jovens. O artigo também resgata um pouco das experiências do projeto de extensão “Escola de Rock: um olhar sociológico sobre o rock’n’roll”, desenvolvido no IFC, campus Videira nos anos de 2019 e de 2020.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rock. Sociologia. Metodologia de ensino.

**ABSTRACT:** The aim is to discuss rock, a world-renowned musical style, as a methodological tool for sociology classes in the federal technological teaching network. The reflection on rock will be aimed at questioning the social reality and expressing a way of moving the body, manifesting a lifestyle, especially among young people. The article also rescues some of the experiences of the extension project “School of Rock: a sociological look at rock’n’roll”, developed at IFC, Videira campus in 2019 and 2020.

**KEYWORDS:** Rock. Sociology. Teaching methodology.

### 1 | INTRODUÇÃO

O rock é um gênero musical que, indo além de um mero estilo de música, influenciou novos padrões de convivência, de moda, atitudes e linguagens. Tais características, e seus efeitos sociais, fizeram com que o *rock and roll* alcançasse um expressivo apelo massivo e mundial.

Com a “marca” da contestação dos valores tradicionais das sociedades, estas canções podem auxiliar a aprendizagem de conceitos sociológicos devido à ampla e diversa produção cultural musical levada à cabo por roqueiros brasileiros e estrangeiros. Assim, faz-se inegável a relevância das reflexões críticas sobre a sociedade, a economia, a política, a cultura e ao estilo de vida dos indivíduos e das sociedades contempladas por muitas destas músicas.

Enquanto instrumentos e recursos pedagógicos que venham a despertar com mais intensidade o interesse pelos temas demandados pela Sociologia no ensino formal, os produtos e símbolos culturais musicais, entre eles o Rock, destacam-se haja vista seu caráter de fácil assimilação e difusão executados especialmente através do conjunto dos meios de comunicação de massa contemporâneos. Por sua vez, dentre os produtos e símbolos culturais musicais, sobressaem-se aqueles que possuem um potencial de maior receptividade por parte da faixa etária que atualmente faz parte do nível de ensino que se refere à aplicação desta disciplina na educação regular. Ipsi literais, trata-se aqui da faixa etária que comumente gira em torno dos 15 aos 17 anos de idade, que cursa o Ensino Médio da educação básica, e que possui um apelo que é próprio das características humanas juvenis as quais dizem respeito aos ideais de busca por maior autonomia, liberdade e reconhecimento individual e coletivo.

Desde o seu nascimento, lá nos anos 1950 nos Estados Unidos, o rock influencia diretamente no comportamento dos jovens. Neste início, além dos jovens, e em um sentido coletivo, o novo gênero contribuiu com a causa do movimento dos direitos civis dos negros nos EUA, haja vista que tanto brancos quanto negros se interessavam pela nova música. Contudo, foi a partir dos anos 1960 que as canções de rock passaram a tratar mais intensamente de questões relacionadas à política, a temas sociais, econômicos e culturais, especialmente pela influência de Bob Dylan (artista estadunidense, nascido em 1941 e prêmio Nobel de Literatura em 2016). Nos anos 1970 o rock crítico ganha mais força com o advento do *Punk Rock* e do *Hardcore*.

Levando em conta os ideais acima referidos, identifica-se no rock uma fecunda fonte de elementos objetivos e subjetivos para se trabalhar pedagogicamente o ensino de Sociologia. Adiante, portanto, será foco deste trabalho explicitar os motivos pelos quais tal gênero musical possui considerável possibilidade de alavancar um interesse maior, por parte dos discentes, no que se refere às obrigações e práticas didáticas demandadas pela Sociologia. Ademais, almejaremos esclarecer o potencial que se apresenta quanto à dimensão pedagógica que ainda pode ser mais conhecida e trabalhada tanto em relação ao conteúdo das letras e melodias quanto no que diz respeito ao aproveitamento de procedimentos e metodologias que se apresentam enquanto perspectiva à Sociologia no que concerne ao gênero musical aqui recortado.

As experiências vivenciadas ao longo do projeto de extensão “Escola de Rock: um olhar sociológico sobre o *rock’n’roll*”, do Instituto Federal Catarinense (IFC) – campus Videira, realizado nos anos de 2019 e de 2020, ajudaram para que fosse pensado sobre como utilizar o rock como ferramenta de ensino. Em 2020, o projeto ocorreu de forma remota através de uma página no Instagram: @projektorockifc.

## 21 UM POUCO MAIS SOBRE O ROCK

Como estilo musical o rock surge nos EUA na década de 1950, com a influência do blues, do jazz e da cultura negra. Não se pode deixar de mencionar que o rock se transformou ao longo das décadas em um produto cultural que foi consumido inicialmente na sociedade estadunidense e depois se espalhou por várias partes do planeta. É uma manifestação cultural, que faz uma reflexão sobre a sociedade e as relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Deste modo, o rock passou a ser um elemento de expressão da juventude, que questionou os padrões e os valores morais e comportamentais da sociedade.

No início do rock surgiram alguns músicos e intérpretes geniais, tais como Chuck Berry, Elvis Presley, Jerry Lee Lewis, Sam Philips, entre outros. Sobre Elvis Presley, Anaz (2013) faz uma interessante reflexão: “Um jovem branco com voz de negro cantando canções que eram misturas dançantes e explosivas de rhythm’n’blues, country e gospel, baseadas na sonoridade nervosa que o rock’n’roll representava naquele momento.” (p. 14). Anaz argumenta que Elvis se transformou no rei do rock e desenvolveu o *rockabilly*, um tipo de rock que tinha influência da música *country* e era dançante. Os EUA viviam um momento de segregação racial e o rock possibilitou que adolescentes e jovens negros invadissem o espaço dos brancos e vice-versa para dançarem e cantarem juntos, o que, segundo Anaz, ignorava as políticas segregacionistas. Por isso, Chuck Berry, nome importante do começo do rock, chegou a dizer que o rock fazia mais para combater o preconceito racial do que as políticas do governo estadunidense.

Berras (2012) afirma que o rock é uma relevante manifestação cultural, que está presente na sociedade não apenas na música, mas também na moda, na cultura popular e na política. Deste modo, o rock trata de questões vinculadas aos conflitos que estão presentes no cotidiano de uma sociedade. Um ponto salientado por Berras é que o rock interfere diretamente na esfera política, econômica, social e cultural e ao mesmo tempo é influenciado por ela.

O rock se caracteriza por sua diversidade, pois há vários tipos de rock e, independentemente do tipo, ele sempre se baseia em uma liberdade criativa que influencia jovens e adultos em várias partes do planeta. O rock pode ser visto como um grande movimento organizado por jovens após a Segunda Guerra Mundial. Além disso, o rock modificou a forma dos jovens se vestirem, de encarar a vida e de protestarem.

Nesse sentido é que Abdala (2010), ao tratar das chamadas “estéticas da existência”, manifesta que o rock expressa muito mais que um gênero artístico, trazendo um conjunto de associações simbólicas e de comportamentos, sendo que o mercado cultural levou à disseminação do estilo das bandas, utilizando-se das vestimentas, por exemplo, como uma espécie de código. Ocorre, assim, a dinâmica entre a identidade e a alteridade, a fusão do individual com o coletivo, a relação do si mesmo com o outro.

Na visão de Prado (2018), o rock atingiu os elementos sensoriais, psicológicos,

afetivos e comunicacionais dos jovens, pois este estilo musical foi um instrumento de interlocução da juventude com o mundo ao seu redor. Este autor menciona que há uma forte relação entre comportamento rebelde dos jovens e o rock. Prado explica que dois grupos de rock marcaram a juventude nos países centrais e nos periféricos, trata-se das formações de Bob Dylan e de Rolling Stones. Por exemplo, Dylan denunciava em suas músicas o racismo, o militarismo e a corrida armamentista, já os Rolling Stones subverteram a música, a moda e as artes.

Vale salientar que o rock pode ser um elemento criador e influenciador de uma identidade juvenil, sobretudo por dar voz aos jovens e por representar medos e desejos da juventude. Demarchi (2006) afirma que os jovens são os principais consumidores das canções produzidas pelo rock. Este autor relata que o rock é uma música feita por e para jovens, além de ser um elemento catalisador de uma nova linguagem que se criava no plano internacional, uma linguagem tipicamente juvenil.

Nas palavras de Demarchi, o rock vai além de canções, pois cria outros signos, como as roupas, o cabelo, a forma de dançar, além de outros elementos que vão caracterizar o que é ser jovem. “O rock surge então como uma linguagem especificamente juvenil denotando, tanto na contribuição das canções quanto na forma de apresentá-las, uma série de rupturas com o ‘mundo adulto’”. (Demarchi, 2006, p. 27).

Gatto (2011) faz uma interessante reflexão sobre o rock e sua relevância social e cultural: estilo musical desenvolvido no Capitalismo, que dependeu em sua produção artística da eletricidade, pois a guitarra e o baixo elétricos são a base da organização musical do rock. Além disso, o público receptor do rock é constituído sobretudo por jovens, sendo ainda o rock uma mercadoria fundamental de consumo simbólico da juventude. Este autor menciona que não é possível pensar o rock sem se refletir sobre a indústria cultural, pois o rock é mais do que um estilo musical, ele é um fenômeno social, um discurso, uma forma de identidade e até de criar identidades, bem como um produto que se insere na economia de mercado.

Outro aspecto salientado por Gatto (2011) é que, como em outros estilos musicais, no rock há uma pressão entre a autonomia do artista e a vontade de lucrar das gravadoras. Assim, em diversos momentos, os roqueiros não possuem a devida liberdade e autonomia para compor e gravar suas músicas, já que são pressionados para criar o que dará mais sucesso e conseqüentemente mais lucro às gravadoras.

### **3 | O “TERRITÓRIO DO ROCK” COMO RECURSO PARA A SOCIOLOGIA**

Enquanto reflexo do pós-guerra e dos contextos políticos e econômicos que lhes dizem respeito,

o rock tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens

Como processo iniciado mais especificamente a partir da década de 1950 nos Estados Unidos, o rock é resultado de todo um repertório musical e cultural advindo de outros estilos e gêneros, que igualmente se fizeram presentes de forma mais contundente em solo estadunidense, tais quais o blues, o country, o folk, o jazz e a até mesmo a música clássica. Anaz (2013) afirma que o rock passou por várias mudanças ao longo das décadas de sua existência e se transformou no gênero musical mais popular, mais bem sucedido e mais polêmico da história.

Em terras brasileiras, no início dos anos 1960, em uma época em que a Bossa Nova ainda simbolizava de forma predominante o cenário musical, o rock lançou suas sementes pioneiras por meio do movimento musical da Jovem Guarda. Representado por Roberto Carlos, Wanderléa e Erasmo Carlos, o rock brasileiro assumiu suas primeiras roupagens e iniciou seu processo de propagação na sociedade nacional. Nos anos 1970 outro nome forte do rock brasileiro começa a fazer sucesso, a paulistana Rita Lee, que junto com Arnaldo Baptista e Sérgio Dias formou Os Mutantes, que segundo Petillo (2013), conseguiu influenciar de Gilberto Gil a Kurt Cobain, além de trazer para o rock um pouco da Tropicália. O álbum mais importante de Os Mutantes é “A divina comédia ou Ando meu desligado” de 1970, esse álbum vai influenciar os indivíduos que queriam produzir rock no país.

Neste sentido é que, convergindo com o estudo da história do rock internacional e brasileiro, e pensando na concepção de procura de um “sentido de vida” aliado a este gênero musical, Rochedo (2011) aponta que o rock é uma arte que surgiu da necessidade de a juventude enfrentar os padrões morais e comportamentais, considerando a experiência de jovens de diferentes classes sociais e suas perspectivas para ingressarem na esfera pública, assumindo responsabilidades sociais. Sendo que, para falar dos jovens, é preciso distinguir períodos históricos distintos, geracionais, com características sociopolíticas próprias.

Seguindo pelo mesmo caminho analítico, Grande (2006), em sua tese de doutorado, anota que, irrefutavelmente, no rock, há uma estética característica da juventude que foge aos padrões e cujo objetivo de ser também é variado, pois, além do ideal de “chocar”, ou mesmo “agredir”, há a esfera de afirmação em que tais valores representam uma desconstrução dos valores anteriores. Assim, entram em cena os adornos e o próprio corpo, isto é, trata-se de uma estética em que a emoção permanece ligada ao próprio sentido da vida.

Somando-se à perspectiva reflexiva acima, Chacon (1983) sinaliza que:

O rock é muito mais do que um tipo de música: ele se tornou uma maneira de ser, uma ótica da realidade, uma forma de comportamento. O rock é e se define pelo seu público. Que, por não ser uniforme, por variar individual e coletivamente, exige do rock a mesma polimorfia, para que se adapte no tempo e no espaço em função do processo de fusão (ou choque) com a cultura local e com as mudanças que os anos provocam de geração a

Ainda que levem em conta as características que são peculiares a diferentes gerações e culturas, os autores acima procedem com uma constatação que, acima de tudo, acaba por assemelhar tempos e espaços sociais distintos por meio de um mesmo gênero musical haja vista que se trata de refletir acerca do aspecto subjetivo que o rock carrega a juventudes de coletividades as mais diversas. Desta forma, tal diagnóstico introduz justificativas e fundamentações relevantes acerca do que mais a frente iremos abordar quanto a possibilidades de se trabalhar pedagogicamente com o rock na disciplina de Sociologia.

#### **4 | MÚSICA COMO METODOLOGIA ATIVA PARA AS AULAS DE SOCIOLOGIA**

O uso de músicas nas aulas de Sociologia é uma Metodologia Ativa, que se diferencia de metodologias de ensino tradicionais e permite que se chame a atenção dos alunos para os conteúdos com novas técnicas. Camargo e Daros (2017) afirmam que há atualmente a necessidade de levar aos alunos outros tipos de conhecimento e permitir que eles possam ter uma participação mais ativa nas aulas. Essa participação mais ativa só será possível se o professor utilizar novas estratégias de aula, que permitirão um aprendizado mais interativo e mais relacionado com as situações reais. É neste contexto que a música, mais especificamente o Rock, pode ser útil no processo ensino-aprendizagem da disciplina Sociologia.

A estratégia de utilização de música serve para o auxílio da compreensão de diferentes assuntos na disciplina Sociologia. Ao mesmo tempo em que possibilita que os alunos analisem os temas trabalhados em sala de aula de forma crítica e embasada em conceitos sociológicos. O uso de músicas em aulas de Sociologia pode permitir que se desenvolva nos alunos a capacidade de refletir acerca de sua própria participação no mundo.

Tal como afirma Paiva (2016), o uso de músicas de rock nas aulas de Sociologia permite que se trabalhe os conteúdos de maneira lúdica e criativa, o que pode ampliar o envolvimento dos alunos nas aulas. A autora demonstra que o rock brasileiro dos anos 1980 teve um papel de difundir críticas e insatisfações sobre o Brasil e seus problemas, tal como se pode verificar na produção das seguintes bandas: Titãs, Legião Urbana, Paralamas do Sucesso, Barão Vermelho, Cazuza, Plebe Rude, Ira, entre outros.

Apontando elementos pertinentes a este contexto e a muitos destes mesmos artistas, Zan (2001), por exemplo, evidencia que a produção dessa nova geração de roqueiros traduz uma certa irreverência e rebeldia juvenis no momento marcado pelo fim da ditadura militar e pela mobilização nacional em torno da bandeira das eleições diretas. Não obstante, tudo isso também reflete, de forma marcante, e como pano de fundo, a consolidação da cultura de massa no Brasil, associada à intensa urbanização, à formação

de uma sociedade de consumo, à expansão da indústria cultural e à inserção do país no processo de mundialização da cultura.

De qualquer forma, enfatizando o caráter de arte contestadora, Paiva (2016) destaca que a música, mais especificamente o rock, pode vir relacionado a uma crítica social e a uma reflexão sobre ideologias. Paiva argumenta que já há autores que falam até da necessidade de se criar uma Sociologia do Rock. Uma música de rock exemplificada pela autora como fonte de reflexão sociológica é Veraneio Vascaína (composta por Renato Russo e Flávio Lemos), da banda Aborto Elétrico, mas que fez sucesso com o Capital Inicial (1986) e que trata da repressão policial durante a Ditadura Militar (1964-1985). Neste artigo falaremos de como as músicas “Uns iguais aos outros” do Titãs e “Admirável chip novo” da Pitty podem ser utilizadas como recursos metodológicos e didáticos para as aulas de Sociologia.

Pontarolo (2009) argumenta que as bandas brasileiras dos anos 1980 produziram canções que tratavam dos anseios e insatisfações dos jovens, enfatizavam a necessidade da liberdade de expressão e da democratização do país. O autor cita como exemplos duas músicas que faziam críticas sociais bem construídas, “Comida” dos Titãs (1987) e “Que país é este” da Legião Urbana (1987).

## 5 | ROCK COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA APRENDER SOCIOLOGIA

Duque (2017) demonstra que a canção (música) como manifestação cultural é uma forma de demonstrar ações, pensamentos e falas de um determinado tempo ou lugar, sendo ainda o retrato de uma determinada época. No caso brasileiro, Duque afirma que a música é ainda mais popular e acessível do que a literatura, o que facilita o acesso dos alunos a essa forma artística, conforme demonstram dados sobre o número de livros lidos anualmente pelos brasileiros, em que somente 52% da população lê e eles leem menos de cinco livros do ano, segundo pesquisa do Centro Nacional do Livro (CNL) de 2019.

O olhar de Duque está voltado para as aulas de História, contudo ajuda para que se pense o uso das músicas nas aulas de Sociologia. Esse autor destaca que a música é uma espécie de fonte histórica, que permite que os alunos pensem sobre o passado, mas que devem ser utilizadas como forma de análise e crítica sobre um determinado período histórico. Duque faz uma consideração relevante sobre um cuidado que o professor deve ter ao utilizar uma música em uma aula:

Na atividade em sala de aula, devemos levar em conta que existe uma grande possibilidade de haver diferenças significativas entre o que é ouvido pelos alunos e o que é do conhecimento (ou mesmo do gosto) dos professores no que diz respeito a estilos musicais. Nesse sentido, cabe o investimento em um processo de aproximação entre o que os educandos usualmente ouvem, o que os professores podem trazer, e aquilo que pode ser utilizado como fonte primária em sala de aula. Tal exercício inicial pode envolver temáticas,

estilos, ritmos ou qualquer outro aspecto de uma canção que pode servir de elo entre a realidade do aluno e o tipo de fonte sonora trabalhada pelo professor. (DUQUE, 2017, p. 299).

Ao se utilizar uma música em sala de aula, o professor, segundo Duque (2017), deve levar em consideração as referências histórico-culturais e perceber os elementos do cotidiano, da cultura e da sociedade que estão presentes na música. O docente não pode esquecer que a música é um elemento passível de análise, de crítica e de discussão.

Como a música é um dos fenômenos mais relevantes das culturas juvenis torna-se interessante utilizá-la em aulas de Sociologia para jovens que cursam o Ensino Médio. A música pode ser uma forma de tornar a aula de Sociologia mais atrativa e interessante e de estimular o debate e o pensamento crítico sobre certas temáticas. A música pode inclusive permitir que os alunos reflitam sobre o seu cotidiano, pois ela é uma forma de expressão e de crítica social. Por exemplo, a música permite que na aula de Sociologia se trabalhe a diversidade cultural e étnica presente na sociedade brasileira.

Um dos tipos de música que pode ser utilizado nas aulas de Sociologia é o Rock. Sobre ele, Almeida (2018) faz importantes observações: “O fato é que nenhuma outra música esteve tão sintonizada com a realidade do seu tempo quanto o Rock. Desde os anos 1950, ele passou a ser um espelho da sociedade, refletindo a moda, o comportamento e a atitude das pessoas.” (pág. 22).

O Rock como expressão artística traz uma rebeldia em relação aos padrões construídos socialmente. Em um tipo de rock isso se torna ainda mais envolvente é o caso do Punk Rock, conhecido também como Rock Operário. Tal como demonstra Martins Ferreira (2010), a música ao ser utilizada como ferramenta de ensino possibilita o desenvolvimento nos alunos de algumas sensibilidades mais aguçadas para que se possa observar questões próprias da disciplina em que ela é utilizada.

Moraes e Guimarães (2010) argumentam sobre a relevância do uso da música nas aulas de Sociologia:

“Conceitos sociológicos podem ser introduzidos ou reforçados a partir do sentido expreso ou mesmo subentendido nas letras trabalhadas<sup>1</sup>. A música é um recurso financeiramente acessível, disponível à maioria das escolas e que aguça a capacidade de análise em relação a situações, capaz de superar as dificuldades presentes nos textos didáticos, levando-se em conta que as letras analisadas não foram escritas com esse propósito, mas com intenções as mais diversas. A partir da inspiração pessoal do artista que escreveu os versos, a análise sociológica que deles provém pode remeter às mais diferentes questões da vida social.” (Pág. 58).

Além disso, a música pode ser utilizada como um recurso complementar às leituras de materiais didáticos, visto que ela pode facilitar o entendimento de conceitos e das relações sociais. Não se pode esquecer que a música pode ser uma estratégia para ampliar o interesse dos alunos pela Sociologia e pelas discussões feitas nas aulas desse

componente curricular, visto que ela traz outros elementos para a reflexão dos alunos.

Sobre a música nas aulas de Ciências Sociais, Moraes (2018) traz algumas interessantes contribuições:

“... entender a música na escola como meio de interação e transformação das identidades dos jovens, pensando a música como uma ação social que faz parte da interação/comunicação de muitas culturas juvenis, como prática que corrobora na construção de suas subjetividades e identidades.” (Pág. 1).

Moraes (2018) compreende a música como recurso pedagógico que permite a construção do conhecimento de forma crítica e reflexiva. O autor ainda afirma:

“As músicas podem servir de ponte para a afirmação das identidades dos jovens que ainda se sentem intimidados com o processo de negação de suas vivências na sociedade e na escola, sendo que essa afirmação de identidade é essencial no processo da aprendizagem, ou seja, para que um indivíduo aprenda algo é necessário querer aprender, ter gosto por aquilo, ver sentido naquilo que aprende. E para tudo isso se materializar, é preciso, no mínimo, que suas identidades sejam reconhecidas.” (Pág. 03).

No entendimento de Moraes (2018), a música deve ser utilizada como ferramenta pedagógica porque faz com que os alunos se sintam mais atraídos pelas aulas e pelo fato de que a música é um dos únicos meios artísticos que os alunos conseguem ter acesso. Além disso, a música pode ser usada nas aulas de Sociologia como um meio de incentivar o pensamento crítico (perceber relações históricas, políticas, econômicas e culturais) dos jovens e de relacionar a realidade social com os conceitos trabalhados durante as aulas, especialmente de se compreender os problemas sociais, culturais e políticos de uma sociedade. Desta forma, a música cria formas de perceber o mundo.

Moraes vê a arte, mais especificamente a música, como uma forma de dialogar com as variadas identidades juvenis que são construídas em diversos espaços, inclusive na escola. Ele demonstra que a música é um meio de entender e transformar as vivências dos jovens durante as aulas de Sociologia, além de produzir interações sociais e desenvolver novas subjetividades.

A música não pode deixar de ser vista como uma forma de construção da identidade dos jovens e quando ela é produzida por eles é um mecanismo de protagonismo dos jovens. Moraes considera que a música é uma forma de gerar diálogos com os ambientes políticos produzidos por juventudes em diversos tempos e espaços, nestes espaços que se verifica o rock ser relevante.

Além de Moraes, Paiva (2016) argumenta que a música pode ser um rico instrumento para a aprendizagem dos saberes sociológicos durante o Ensino Médio. Sobre a importância da música como ferramenta de ensino, Paiva afirma:

“A música também é um veículo de utopias sociais, um componente cultural e também é filha do seu próprio tempo. Porém, é necessário ter a clareza que nem toda música tem a preocupação sociológica e política de passar uma mensagem, nem discutir algo.” (Pág. 28).

Moraes (2018) afirma que a música ao ser utilizada nas aulas de Ciências Sociais no Ensino Médio (mais especificamente de Sociologia) contribui para a construção das subjetividades e identidades dos jovens. Assim, na visão do autor a música é uma forma de construir conhecimento de forma lúdica, crítica e reflexiva.

## **6 | RELATOS DAS PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES DO PROJETO NA PÁGINA DO INSTAGRAM**

Em seu primeiro momento, em 2019, o projeto de extensão realizou encontros presenciais semanais com a presença de docentes e discentes. Por meio de debates/discussões efetuados em forma de bate-papo, e com o suporte de materiais audiovisuais, as reflexões seguiram os trâmites apropriados às habituais expectativas burocráticas e institucionais.

No ano de 2020, em um contexto de excepcionalidade devido à pandemia da COVID-19, o projeto de extensão passou a ser realizado de forma remota a partir de uma página no Instagram (@projektorckifc). O aluno bolsista do projeto, Thalles Gabriel Felipe, fez vídeos em que tocou e cantou músicas de várias bandas e publicou nesta página do Instagram. Usar as redes sociais permitiu dar uma outra visibilidade ao projeto, pois pessoas de outras regiões puderam interagir com o projeto e os vídeos das músicas tocadas pelo aluno bolsista fizeram com que muitas pessoas pudessem conhecer mais sobre o rock e sobre as reflexões produzidas em canções de rock.

Além disso, foram produzidos vídeos que fazem reflexões sobre Rock e Sociologia e postados no Instagram. Os temas foram os seguintes: análise da música “Pulso” do Titãs para pensar o isolamento social; história dos The Beatles e dos Rolling Stones; análise da produção artística do Aborto Elétrico; reflexões sobre o rock brasileiro dos anos 1980 e 1990. Houve postagens sobre como o rock aborda o futebol e foram produzidos conteúdos sobre o Dia da Consciência Negra.

No dia 08 de maio de 2020, a página do projeto no Instagram postou um vídeo do aluno bolsista cantando a música “Lava uma mão, lava outra” de Arnaldo Antunes, que ficou conhecida com o programa infantil “Castelo Rá Tim Bum” da TV Cultura nos anos 1990. Durante a pandemia lavar as mãos é uma importante medida de prevenção.

No Instagram foi feita uma homenagem a um dos primeiros roqueiros, Chuck Berry, com a música “Johnny Bee Goode”, que foi tocada pelo bolsista do projeto de extensão. O rock dos anos 1960 foi homenageado pelo projeto com a canção de “You are my sunshine” de Johnny Cash e com Pink Floyd através do instrumental da música “Wish you were here”.

Para tratar do rock dos anos 1970, abordou-se o Ramones, banda que fez muito sucesso e que permanece sendo ouvida pelos amantes do rock. O bolsista do projeto tocou a parte instrumental da música “Blitzkrieg Bop”.

Como primeira reflexão sobre o rock brasileiro houve uma homenagem aos Mutantes com a música “Ando meio desligado”, que foi tocada e cantada pelo bolsista do projeto.

Em seguida houve uma homenagem a Rita Lee com a música “Desculpe o auê”, que foi cantada e tocada por um estudante de jornalismo, que acompanhava as publicações do projeto. Foi realizada uma publicação para o dia do Rock, 13 de julho. Para continuar a homenagem ao rock brasileiro, em 13 de julho publicou-se o bolsista do projeto tocando e cantando “Metamorfose ambulante” do Raul Seixas.

Em 04 de agosto foi publicada uma canção do Queen, “Somebody to love”, para homenagear essa importante banda inglesa.

No dia 13 de agosto foi contada por meio de um vídeo a história da banda Aborto Elétrico, que existiu entre 1978 e 1981 e teve Renato Russo, como vocalista. No dia 17 de agosto publicou-se um vídeo do bolsista do projeto tocando “Fátima”, importante sucesso do Aborto Elétrico. No mesmo dia, o projeto se solidarizou com os moradores de Tangará – SC, cidade vizinha a Videira, que enfrentou dias antes um tornado, que gerou muita destruição no município.

No dia 30 de agosto abordou-se na página do Instagram a história da banda Legião Urbana e a sua relevância artística e de reflexão sobre a sociedade brasileira e suas contradições. A Legião Urbana cantou em suas canções ideais que motivam jovens até a atualidade e as angústias sofridas pela juventude. O bolsista do projeto apresentou em vídeo a canção Tempo Perdido.

Em 05 de setembro apresentou-se um pouco da história do rock produzido no Brasil nos anos 1980. Depois abordou-se a história dos Titãs, que foram importantes nos anos 1980 e o bolsista do projeto tocou e cantou a canção “Enquanto houver sol” da banda paulista.

No dia 30 de setembro foi produzida uma reflexão sobre a vida e obra de Cazuza, relevante nome do rock nacional por suas músicas, seja na carreira com o Barão Vermelho seja em sua carreira solo. Cazuza falava sobre amor, amizade e críticas sociais em suas canções. Em primeiro de outubro, um seguidor do projeto tocou e cantou “Exagerado”, canção de autoria do Cazuza e que fez sucesso com o Barão Vermelho.

Em 04 de outubro se homenageia Janis Joplin, que neste dia havia completado 50 anos de seu falecimento. Joplin foi considerada a maior cantora de rock dos anos 1960. No dia 06 de outubro, devido ao falecimento de Eddie Van Halen, a página publicou uma homenagem a este importante nome do rock.

A página retomou a publicação de análises sobre nomes importantes do rock brasileiro. Em 12 de outubro se publicou sobre a vida e obra da roqueira baiana, Pitty. Em 15 de outubro foi publicado um vídeo em que o bolsista do projeto canta e toca a música “Me adora” da Pitty.

Em 22 e 23 de outubro foram tratadas pela página as relações entre o rock e o futebol. Importantes artistas brasileiros e estrangeiros foram homenageados em publicações de 19 e 20 de novembro devido ao Dia da Consciência Negra, como Chuck Berry e Jimi Hendrix, Elza Soares, Ivone Lara e Gilberto Gil.

No dia 04 de novembro, o bolsista do projeto cantou e tocou a música “O segundo sol” de Cássia Eller, importante voz feminina do rock brasileiro. Em 14 de dezembro encerrou-se às publicações na página do Instagram com um vídeo do aluno do projeto cantando e tocando a música Astronauta de Mármore da banda Nenhum de Nós.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2019 o projeto de extensão em questão realizou encontros presenciais semanais e, em 2020, devido às condições adversas provocadas pela pandemia de COVID-19, e por meio de 39 postagens publicadas no Instagram, foram dinamizadas remotamente as respectivas reflexões sociológicas sobre o rock.

Levando em conta o conjunto de discussões acadêmicas acerca do estudo e da utilização de novos recursos e ferramentas pedagógicas que podem ser empregados no planejamento e execução de didáticas formais de ensino, mais especificamente no que se refere à disciplina de Sociologia, trouxemos neste espaço uma reunião de abordagens científicas, e relatos de práticas escolares, que têm a intenção de trabalhar tal temática. Dentre tais abordagens, recortamos analiticamente aquelas que dizem respeito ao aproveitamento que o gênero musical do rock pode ter quanto ao seu uso nos processos de construção do conhecimento no contexto da educação regular.

Pensando a juventude, e considerando o atributo que o rock contempla quanto ao fato de se identificar com uma fase da vida humana que se caracteriza pela busca de liberdade, autonomia e reconhecimento, evidencia-se neste trabalho o potencial que este gênero musical possui em relação ao uso no universo escolar. Partindo de uma proposta que vem ao encontro de se instigar a reflexão sociológica por meio de artifícios pedagógicos mais atrativos e criativos, o rock objetiva “dar asas” à subjetividade e, desta forma, problematizar mais intensamente as questões tradicionais e contemporâneas que esta disciplina abarca. Assim, conteúdos voltados ao estudo da “cultura”, “política”, “economia”, “trabalho”, “tecnologia”, “organização social e familiar”, entre outros, pedagogicamente podem ser otimizados de forma didática em sala de aula com a presença do interesse pelo rock.

Na disciplina de Sociologia, a atual percepção de eficiência quanto ao desenvolvimento das aulas que os professores lecionam e ao respectivo rendimento dos discentes são também reflexos da integração destes personagens com novas perspectivas artísticas para se pensar a coletividade. E é aí que o rock, como forma de pensar o mundo, por exemplo, pode se fazer presente e atuar de forma concreta. A aposta é a de que, além de possibilitar a abertura de um leque de possibilidades didáticas para a disciplina de Sociologia, incrementar-se-á integralmente o processo de formação educacional e se propiciará condições mais dinâmicas para a construção de uma cidadania mais plena, efetiva e que extrapola os limites da escola.

Em contextos de coletividades contemporâneas que convivem com graves

problemas sociais, como é o caso da sociedade brasileira, a contribuição de dinâmicas de ensino que, em seus processos, integram o rock como estratégia educativa, faz-se relevante enquanto presença e enquanto oportunidade. Ademais, nos tempos atuais, assim como igualmente acontecia em outros momentos em que a democracia e as garantias de direitos também se faziam fortemente ameaçadas, torna-se ainda mais pertinente agregar as expressões artísticas, como é o caso do rock, por exemplo, no contexto dos debates e discussões sociológicas escolares.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, Lorena Pompei. Estéticas da existência: a moda nos Festivais de Rock (Goiânia Noise Festival e Lollapalooza Music Festival-2008/2009). (Dissertação de Mestrado em Cultura Visual). Goiânia: Universidade Federal de Goiás (UFG), 2010.

ALMEIDA, Daniel Ferreira de. O papel do Rock na educação musical de adolescentes: um relato de experiência. (Monografia). Natal: UFRN, 2018.

ANAZ, Silvio. **O que é rock**. São Paulo: Popbooks, 2013.

BERRAS, César et al. Sociologia do Rock e educação universitária na área de comunicação. Artigo publicado na **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-1624-1.pdf>. Acesso em 20/03/2020.

CAMARGO, Fausto & DAROS, Thuinie. **A Sala de Aula Inovadora: Estratégias Pedagógicas para Fomentar o Aprendizado Ativo (Desafios da Educação)**. Porto Alegre: Grupo A, 2017.

CHACON, Paulo. **O Que é Rock**. 3. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.

DEMARCHI, André Luís Campanha. Legionários do rock: um estudo sobre quem pensa, ouve e vive a música da Legião Urbana. (Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia), UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

DUQUE, Luís Guilherme Ritta. Na trilha sonora da história: a canção brasileira como recurso didático-pedagógico na sala de aula. **Revista História Hoje**, v. 6, nº 11, 2017. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/322>. Acesso em 30/03/2020.

FERREIRA, Martins. **Como usar a música na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

GATTO, Vinicius Delangelo Martins. Rock progressivo e punk rock: uma análise sociológica da mudança na vanguarda estética do campo do rock. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). UNB: Brasília, 2011.

GRANDE, Sérgio Vinicius de Lima. O impacto do rock no comportamento do jovem. (Tese de doutorado). Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara, 2006.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos. O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

MORAES, Hiago Iuri de Macedo. Música, escola, juventudes e identidades: reflexões sobre possíveis usos da música como construção de identidades juvenis nas aulas de Ciências Sociais no ensino médio público. **Revista Opará**. Salvador: UNEB, vol. 6, nº 08, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/5010>. Acesso em 02/04/2020.

MORAES, Amaury César; GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM – Sociologia. In: **Sociologia: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica, 2010 (Coleção Explorando o Ensino, volume 15).

PAIVA, Marília Luana Pinheiro de. Sociologia e rock: música como instrumento de reflexão em sala de aula. **Revista Café com Sociologia**. Volume 5, número 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/532>. Acesso em 05/04/2020.

PETILLO, Alexandre. **Curtindo música brasileira**. Caxias do Sul: Editora Belas Letras, 2013.

PONTAROLO, Fábio. “Protesto, crítica social e a influência musical do rock’n’roll na música popular brasileira do pós-guerra”. **Revista Voos**, vol. 1, nº 1, 2009.

PRADO, Gustavo dos Santos. **A verdadeira Legião Urbana são vocês: Renato Russo, Rock e Juventude**. São Paulo: e-Manuscrito, 2018.

ROCHEDO, Aline do Carmo. Os Filhos da Revolução: a juventude urbana e o rock brasileiro dos anos 1980. (Dissertação de Mestrado). UFF, Niterói, 2011.

ZAN, José Roberto. Música Popular Brasileira, Indústria cultural e Identidade. São Paulo, **Eccos Revista Científica**, ano/vol: 03, número 01, 2001, p. 105-122.

# CAPÍTULO 9

## SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO – ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DA CONFSSIONALIDADE

*Data de aceite: 01/09/2021*

### **Adelcio Machado dos Santos**

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente, pesquisado e orientador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)  
Caçador/SC/Brasil

### **Rubens Luís Freiberg**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)  
Caçador/SC/Brasil

### **Dreone Mendes**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)  
Caçador/SC/Brasil

Dado a lume, originalmente, no periódico científico Revista RECIMA21, em 2021

**RESUMO:** Como qualquer ciência, a Sociologia não é fruto do mero acaso, mas responde às necessidades dos homens de seu tempo. A reflexão filosófica a respeito da sociedade difere da Sociologia tanto nos resultados quanto, principalmente, na maneira de alcançá-los. Este artigo busca analisar a religião do ponto de vista sociológico, com uma reflexão sobre

o impacto social da confessionalidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de revisão narrativa, que possibilitou a construção de um artigo com análises amplas e interpretações. O mundo religioso é o reflexo do mundo real; a religião não desaparecerá como fruto de uma luta antirreligiosa, mas como resultado da transformação social. Em suma, a Sociologia da Religião busca explicar empiricamente as relações mútuas entre religião e sociedade, uma vez que seus estudos se fundamentam na dimensão social da religião e na dimensão confessional da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociologia; Religião; Marx; Weber; Durkheim.

### SOCIOLOGY OF RELIGION – ANALYSIS OF THE SOCIAL IMPACT OF CONFSSIONALITY

**ABSTRACT:** Like any science, Sociology is not the result of mere chance, but responds to the needs of the men of its time. Philosophical reflection about society differs from Sociology both in the results and, mainly, in the way to achieve them. This article seeks to analyze religion from a sociological point of view, with a reflection on the social impact of confessionality. This is a qualitative research, of narrative review, which enabled the construction of an article with broad analysis and interpretations. The religious world is a reflection of the real world; religion will not disappear as the fruit of an antireligious struggle, but as the result of social transformation. In short, the Sociology of Religion seeks to explain empirically the mutual relations between religion and society, since its studies are based on the

social dimension of religion and the confessional dimension of society.

**KEYWORDS:** Sociology; Religion; Marx; Weber; Durkheim.

## SOCIOLOGÍA DE LA RELIGIÓN - ANÁLISIS DEL IMPACTO SOCIAL DE LA CONFESIONALIDAD

**RESUMEN:** Como toda ciencia, la Sociología no es fruto del mero azar, sino que responde a las necesidades de los hombres de su tiempo. La reflexión filosófica sobre la sociedad difiere de la sociología tanto en los resultados como, sobre todo, en la forma de conseguirlos. Este artículo pretende analizar la religión desde un punto de vista sociológico, con una reflexión sobre el impacto social de la confesionalidad. Se trata de una investigación cualitativa de revisión narrativa, que permitió la construcción de un artículo con amplios análisis e interpretaciones. El mundo religioso es un reflejo del mundo real; la religión no desaparecerá como fruto de una lucha antirreligiosa, sino como resultado de la transformación social. En resumen, la Sociología de la Religión trata de explicar empíricamente las relaciones mutuas entre religión y sociedad, ya que sus estudios se basan en la dimensión social de la religión y en la dimensión confesional de la sociedad.

**PALABRAS CLAVE:** Sociología; Religión; Marx; Weber; Durkheim.

### 1 | INTRODUÇÃO

Num sentido técnico, de acordo com O'Dea (1969), a Sociologia da Religião constitui apenas um aspecto do estudo de relações entre idéias e ideais corporificados em movimentos e formações sociais, e as situações de sua origem, desenvolvimento, florescimento e declínio.

Pode-se afirmar também que nenhuma explicação da religião pode ser completa se não se considerarem suas dimensões sociológicas. A religião, que se refere às práticas e crenças comuns, é preminentemente social, e até épocas recentes era encontrada universalmente em todas as sociedades humanas de que se tem qualquer registro, entre as quais se incluem aquelas cujos restos foram descobertos e interpretados pelos arqueólogos.

O estudo utilizou a pesquisa qualitativa, optou-se pela técnica da revisão narrativa, que possibilitou ao autor a construção de um artigo com análises amplas e interpretações críticas, para analisar a religião do ponto de vista sociológico, com uma reflexão sobre o impacto social da confesionalidade.

Preliminarmente, este artigo trata de conceituar a Sociologia da Religião e para tanto, iniciaremos pela conceituação de Sociologia tratando de apresentar o pensamento de alguns dos principais nomes de estudiosos do tema.

Em seguida, à luz de alguns autores, desenvolve-se breve explanação da doutrina sobre o assunto, tratando de oferecer alguns textos e comentários a respeito do pensamento de Marx, Durkheim e Max Weber.

No item seguinte aborda-se o construto de religião, e se encerra com as

Considerações Finais, nas quais são apresentados pontos conclusivos destacados, seguidos da estimulação à continuidade dos estudos e das reflexões sobre a análise epistemológica da Sociologia da Religião.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

Ao se analisar a religião do ponto de vista sociológico, não se vislumbra a necessidade de questioná-la se é ou não verdadeira, os estudiosos, preocupam-se tão somente quanto ao seu aspecto como importante fenômeno social encontrado em todas as sociedades.

Na obra “As formas elementares da vida religiosa”, Durkheim elaborou a definição mais utilizada de religião, diz que é: “um sistema unificado de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, isto é, a coisas colocadas à parte e proibidas - crenças e práticas que unem numa comunidade moral única todos os que a adotam” (DIAS, 2000, p. 155).

Dias (2000) ainda destaca que as funções principais da religião giram em torno de três tipos de interesse:

- As doutrinas, que são um padrão de crenças que dizem respeito à natureza do relacionamento do homem com a transcendência;
- Os rituais, que simbolizam essas doutrinas e mantêm as pessoas conscientes de seu significado;
- E gama de normas de comportamento que estão de acordo com a doutrina.

Uma função não explícita das organizações religiosas refere-se à promoção da sociabilidade. Por intermédio do culto, atividades educacionais e celebrações especiais às igrejas promovem a reunião das pessoas. Estas encontram companheirismo, recreação, além de facilitarem o encontro de casais e a formação de lideranças. Em suma, as formações religiosas promovem a sociabilidade, fortalecem a coesão social e aumentam a solidariedade grupal (DIAS, 2000).

Uma das funções tradicionais da religião de acordo com alguns peritos da sociologia da religião é a do ajustamento social (BOLAN, 1972). A religião, na atualidade, não se estende necessariamente a todos os grupos sociais.

Pode ter uma função de ajustamento social somente para as pessoas que a interiorizam e dela fazem um sucedâneo para as deficiências do relacionamento humano. Isto se aplica especialmente às sociedades dominadas pela técnica.

Nesse ponto, a religião surge como a salvadora dos seres humanos, das suas relações primárias, inter-subjetivas e, principalmente, serve para prever a crescente busca de uma ideologia, isto é, de um sistema de valores. Para Bolan (1972), isso se explica pelo fato de a sociedade técnica ser eminentemente funcional e desconhecer os valores.

No que diz respeito à religião busca-se apoio em O’Dea (1969) quando afirmava que nas sociedades organizadas, a religião é uma das estruturas institucionais importantes que

constituem o sistema social total. No entanto, a religião é diferente de governo e do direito, - que se interessam pela distribuição e pela limitação do poder. Também é diferente das instituições econômicas, que se interessa por trabalho, produção e troca. E é diferente da instituição da família, que regula e padroniza as relações entre os sexos, entre gerações, e entre os que se ligam por consangüinidade e afinidade.

O interesse central da religião parece referir-se a algo relativamente vago e intangível, cuja realidade empírica está longe de ser clara. Refere-se ao “além”, à relação do homem com esse “além” e sua atitude diante deste, e ao que os homens consideram as conseqüências práticas do “além” para a vida humana. Refere-se a algo que transcende a experiência.

Mircea Eliade, citado por Mendonça (2015), relata “não comecei a escrever o curto tratado sobre *homo religiosus* na qual quero expor em maneira sistemática todo o que penso haver compreendido em cinquenta anos de trabalho e de reflexão”. No relacionamento com outras Ciências, embora marcado pela pesquisa etnológica – e sem desprezar o lugar central e apropriado de uma Ciência da Religião -, Eliade assinalava a importância do estudo interdisciplinar do fenômeno religioso, incluindo história, filosofia, psicologia, sociologia, antropologia, teologia, arte. Dizia: “a história das religiões constitui um domínio ilimitado que ninguém pode coordenar” – e isto significava, para Eliade, segundo César (1997) que o historiador não atua como um filólogo, mas como hermenêuta.

De acordo com Quaglia (1964), a religião positivista ou a religião da humanidade está longe de constituir um estágio primário do conhecimento humano, pois o positivismo é uma religião, desde que se atribui à palavra a etimologia “*religare*”.

A religião seria, então, todo o conjunto de princípios intelectuais, práticas afetivas e normas de vida capazes de concorrer para o predomínio do altruísmo sobre o egoísmo, quer individual quer coletivo.

Religião se constitui em formação social criada em torno da idéia de um ou vários seres sobrenaturais e de sua relação com os humanos, de acordo com entendimento de Dias (2000).

De acordo com o magistério da lavra de Gusmão (1967, apud FERREIRA, 2001, p.201), as manifestações religiosas ligam-se ao sentimento do sagrado. Nesse sentido, as organizações religiosas, que são criadas pelas sociedades para ceder vazão e expressão a essas manifestações, prescrevem códigos éticos destinados “a pautar a conduta dos indivíduos para obterem um prêmio depois da morte dado por uma divindade ou por um ser sobrenatural”. Destarte, são as religiões que estabelecem as “relações entre os homens e as divindades”, por meio de um “conjunto de cerimoniais e práticas destinados a satisfazer à vontade de divindades ou de invocá-las”.

Daí elas serem constituídas “por uma série de valores sagrados expressos em um credo, objetivados pelos veículos do culto e socializados por uma conduta que se adapta às normas religiosas que unem os membros dentro de um mesmo grupo religioso”, como

sustenta Sorokin (apud Ferreira, 2009, p. 201), vinculando-se diretamente a “crenças em potências superiores e controladoras do curso da Natureza e da vida humana”.

Lakatos (1990, apud Ferreira, 2001, p.202) parte de Durkheim que, em sua obra “As Formas Elementares da Vida Religiosa”, define religião como sendo “um sistema unificado de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, isto é, a coisas colocadas à parte e proibidas – crenças e práticas que unem numa comunidade moral única todos os que as adotam”.

O contributo da lavra de Durkheim em “As Formas Elementares da Vida Religiosa” para o estudo sistemático da religião foi fundamental para a Sociologia, uma vez que outras vertentes epistêmicas – notadamente o marxismo, a partir da célebre frase de Marx segundo a qual “a religião é o ópio do povo” – relegaram o estudo dessas manifestações para um plano secundário, a respeito do conjunto complexo de reflexões que algumas linhas de estudo da Antropologia vêm realizando sobre essa temática ao longo de sua história científica.

Para Durkheim, ainda, o contraste entre o sagrado e o profano é o traço que distingue o pensamento religioso, que atribui a seres, lugares, objetos e forças sobrenaturais o caráter sagrado, em face do significado que tem para o crente. O profano, por sua vez, seria tudo aquilo considerado útil, prático ou familiar, que pertence ao mundo cotidiano, sem possuir o significado emocional característico do sagrado (FERREIRA, 2001).

De acordo com Rodrigues (1995, apud FERREIRA, 2001), um dos quatro núcleos fundamentais da produção durkheimiana trata especificamente da religião, vinculando-a ao campo das representações coletivas e compreendendo-a como uma forma de representação do mundo, ou mesmo uma forma de concepção do mundo. Tendo situado a Sociologia religiosa no campo de estudo que denominou de fisiologia social, Durkheim aí englobou o estudo das crenças, das práticas e das instituições religiosas.

A religião, afirma Rodrigues (1995, apud FERREIRA, 2001), com efeito, constitui fenômeno social, porquanto sempre se configurou em grupo, ou seja, de uma Igreja e até, na grande generalidade dos casos, Igreja e sociedade política se confundem.

No pensamento de Durkheim os fatos sociais moldam a jeito de pensar, de sentir e de se comportar das pessoas. Na religião, até recentemente, as pessoas eram fiéis a tais divindades simplesmente porque eram cidadãos de tal Estado. Em todo caso, os dogmas e os mitos consistiram em sistemas de crenças comuns a toda uma coletividade e eram obrigatórios para todos os membros dessa coletividade. O mesmo ocorre com os ritos.

Ferreira (2001), outrossim, clarifica que parcela significativa dos estudos clássicos da Sociologia, da Antropologia e da História compreende os fenômenos confessionais a partir de uma vinculação ideal e apriorística, como foi demonstrado, entre a religião e o sagrado. Estudos mais recentes estabelecem, no entanto, distinções relevantes do tocante a essa vinculação, notadamente em relação às grandes religiões monoteístas ocidentais.

A conclusão a que se chega sobre o que ocorre atualmente com as religiões

ocidentais modernas é objetiva. Só é possível manter a acumulação capitalista por meio da lógica de consumo pelo consumo, de forma irracional; ou seja, pelo imperativo da lógica do consumismo sobre todas as instâncias e formas de organização da sociedade.

A consequência direta é que o ter, de meio que é para o sagrado, transforma-se em objetivo último de toda a existência. Em decorrência dessa constatação, sustenta-se que hoje, a Igreja é uma simples instituição política que tem na religião a sua razão de ser, à medida que seus referenciais são comuns aos valores da modernidade, que desencantou o mundo (FERREIRA, 2001).

Ainda citando Ferreira (2009), enfatiza-se que a comunicação de massa usa e é amplamente utilizada pelas grandes religiões institucionalizadas, uma vez que a propagação de seus propósitos é, em última instância, comum. De um lado, os meios de comunicação de massa faturam vultosas somas com o movimento voltado para o consumo do negócio da fé. De outro, essas religiões buscam conquistar e garantir fatias maiores de seu público-alvo, os fiéis consumidores.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busca-se, à guisa de conclusão, sufrágio em Lakatos (1990, apud FERREIRA, 2001, p.202), para quem a Sociologia não se interessa em responder às indagações sobre a veracidade ou não das manifestações confessionais, preocupando-se em analisá-las como fenômeno social que pode ser encontrado em todas as sociedades, a despeito de ser, entre todas as instituições existentes nas sociedades humanas, a única que não se baseia apenas em necessidades físicas do homem.

Evidencia-se que essa linha de raciocínio encontrada na base de todo o comprometimento, de matriz weberiana, em explicar a evolução da ética ocidental, se efetivou no interior de um arcabouço cuja natureza é teológica; mais precisamente, nos marcos da “teologia cristã da superação”, assim chamada por postular que o Novo Testamento superou o judaísmo ao universalizar o acesso à graça divina que este último havia restringido a um pretense “povo escolhido”.

Dentro desse contexto, a ação social, de acordo com entendimento de Weber, é qualquer ação que o indivíduo faz orientando-se pela ação de outros. Já, de acordo com entendimento de Durkheim, os fatos sociais são justamente essas normas coletivas que dão orientação a vida dos indivíduos em sociedade.

Destarte, observa-se que a diferença entre a ação social de Weber e os fatos sociais de Durkheim, é que para o primeiro a análise está situada nos indivíduos e em suas ações e, pode a sociedade ser compreendida a partir do conjunto das ações individuais reciprocamente mencionadas.

A Sociologia, como qualquer outra Ciência, não é fruto de um simples acaso, no entanto responde às necessidades dos homens de seu tempo. A reflexão filosófica a

respeito da sociedade contemporânea da Sociologia tanto nos resultados quanto na maneira de alcançá-los, de maneira bastante direta.

Nesse ínterim, o mundo religioso é o reflexo do mundo real; a religião não desaparecerá como fruto de uma luta antirreligiosa, mas como efeito da transformação social.

Por sua vez, Weber procura estabelecer uma relação entre a religião protestante e os líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital, em seu texto intitulado “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. A participação relativa dos protestantes, com maior intensidade, na propriedade do capital, na direção e na hierarquia superior do trabalho nas grandes e modernas empresas comerciais e industriais, em parte, encontra sua explicação mais profícua por fatores históricos.

Existem diversos motivos para que se procurem as origens do espírito do capitalismo nas idéias religiosas da Reforma Protestante. A racionalização da produção capitalista encontra apoio nos valores do protestantismo que certificam ao capitalismo um “espírito” ético, isso significa que, garantem hábitos e idéias que beneficiam a procura racional do lucro econômico de maneira ética.

Weber (2001), questionando, principalmente ao Calvinismo, tentou de alguma maneira, demonstrar que a forma de vida pregada por tal forma de religião protestante beneficiava o comportamento econômico racional, infligindo significado moral e espiritual positivo a vida terrena, diversamente ao catolicismo que conferia valor maior a vida eterna e não a terrena.

Em consonância com o entendimento de Durkheim, o Sagrado não encontra expressão necessariamente em um sistema “religioso”, na direção em que o senso comum dos últimos séculos, cartesianamente racionalizadores, teriam a pretensão de consagrar: o de um domínio abrigado dos embates da *vida* e da *vida social*.

O estudo sistemático da religião foi fundamental para a Sociologia, e usufruiu o contributo de Durkheim no sentido de que, uma vez que outras vertentes epistemológicas – de maneira especial o materialismo histórico-dialético, a partir da célebre assertiva de Marx em consonância com a qual “a religião é o ópio do povo” – relegaram o estudo dessas manifestações para um plano secundário, a respeito do conjunto complexo de reflexões que algumas linhas de estudo da Antropologia vêm realizando sobre essa temática ao longo de sua história científica.

Um dos quatro núcleos fundamentais da produção durkheimiana trata especificamente da religião, vinculando-a ao campo das representações coletivas e compreendendo-a como uma forma de representação do mundo, ou mesmo uma forma de concepção do mundo.

Em conclusão, posto que não de maneira concreta, a Sociologia da Religião tem o intento de explicar empiricamente as relações mútuas entre religião e sociedade, sendo que seus estudos se fundamentam na dimensão social da religião e na dimensão confessional da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. Estrutura e dinâmica dos novos movimentos religiosos. *In*: SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro Sá. **Sociologia da religião e mudança social**. São Paulo: Paulus, 2004.

BOLAN, Valmor. **Sociologia da secularização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

DIAS, Reinaldo. **Fundamentos de sociologia geral**. São Paulo: Alínea, 2000.

DOMINGUES, José Maurício. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.

FERREIRA, Delson. **Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação**. São Paulo: Atlas, 2009.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Manual de sociologia**. São Paulo: Forense, 1967.

LESBAUNPIN, Ivo. Marxismo e Religião. *In*: TEIXEIRA, Faustino. **Sociologia da Religião: enfoques teóricos**. Petrópolis, Vozes, 2003.

MENDONÇA, Maria Luiza Vianna Pessoa de. **A história das religiões de Mircea Eliade: estatuto epistemológico, metodologia e categorias fundamentais**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Universidade Federal Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

O'DEA, Thomas F. **Sociologia da Religião**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

QUAGLIA, Vicente Celso. **Sociologia: princípios e problemas**. São Paulo: Editora Juriscredi Ltda, 1964.

SANCHIS, Pierre. A contribuição de Émile Durkheim. *In*: TEIXEIRA, Faustino **Sociologia da Religião: enfoques teóricos**. Petrópolis, Vozes, 2003.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx**. Itajaí, Ed. Univali, 2001.

SOUTO, Cláudio e SOUTO, Solange. **A explicação sociológica: uma introdução à Sociologia**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1985.

TOMAZI, Nelson Dacio (coord.). **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atlas, 1993.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Atlas, 1981.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2001.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**MARIA IZABEL MACHADO** - Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2009). Em 2012 defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Sociologia (UFPR) na linha de pesquisa “Cultura e Sociabilidades” no eixo temático Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos. Em 2017 defendeu sua tese de doutorado (UFPR) também na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades, desta vez no eixo temático Gênero e Trabalho. Como pesquisadora se dedicou durante sua formação acadêmica aos temas economia solidária, gênero, trabalho e cuidado. Atualmente as pesquisas em curso se inscrevem na perspectiva pós-estruturalista e de gênero acerca da cartografia dos sujeitos no ensino superior, especialmente na formação em pedagogia. Como educadora atuou na formação de lideranças populares por meio de ONGs e outras instituições, e com formação de professores em projetos de cultura de paz nas escolas. Atuando na docência nas redes públicas e privada desenvolveu trabalhos acerca da inclusão e segregação no ambiente escolar e com uso de literatura em sala de aula para ensino-aprendizagem de sociologia, na educação básica, especialmente no ensino médio. Atua como docente na Universidade Federal de Goiás (Faculdade de Educação), participando como pesquisadora do grupo Mutamba (UFG) e do Núcleo de Estudos de Gênero (UFPR). Nesta instituição ainda desenvolve projeto de extensão interdisciplinar a partir da imbricação educação, sociedade e cultura. Contato: mariaizabelmachado@ufg.br

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação coletiva 1, 21, 22, 24, 26, 27, 28

### C

Cannabis 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 63, 68

Criminalização 21, 22, 25, 28

Cuidado 24, 53, 78, 80, 84, 105, 121

### D

Demarcação 90, 91, 92, 93, 97, 98

Doutrina 29, 114, 115

### E

Educação 23, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 110, 111, 112, 113, 121

Educação indígena 97, 98

Enfermagem 78, 79, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89

Escolas indígenas 90, 93, 94, 95, 96, 98

Estado 2, 3, 4, 6, 15, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 41, 45, 47, 48, 50, 53, 55, 56, 59, 61, 62, 63, 66, 90, 93, 95, 117

### F

Fronteira 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

### H

Higiene 78, 79, 84, 87, 89

### I

Identidade 1, 21, 23, 28, 77, 101, 102, 107, 112

llegalismos 58, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 69

Informalidade 58, 63, 64

### J

Juventude 68, 101, 102, 103, 109, 110, 112

### M

Medidas socioeducativas 78, 79, 80, 81

Mercados ilegais 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Metodologia de ensino 99, 112

Movimentos sociais 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29

## **P**

Projeto de extensão 99, 100, 108, 110, 121

## **Q**

Qualidade de vida 24, 78, 79, 82, 83, 84, 87, 88, 89

## **R**

Reconhecimento 90, 91, 92, 93, 94, 97, 100, 110

Religião 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

Rock 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112

## **S**

Sociologia da religião 113, 114, 115, 119, 120

Solidariedade 28, 78, 80, 88, 115

## **T**

Território 29, 58, 61, 62, 65, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 102

Trabalho 1, 21, 22, 25, 30, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 91, 100, 110, 116, 119, 121

Transporte 49, 58, 60, 66, 67, 69, 74

# SOCIOLOGIA:

## Das Ausências às Emergências

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# SOCIOLOGIA:

## Das Ausências às Emergências

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

